



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**THIAGO DO NASCIMENTO GODOY**

**A RENOMEAÇÃO DO BRAZIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE  
NACIONAL PELA ORTOGRAFIA**

**CAMPINAS**

**2021**

THIAGO DO NASCIMENTO GODOY

**A RENOMEAÇÃO DO BRAZIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE  
NACIONAL PELA ORTOGRAFIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Orientador: Prof. Dr. Emilio Gozze Pagotto**

**Este exemplar corresponde à versão final da  
Dissertação defendida pelo aluno Thiago do  
Nascimento Godoy e orientada pela Prof. Dr.  
Emilio Gozze Pagotto**

**CAMPINAS**

**2021**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

G548r Godoy, Thiago do Nascimento, 1985-  
A renomeação do Brazil : a construção de uma identidade nacional pela Ortografia / Thiago do Nascimento Godoy. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Emilio Gozze Pagotto.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Linguística - História - Brasil. 2. História das ideias linguísticas no Brasil. I. Pagotto, Emilio Gozze, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The re-nomination of Brazil : the construction of a national identity by Orthograph

**Palavras-chave em inglês:**

Linguistics - History - Brazil

History of linguistics ideas in Brazil

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Mestre em Linguística

**Banca examinadora:**

Emilio Gozze Pagotto [Orientador]

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Olga Ferreira Coelho Sansone

**Data de defesa:** 19-11-2021

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7436-425>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6396690890912758>



**BANCA EXAMINADORA:**

**Emilio Gozze Pagotto**

**Claudia Regina Castellanos Pfeiffer**

**Olga Ferreira Coelho Sansone**

**IEL/UNICAMP  
2021**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

*Plantei filhos, tive livros e escrevi em árvores*

## AGRADECIMENTOS

Escrever sobre o percurso que me trouxe à apresentação desta dissertação não é fácil. Há um natural medo de incorrer em pieguices, pecar pelo estilo carregado e enfadonho, ou mesmo soar apenas burocrático e metálico. Por isso, decido lançar mão de um expediente – de todo gasto, é verdade, mas bastante efetivo: o auxílio da Literatura. N’*A paixão segundo G. H.*, Clarice Lispector me encoraja a emergir, em que pese minha escrita asfíxiada: “Mas se eu não forçar a palavra a mudez me engolfará para sempre em ondas. A palavra e a forma serão a tábua onde boiarei sobre vagalhões de mudez”.

Passsei no vestibular com 18 anos. Minha relação com a Unicamp iniciara três anos antes, porque estudei num colégio técnico mantido pela universidade. Comecei a trabalhar em escolas particulares já no primeiro ano da graduação em Letras. Durante os primeiros anos como professor de Língua Portuguesa, às voltas com preparação de aulas, correção de provas, elaboração de atividades, atendimento a alunos e famílias, revisões e vestibulares, nunca tive tempo de pensar em construir uma vida acadêmica, fui um aluno medíocre, a bem da verdade. Fiz as disciplinas que tinha que fazer, para me formar – aos trancos e barrancos – e seguir minha carreira profissional. Passaram-se os anos e eu sequer imaginava voltar à universidade.

Quando meu primeiro filho nasceu, tive a falsa certeza – como muitas vezes elas o são – de que seguiria a rotina muda dos anos perpetuamente. E para mim não havia qualquer problema nisso àquela altura. Nos primeiros meses, dormíamos muito mal – eu por causa dele – e assim passávamos madrugadas inteiras na companhia um do outro. Quando a casa ficava pequena para o choro do menino, que ameaçava acordar a mãe exausta, saíamos de carro. O destino quase sempre era o *campus*. Naqueles meses, rodamos por todas as ruas da Unicamp, sem exceção, e até vimos o sol nascer mais de uma vez do alto do morro do observatório. Voltávamos para casa e, entregue o pequeno insone aos cuidados maternos, eu ia dormitando ao trabalho. Embora fossem bastante cansativos, aqueles passeios noturnos pelo *campus* me despertaram a vontade de voltar a fazer parte da Instituição. Drummond descreveu a “madureza” como uma “terrível prenda”<sup>1</sup>. E foi necessária que essa prenda me chegasse, para que tivesse ideia da grandeza da universidade, ao vê-la de fora.

O que começou como uma comichão, em madrugadas de vigília, cresceu e tornou-se incômodo, até que eu finalmente me vi obrigado a tomar alguma medida. Cursei disciplinas como aluno especial. Voltei a ter ritmo de estudo, consumir livros de Linguística, entender quais eram

---

<sup>1</sup> Esse é o primeiro verso de “A Ingaia Ciência”, poema de Carlos Drummond de Andrade publicado no livro *Claro Enigma*.

as questões e os debates que aconteciam nas diferentes disciplinas. Escrevi um projeto de mestrado que foi aprovado e lá estava eu de novo, aluno da Unicamp, feliz como nunca estive.

Sou eternamente grato aos professores que tive, em especial à prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Prata, que acreditou que eu poderia me formar e me ajudou bastante nesse esforço. Também agradeço muito ao meu orientador, prof. Dr. Emílio Gozze Pagotto, que me incentivou desde o início de nossa amizade, compreendendo e ensinando que os tempos das diferentes esferas da nossa vida raramente são síncronos. Sua leitura sempre atenta e sua prodigalidade proverbial ao ensinar fizeram-me chegar a resultados que duvidei que fossem possíveis. Às prof.<sup>as</sup> Dr.<sup>as</sup> Claudia Castellanos Pfeiffer e Maria Bernadete Marques Abaurre também deixo minha gratidão por participarem da minha banca de qualificação e serem tão generosas em suas contribuições para meu texto e minha formação.

Minha família tem um papel essencial no meu trajeto: Fernanda, minha mulher, mãe dos meus filhos, não me deixou sonhar sozinho, soube ouvir e esperar; Pedro, meu primogênito, me ensinou a ser um adulto com olhos ávidos de criança; Lucas, meu caçula, me fez sorrir e voltar a passar noites em claro, que, por causa da pandemia, não foram passadas no *campus*, mas também me trouxeram tantas reflexões para esta dissertação.

Meus amigos Bruno Medeiros e Rodrigo Araújo foram muito importantes nas ideias que trocamos, risadas que demos, tristezas que sentimos e esperanças que tivemos durante esse tempo de redação desta minha dissertação. A querida amiga Patrícia Andrea Borges também foi essencial nesse caminho, pelas conversas, leituras compartilhadas e ajudas mil.

Que a palavra e a forma continuem sendo minha tábua de salvação, como escreveu a personagem de Clarice Lispector!

## RESUMO

Esta dissertação procura investigar e compreender as questões e circunstâncias que envolveram a escolha ortográfica <Brasil>, que rivalizava com <Brazil>. A partir da leitura de discussões acontecidas durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, observa como a argumentação dos contendentes e as posições defendidas por eles foram significativas para um projeto de identidade nacional, levando em consideração o quadro da História das Ideias Linguísticas no Brasil e da História Social do português no Brasil. Também são investigados aspectos da ortografia que permitem compreender melhor a maneira como esse debate repercutiu num período em que o processo de normatização do português era o pano de fundo para as questões da língua e da sociedade.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas no Brasil, História Social do português, Identidade Nacional, ortografia, toponímia, endonímia.



## ABSTRACT

This dissertation seeks to investigate and understand the questions and circumstances that surround the orthographic choice <Brasil>, which rivaled with <Brazil>. From the reading of discussions that occurred during the last decades of the XIX and the first decades of the XX century, this work observes how the positions of the contenders were significant for a project of national identity, considering the theoretical framework of the History of Linguistic Ideas in Brazil and the Social History of Portuguese in Brazil. Spelling aspects have also been investigated to understand how its debate affects the period in which the process of normatization of portuguese orthography was a background for language and society questions.

Keywords: History of Linguistic Ideas in Brazil, Social History of Portuguese, National Identity, Orthography, Toponyms, Endonyms.

# Índice

1. Introdução.....	11
2. Uma polêmica acadêmica .....	17
2.1. O historiador moderno .....	17
2.2. De detrator a defensor .....	20
2.3. Academia <i>Brazileira</i> de Letras .....	25
3. A questão ortográfica na língua portuguesa.....	32
3.1. Simplificar para quê?.....	32
3.2. Um dedo de prosa sobre a fonologia do português arcaico .....	36
3.3. O reformador português.....	38
3.4. As <i>Bases da Ortografia Portuguesa e a Ortografia Nacional</i> .....	40
4. Companheiros sul-americanos .....	45
4.1. Um alemão na América do Sul.....	45
4.2. Antecedentes Brasileiros.....	47
4.3. Um brasileiro em Portugal .....	50
5. A caminho de uma reforma brasileira .....	55
5.1. Uma reforma útil.....	55
5.2. As Repúblicas das Letras de Medeiros e Albuquerque .....	58
6. Nacionalismos Conflitantes .....	65
6.1. O grito de independência.....	65
6.2. A última flor do Lácio.....	70
6.3. A formação de opiniões.....	73
7. Quem está com a razão .....	82
7.1. A voz do povo e a opinião pública.....	82
7.2. A ingaia ciência.....	88
8. Estaca zero .....	93
8.1. Elogios críticos ou críticas elogiosas .....	93
8.2. A dança das letras .....	96
8.3. Há centos de acentos .....	102
8.4. Entre mortos e vivos.....	104
9. Nada do que foi será.....	107
9.1. <i>fugere in urbes</i> .....	107
9.2. Dicionario Brasileiro .....	110
9.3. Defeza da Reforma Portugueza .....	112
9.4 Das negativas .....	119
REFERÊNCIAS .....	122

“Esta nossa pobre lingua portugueza não tem dois escritores, – leiam bem, dois escritores, – que escrevam da mesma maneira, que tenham a mesma ortografia”.

José Veríssimo

“Por mais veneráveis que sejam essas tradições, convem não esquecer que o numero de seculos já passados é de certo inferior ao dos que têm de vir”.

Medeiros e Albuquerque

## 1. Introdução

A tradição gramatical ensina que os nomes podem ser próprios ou comuns. Estes designam todo e qualquer indivíduo de uma classe de seres; aqueles, somente um ou alguns da mesma espécie<sup>2</sup>. Os nomes próprios são o domínio da Onomástica, um ramo da Lexicologia que se ocupa dos nomes dos lugares, das pessoas, dos astros etc. Aos nomes dos lugares costuma-se chamar topônimos. Há mais de um incidente envolvendo topônimos que, para a população autóctone, tinham nomes distintos dos que lhes batizaram os colonizadores. Em uma crônica, que pode ser lida quase à guisa de anedota, em que pese a seriedade do acontecimento, Bessa Freire narra um acidente ocorrido com uma usina nuclear em Angra dos Reis nos anos 1980 que ilustra bem os desentendimentos provenientes desse tipo de contato linguístico:

Os tupinambás denominaram de Itaorna uma área em Angra dos Reis, onde na década de 1970 foi construída a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto,

---

<sup>2</sup> As gramáticas tradicionais pouco divergem sobre as definições de “Substantivo” e suas subdivisões. Aqui se empregaram os conceitos como descreveu Haug (2014).

cujo solo minado por águas pluviais provocou deslizamentos de terra das encostas da Serra do Mar. Somente em fevereiro de 1985, quando fortes chuvas destruíram o Laboratório de Radioecologia que mede a contaminação do ar na região, descobriram o que significa itaorna: “pedra podre”. (FREIRE, 2014)

A vivência espacial, nesse caso, produz uma experiência que ficou incrustada no topônimo tupi e que talvez não fosse tão transparente para os responsáveis pela escolha do terreno em que se implantaria a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Quando um topônimo é adaptado a uma língua estrangeira, chama-se exônimo, como são exemplos os aportuguesamentos Londres e Nova Iorque. Os endônimos, por sua vez, são topônimos falados e escritos na língua original, da população nativa. Assim, há os espanhóis que jamais deixam sua *España* e muitos alemães que vivem fora de sua *Deutschland*. Isto é, com a endonímia, se percebem os vínculos com o território em que se nasce ou vive. Jorge (2009:236), na leitura que faz de os geógrafos franceses Di Méo e Buléon, observa que os autores entendem que “a identidade forma o elo principal e imaterial entre os seres humanos, suas sociedades e seus espaços” e prossegue na reflexão de que muitas vezes os nomes de grupos se misturam metonimicamente com os nomes dos lugares em que habitam. Embora existam identidades que prescindam de base espacial, de um território, Jorge ressalta que “[...] na maior parte das vezes, a relação territorial aqui pode ser tomada como um fator de consolidação. Neste caso, na formação mais comum das identidades sociais é que podemos qualificar como sócio-espaciais” (JORGE 2009:237). Assim, um olhar para a maneira como um grupo se chama, ou chama o lugar em que vive, deve permitir que se examinem essas identidades<sup>3</sup> de que fala Jorge. A República Federativa do Brasil, para os brasileiros, na maioria das situações comunicativas e subjetivas, é simplesmente Brasil, escrito com <s>. Esse é o endônimo que aprendemos a reconhecer desde as primeiras letras, embora, em tantas línguas estrangeiras, não raras vezes se encontre a grafia <Brazil>.

Este trabalho procura compreender não especificamente a ortografia de um topônimo, mas investigar as questões e circunstâncias que envolveram essa escolha ortográfica. A partir da leitura das discussões em torno da grafia do endônimo *Brasil* – acontecidas durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX –, observa como a argumentação dos contendentes e as posições defendidas por eles foram

---

<sup>3</sup> Uma dissertação primorosa sobre as relações entre a ortografia dos topônimos e a constituição da identidade local pode ser lido em Borges (2020).

significativas para um projeto de identidade nacional, levando em consideração o quadro da História das Ideias Linguísticas no Brasil e da História Social do português no Brasil. Também são investigados aspectos da ortografia que permitem compreender melhor a maneira como esse debate repercutiu num período em que o processo de normatização do português era o pano de fundo para as questões da língua e da sociedade.

Intitulado “Uma polêmica acadêmica”, o segundo capítulo apresenta alguns atores da discussão acerca da grafia do nome do país. São grandes intelectuais que escreveram caudalosamente a respeito da forma gráfica que mais lhes parecia correta. Assis Cintra e João Ribeiro exemplificam o debate que tomava as páginas de jornais e outros periódicos daquele tempo. A fim de contextualizar essa disputa, brevemente se contam os primeiros dias da Academia Brasileira de Letras e da Revista da ABL. Também são resenhados três dos que se podem considerar os principais textos sobre a grafia do endônimo *Brasil*, publicados nas páginas desse periódico nas duas primeiras décadas do século XX.

O terceiro capítulo, “A questão ortográfica na língua portuguesa”, investiga algumas questões ortográficas da língua portuguesa, desde os primeiros documentos escritos em português, no período arcaico da língua, passando ao Renascimento e às Idades Moderna e Contemporânea; alguns autores, como Gladstone Chaves de Melo são evocados com o intuito de explicar a situação ortográfica em que a polêmica da grafia do nome Brasil emerge. Discutem-se textos que visam ao esclarecimento do chamado “caos” ortográfico do século XIX, ou, nas palavras de Chaves de Melo, a “balbúrdia” ortográfica daquele tempo. A seguir, discute-se a solução portuguesa na figura de Gonçalves Viana.

Seguimos, pela bibliografia de Viana, o rastro de reformas na América Latina, no quarto capítulo, “Companheiros sul-americanos”. Discute-se a ortografia no Chile ao longo do século XIX, primeiramente com a reforma proposta por Andrés Bello e Juan García del Río; posteriormente o apoio a ela concedido pelo alemão Rodolfo Lenz, filólogo citado por Viana na “Ortografia Nacional”. Do Chile ao Brasil, acompanham-se dois autores brasileiros que escreveram suas propostas de simplificação ortográfica antes da fundação da ABL: Paranhos da Silva e Miguel Lemos. Se aquele não obteve a notoriedade esperada, o texto deste cruzou o Atlântico para ser resenhado por Gonçalves Viana para a Revista Lusitana. Por fim, esse percurso tem como finalidade delinear como ex-colônias e antigas metrópoles se distribuem no jogo de forças da construção das identidades nacionais naquele período.

No quinto capítulo, “A caminho de uma reforma brasileira”, Medeiros e Albuquerque, que estudara em Portugal e que provavelmente lá tivera contato com as ideias ortográficas portuguesas, surge como um grande incentivador da reforma na ABL. Embora um pouco tímida, porque inicialmente repercutiria somente nas publicações da Academia, sobretudo no seu boletim oficial, essa proposta foi bem recebida por seus pares e pela imprensa, que via chances reais de que, pela autoridade da instituição, outras também seguissem seu exemplo, dando fim à “anarchia orthographica” de então. Ainda no esforço de compreender melhor o contexto histórico e os atores envolvidos, faz-se uma investigação sobre os símbolos nacionais e as disputas ideológicas que tomavam conta da sociedade brasileira nos primeiros anos da República.

O capítulo “Nacionalismos Conflitantes”, o sexto desta dissertação, parte da análise da proposta de reforma ortográfica da ABL, elaborada por Medeiros e Albuquerque, a qual finalmente veio a lume, depois de inúmeras tentativas frustradas e longos debates, em 1907. Ao examinarmos a proposta e suas reações, dentro e fora da ABL, percebemos que vão se delineando discursivamente, para além de dois projetos ortográficos distintos, dois nacionalismos que disputam a hegemonia nas questões da língua. Analisam-se textos humorísticos publicados à época da divulgação da reforma a fim de tentar perceber como a sociedade se coloca diante desse conflito.

O sétimo capítulo, “Quem está com a razão”, prossegue a análise das repercussões da reforma. Para tal, ainda assentados na leitura de uma das charges examinadas no capítulo anterior, veremos como a opinião pública se organizou em torno de seus interesses e como esse movimento passa a exigir certa legitimação discursiva das ações do Estado diante da esfera pública. Um caso exemplar – e a escolha desse levante não é desinteressada, como se verá – a ser evocado será o da Revolta da Vacina, de 1904. A seguir, nesse mesmo capítulo, reflete-se sobre o papel do discurso científico no convencimento da opinião pública.

No oitavo capítulo, estão com a voz os cientistas portugueses. Cândido de Figueiredo e Gonçalves Viana exemplificam a organização de um discurso científico português ambíguo sobre a reforma brasileira proposta em 1907 por Medeiros e Albuquerque. Ao mesmo tempo que elogiam a empresa brasileira, depreciam-na a ponto de desautorizá-la. Embora as ideias ortográficas brasileiras resultem numa ortografia bastante parecida com a defendida pelos reformadores portugueses, seu caráter alegadamente pouco científico será o ponto fraco a ser explorado por seus implacáveis

críticos lusitanos. A primeira tentativa de solução encontrada pelos reformadores brasileiros, a da aproximação das Academias para a redação de um texto comum, fracassa, o que nos leva à segunda tentativa, a da assimilação da maior parte das mudanças portuguesas de 1911. Essa empreitada consolidada em 1915 tampouco obtém êxito, sendo frustrada em 1919. Nesse capítulo ainda se discute a acentuação gráfica, cuja sistematização estava fortemente presente na reforma lusitana, com um complexo conjunto de regras para o emprego dos diacríticos. Note-se que, até a unificação das reformas, a versão brasileira se eximia desse tema.

O nono capítulo, cujo título é “Nada do que foi será”, mergulha-nos no contexto histórico das primeiras décadas do século XX para tentar compreender como a complexificação das interações nas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e o aparecimento de novos atores sociais – que se chocam violentamente contra os que já existiam na sociedade brasileira – estão relacionados com as escolhas ortográficas. A seguir, voltamos à questão central da pesquisa, ao tratar brevemente dos primeiros acordos e desacordos ortográficos, entre 1915 e 1931, para consagrar a forma do endônimo <Brasil>.

Esta dissertação foi escrita observando a ortografia vigente no Brasil em 2021, a do Acordo Ortográfico de 1990, oficializada a partir de 1º de janeiro de 2009, assim como também a observam as eventuais traduções livres, feitas a fim de não atrapalhar a relativa fluidez do texto. Todas as transcrições, em português, no entanto, privilegiaram as grafias originais lidas, mantendo as especificidades de seu tempo. Essa decisão se deveu ao desejo de que o leitor experimente a materialidade dos textos da época e as contradições das diferentes – e conflitantes – escolhas ortográficas de cada período e autor.

Muitas vezes empregam-se neste trabalho, além do relato estrito dos acontecimentos relacionados à ortografia, obtidos, por exemplo, em atas da ABL ou notícias de jornais, dados biográficos e autobiográficos, narrativas de eventos históricos notáveis e até periféricos. Aos últimos, dispensaram-se cuidados por constituírem um quadro contextual histórico, que teria como finalidade a compreensão das relações entre os eventos e as pessoas envolvidas. Às (auto)biografias, deu-se atenção, apesar do alerta que soou Bourdieu (1996). Parece bastante sedutora a ideia de que a vida de uma pessoa é uma narrativa coesa e coerente em que certos talentos se manifestariam em indícios encontrados já na infância, ou que pequenos incidentes adolescentes prenunciariam a psicopatia que se desenvolveria em tragédia. Essa visão teleológica dos eventos da vida

aproxima a biografia de um romance, cujo protagonista seria evidentemente o biografado. Bourdieu (1996:185), no entanto, atenta que, com o advento do romance moderno, vem a percepção da arbitrariedade “da representação tradicional do discurso romanesco como história coerente e totalizante, e também da filosofia da existência que essa convenção retórica implica”. Assim, ainda que as informações fornecidas pelas (auto)biografias não devam ser lidas necessariamente como *bona fide* tampouco totalizantes das múltiplas dimensões que constituem uma pessoa, parece possível que seu emprego tenha utilidade histórica. Em concordância com Levi (1996:182), que compreende que para além do espírito da época, que atua sobre pessoas e grupos, a porção subjetiva também pode ajudar a elucidar a história: “não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo”, e prossegue, “mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social”.



## 2. Uma polêmica acadêmica

Somente no decreto federal nº 20.108<sup>4</sup>, promulgado em 22 de julho de 1931, é que se firmou definitivamente a grafia <Brasil>, e não <Brazil>. Anteriormente à publicação oficial desse documento, que colocou uma pá de cal sobre o assunto, houve, no entanto, considerável polêmica sobre o modo como deveria ser escrito o nome do país. Aquele texto oficial não se limitava a legislar apenas sobre o topônimo, como se verá adiante. Algumas palavras cujas “grafias [até então] dubitativas” pudessem ser motivo de disputa foram ali arroladas e, dentre elas, <Brasil>. Se, para o senso comum daquele tempo, escolher entre <Brasil> e <Brazil> pudesse ser uma árdua tarefa, essa não era uma dúvida para muitos beletistas da época, munidos de um arsenal de argumentos os mais diversos em favor de sua escolha ortográfica. Se, por um lado, havia muita certeza, não se percebia, por outro, consonância entre dois grupos de intelectuais que se formavam. Partidários da grafia com <s> ou <z> desenhavam longos percursos discursivos para uma ou outra escolha, recorrendo à Etimologia, à Filologia, à Fonologia, à Semântica e a tudo mais que pudesse sustentar sua posição no debate. A seguir, apresenta-se, a título de exemplo, uma das tantas disputas que recheavam páginas de jornais, livros e revistas da época.

### 2.1. O historiador moderno

Dentre os debatedores daquele tempo, destaca-se, como talvez o mais polêmico, Francisco de Assis Cintra. Machado (2004:26) conta detalhadamente como o bragantino – nascido em Bragança Paulista, interior de São Paulo em 1887 – fez-se famoso nos círculos letrados de seu tempo. Assis Cintra aventurou-se por diversas veredas: foi jornalista, crítico literário, filólogo, professor e historiador. Machado observa na trajetória de Cintra que “seu intuito era ser reconhecido como intelectual em sua própria época”, e prossegue, “daí, sua escolha por assuntos relacionados à nossa história, em um momento que, ela própria, buscava assentar-se em novas bases”. Noutro momento, Machado (2004:14) esclarece que Cintra, “abordando questões filológicas, históricas e geográficas, revelava supostos erros dos mestres da língua portuguesa e verdades escondidas sobre os fatos históricos”. Machado vê em Cintra uma iconoclastia que nos parece bastante

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D20108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20108.htm), acesso em 25 jul. 2017.

condizente com sua postura contrária à grafia “Brazil”, bem popularizada, inclusive entre os intelectuais, já em fins do século XIX. Segundo Machado,

Assis Cintra valia-se do ridículo como arma da destruição, despertando o interesse do leitor [...] No seu entender, seríamos inferiores por termos uma formação calcada em modelos equivocados, trazidos do Império, tal e qual haviam sido legados para a República. Em sua concepção, os ícones da intelectualidade, que no passado haviam buscado desvendar o mistério de quem éramos nós, estavam equivocados. Suas mentiras deveriam ser reveladas, para que pudéssemos construir a pátria republicana sobre novos alicerces através da História (MACHADO 2004:61).

Cintra frequentemente alardeava que se diferenciava dos historiadores do passado porque mergulhava na documentação, explorava fontes e revisava os arquivos, em vez de reproduzir o discurso historiográfico de então; autoproclamava-se um “historiador moderno”. Durante os muitas vezes acalorados debates sobre a História do Brasil, colocou-se contra as vozes mais insignes de seu tempo, como o imortal João Ribeiro, como veremos mais adiante. Havia, por exemplo, nas duas primeiras décadas do século XX, longas discussões que procuravam certificar a *fundação* do Brasil, por ocasião do centenário da Independência. Cintra argumentava em favor de uma descoberta anterior a 1500. Não se tratava da busca por raízes míticas de um indianismo romântico, mas de atestar certo europeísmo ainda mais antigo que o da viagem da esquadra de Pedro Álvares Cabral. Este parágrafo inicia seu “No limiar da História”:

O historiador moderno que se entretiver no estudo demorado dos documentos antigos, nos arquivos d’alem-mar, certo se convencerá de que o descobrimento do Brasil é uma formidável mentira histórica que se repete, ha quatro seculos, em detrimento da verdade soberana. Os portugueses, muito antes de 1500, já conheciam a terra do páo-brasil. Documentos importantísimos, de incontestada idoneidade, afirmam insophismavelmente a existencia da grande terra atlantica, e, o que é mais, com o proprio nome que ainda hoje tem (CINTRA 1923:5).

Cintra argumenta, a partir de uma carta escrita por D. Afonso IV, rei de Portugal, ao Papa Clemente VI ainda na primeira metade do século XIV, que os portugueses tinham descoberto já uma enorme ilha no ocidente, repleta de homens nus e animais desconhecidos. Essa missiva era, segundo o autor, “importantíssimo documento” que “jazia esquecido ha quasi seis seculos no Archivo Secreto do Vaticano”. Anexo à carta estava um mapa que teria inspirado um cartógrafo catalão a confeccionar seu Atlas, em que se poderia encontrar o “a terra do Brasil”. Mais uma prova supostamente irrefutável seria o célebre portulano de Andréa Bianco, que situava a 1500 milhas de Cabo Verde uma grandeilhada chamada Brasil. A seguir o heterodoxo historiador Cintra elenca outros

textos e documentos que corroboram sua versão de um achamento precoce. Há até um surpreendente relato sobre uma suposta correspondência escrita por Pedro Álvares Cabral ao rei D. Manuel, anterior à carta de Caminha e nela citada. Esse documento teria sido misteriosamente subtraído da Torre do Tombo e ido parar na coleção particular de um tal Duque de Vimieiro. O gosto do autor pela narrativa fantástica leva o leitor a não só questionar-se sobre a veracidade de alguns detalhes, mas também saborear-se com possibilidade de que ao menos parte daquilo seja verdadeiro. Como veremos nas próximas páginas, a intelectualidade contemporânea a ele parece não ter se divertido tanto com essa verve mirabolante de Assis Cintra.

Em seu “O nome do Brasil: com S ou Z”, Cintra apresenta a disputa entre as grafias enumerando ilustres partidários de uma e outra. O autor descreve um quadro de tamanha vacilação à época, que, a título de ilustração, na moeda nacional, se lia o nome do país escrito ora de um jeito ora de outro. Esse ambiente de incerteza ortográfica engendrou a célebre frase do literato Medeiros e Albuquerque<sup>5</sup>, imortal da Academia Brasileira de Letras, fundador da cadeira 22 que Cintra resgata: “O Brasil é a única nação civilizada que não sabe escrever o próprio nome!” (CINTRA 1920:6). Ao sugerir que a dúvida afligia mesmo os grandes, Cintra anota que os também imortais João Ribeiro e Ruy Barbosa escreveram “Brazil” e “Brasil”. Este, em 1886, preferiu a primeira forma e, depois de 10 anos, adotou a segunda; aquele registrou em 1908 a primeira forma e um ano após decidiu-se por aquela que seria oficializada. O próprio Assis Cintra relata sua mudança de opinião, que o levou a abandonar o “z” em favor do “s” (p.12).

Após suas vastas pesquisas lexicográficas, que incluem incursões por mapas, dicionários e documentos pré-cabralinos, Assis Cintra enumera ilustres filólogos brasileiros e portugueses que empregam em suas escritas a forma com <s>. O décimo sétimo, dentre os vinte e quatro filólogos apresentados, é João Ribeiro. O futuro defensor do <Brasil> no parecer da “Comissão de Lexicographia” da Academia Brasileira Letras em 1923, nem sempre foi partidário dessa grafia, como destaca Cintra:

“João Ribeiro, o grande mestre, escreveu e aconselhou a grafia Brasil com z na *Selecta Classica*, edição de 1905, nota n. 60. Nos estudos philologicos, edição de 1902, escreveu Brasil com z quatro vezes: com s, também quatro; brasileiro com z, treze vezes e com s doze vezes. Em sua

---

<sup>5</sup> O texto em que figura essa famosa assertiva de Medeiros e Albuquerque foi publicado em 27 de junho de 1901, no jornal carioca *Correio da Manhã*, com o título “Uma reforma útil”, e republicado integralmente na primeira edição da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, em julho de 1910. Para mais detalhes, vide capítulo 5.

Historia do Brasil edição de 1909, escreveu somente Brasil com s, a principiar do titulo da obra” [...] (CINTRA 1920:89-90).

## 2.2. De detrator a defensor

Em 1887, ano em que nasceu Assis Cintra, João Ribeiro apresentou sua tese “Morfologia e colocação dos pronomes” à banca do Colégio Pedro II, que viria a se chamar, no período republicano, Instituto Nacional de Instrução Secundária e, logo em seguida, Ginásio Nacional. Estava submetendo-se ao concurso para docente do já tradicional colégio carioca. Embora esse concurso fosse para a cadeira de Língua Portuguesa, Ribeiro foi nomeado três anos depois para a cadeira de História Universal<sup>6</sup>. Passava então a fazer parte do escol de eminentes professores que, para além da instituição de ensino, ganharam fama e destaque no campo político e cultural do período. A título de exemplo, lecionaram no Colégio Pedro II naqueles anos Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Sílvio Romero, José Veríssimo, Carlos de Laet, Max Fleiuss, o Barão do Rio Branco, entre outros (GASPARELLO 2013:200).

A Filologia e a História eram as grandes paixões de João Ribeiro. Sua “História do Brasil”, um compêndio didático adotado por colégios públicos e particulares do país inteiro, publicada no início do século XX, ganhou 19 edições voltadas às escolas, a última de 1966, sem sombra de dúvidas um sucesso editorial. Com o tempo, a “História do Brasil” de João Ribeiro recebeu as versões para os ensinos básico e superior – ou superior (níveis normal e secundário) e inferior (nível primário), como na terminologia da época –, tornando-se referência para o ensino de História no Brasil. Antes dos livros de História, João Ribeiro já se fizera famoso por suas Gramáticas. Tanto que no seu discurso de recepção na Academia Brasileira Letras (1898), proferido por José Veríssimo, lê-se:

De todos nós sois talvez o nome mais popular no Brasil. Oh! eu sei que a popularidade vos repugna, e conheço o vosso pensamento sobre ela. Mas, não há furtar-vos a ela. Um milhão de brasileiros conhecem o vosso nome, tanto o levaram a todos os recantos do país, ao caboclinho do Amazonas, como

---

<sup>6</sup> Biografia disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/biografia>, acesso em 10 jan. 2020.

ao teuto-brasileiro do Rio Grande, ao caipira de Mato Grosso, como ao tabaréu de Pernambuco, as vossas gramáticas<sup>7</sup>.

Hansen (2000:8) analisa o mercado editorial dos últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX e observa como a publicação de livros didáticos era de longe mais vultosa e, portanto, mais rentável que a de literatura. Observa a autora que edições de livros de poesia ou prosa costumavam ser, em média, de 1000 a 1100 exemplares, com exceção de poucos títulos de Bilac e João do Rio. Já os livros didáticos podiam chegar à considerável marca de 50 mil exemplares. Assim, parece não haver exagero nas elogiosas palavras de Veríssimo dirigidas a Ribeiro quando da sua recepção na Academia Brasileira de Letras, Ribeiro era possivelmente um dos mais conhecidos nomes da intelectualidade brasileira da época. Note-se que o nome de João Ribeiro extrapolava os muros das escolas, dadas as citações de seu texto por outros eminentes autores daquele início de século XX, como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Hansen conclui que “a recepção entusiasmada do livro entre a elite intelectual acabaria por promover a inclusão de João Ribeiro, por vários autores, no rol de nossos grandes historiadores” e acrescenta que “sua consagração se daria pelas várias apropriações de seu texto, citado nas obras de alguns dos maiores intérpretes da sociedade brasileira” (HANSEN 2000:9).

Um dos motivos para a fama conquistada pela obra de Ribeiro é, segundo Mendonça (2017), sua maneira de, com considerável ineditismo, fazer História no Brasil:

Antes de Ribeiro, no século XIX, a disciplina história no Brasil seguia as tendências mundiais, sendo escrita com grande enfoque no senso de objetividade, como podemos perceber a partir da leitura de autores como Von Martius, Handelmann e Varnhagen, que introduziram métodos de narrativa e interpretações de acordo com a cientificidade almejada. Para tanto, as leituras das fontes documentais eram obrigatórias. Mais do que isso, a perseguição pela exatidão na reprodução fiel das fontes, e muitas vezes, completa aceitação do conteúdo colocado pelos documentos, colocava esta historiografia a serviço de poucos, posto que as documentações privilegiavam temas administrativos e políticos, bem como visões de grupos específicos sobre o decorrer histórico (2017:112).

João Ribeiro diverge de seus antecessores, que privilegiavam uma narrativa centrada no Estado, contando as venturas e desventuras dos grupos que detinham o Poder, o que se costuma chamar atualmente de História Política. Ribeiro, que na Alemanha teve

---

<sup>7</sup> Trecho do discurso de recepção a João Ribeiro, escrito e proferido por José Veríssimo em 1898. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/discurso-de-recepcao>, acesso em 13 jan. 2020.

contato com o movimento “Kulturgeschichte”<sup>8</sup>, passa a incluir em seus estudos, para além da administração e burocracia estatais, aspectos socioculturais. Para Mendonça (2017), “as posições adotadas por João Ribeiro foram, de certa forma, externadas em ‘História do Brasil’, o que resultou em um tipo inédito de interpretação de nossa história, assim como novos métodos pedagógicos foram encetados no Brasil” (2017:111).

João Ribeiro foi, certamente, um dos grandes intelectuais de seu tempo, aclamado pelos colegas imortais e, como vimos, um talentoso escritor cuja obra se vendia como água no deserto. Seu gênio, no entanto, não era menor que sua disposição às polêmicas. Mattoso Câmara, ao escrever sobre as ideias gramaticais na obra de Ribeiro, não se furtou a indicar, consternado, esse traço bastante proeminente na personalidade do professor do Ginásio Nacional, que talvez reproduzisse um pouco certo espírito de época entre os intelectuais:

[...] O nosso João Ribeiro — é verdade — entrou não poucas vêzes naquelas famosas "polêmicas", do gosto (ou do mau gosto) de sua época, onde ao debate largo e compreensivo das idéias se substituíu a agressão pessoal, disfarçada sob uma expressão literária, e o gramático se entregava ao inglório mister de denegrir e desprestigiar seus companheiros com a arte satírica (ou o arremêdo dessa arte) de Juvenal, Pope ou Boileau. Como é confrangedor, em verdade, vermos assim se tratarem um João Ribeiro e um Pacheco Junior, um João Ribeiro e um Oskar Nobiling, um João Ribeiro e um Leite de Vasconcelos, um João Ribeiro e um José Oiticica! Esvaídas as paixões contemporâneas e os partidarismos estreitos, é com incontido mal-estar que lemos essas polêmicas, lamentando muito menos o agredido do que o agressor, que assim decaiu da sua serenidade e respeitabilidade de estudioso honesto e objetivo. [...] (CÂMARA Jr. 1961:23).

Quem se colocasse a ler “O Jornal”, no dia primeiro de abril de 1922<sup>9</sup>, encontraria logo na primeira página, assinado por Assis Cintra, um texto cujo título “Quando os deuses brincam...” era seguido da famosa citação de Horácio: “quandoque bonus dormitat Homerus”. Essa expressão latina costuma ser empregada “para dizer que a suma perfeição

---

<sup>8</sup> Esse termo pode ser traduzido como “História Cultural”. Burke (2008:16) esboça um quadro em que os diversos estudos historiográficos que se costumam rotular como “História Cultural” estariam divididos em quatro fases. A primeira delas seria a que floresceu na Alemanha, ainda antes da unificação política (mas estendeu-se por países vizinhos como Suíça e Holanda), entre os anos de 1800 e 1950. Esse período que Burke chama “clássico”. Seus autores criam que o trabalho do historiador era pintar o “retrato de uma época”. Seu primeiro movimento foi o de olhar para os clássicos das artes, mais do que para documentos em sentido estrito. Burke (2008:17) também observa que há uma preocupação desses autores em escrever para “o grande público”, embora fossem acadêmicos profissionais. Esse provavelmente foi o contexto intelectual encontrado por João Ribeiro quando da sua ida à Europa.

<sup>9</sup> CINTRA, Assis. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr 1922. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_02), acesso em 11 jan. 2020.

não existe em poesia; até o grande Homero comete suas falhas”<sup>10</sup>. Trata-se de uma resposta de Cintra a João Ribeiro. O imortal, lendo um artigo seu publicado no mesmo jornal, teria duvidado da autenticidade de suas fontes. O ofendido advoga:

Com o respeito a que fazem jus a velhice e a cultura do eminente cathedratico de Historia no Gymnasio Nacional, devo responder a todos esses itens, demonstrando ao consagrado mestre da Academia de Letras que s. s. não foi feliz nesta questão. Vejamos (eu, o mestre e o publico), a coisa como a coisa é.

O tom empregado por Cintra parece ter forte carga irônica, como sugere o tratamento dispensado a João Ribeiro. Assis Cintra alegava que a Maçonaria estaria por trás da Independência do Brasil e D. Pedro teria sido manipulado por esse grupo, e essa hipótese despertara a controvérsia. Foram apresentadas referências de livros, documentos e arquivos que corroborariam sua versão. A seguir, Cintra eleva mais ainda a tensão, em caixa-alta: “Diante disso, o meu grande mestre João Ribeiro ha de convir no seguinte: QUANDO DESCONHECER UM DOCUMENTO, POR FAVOR, NÃO DIGA QUE É FALSO, porque o Código Criminal é muito severo... [destaque do original]”. Voltando a frisar que seu método de pesquisa é rigoroso, ao mesmo tempo em que coloca em xeque a fundamentação documental da “História do Brasil” de Ribeiro, Cintra demonstra perplexidade pelo curto período de redação do compêndio:

Disse-me o mestre que eu não devia desvirtuar ASSIM a historia com essas falsificações. Provei que não houve falsificação. Logo, estou reformando a história com verdades...

Procuo os documentos, publicados ou ineditos, e argumento. Minha historia é essa... Perdão, foi essa, pois ora estou fazendo para as gazetas outra historia, a de Viriato Corrêa e Alexandre Dumas. Taes são os contos e romances que tem vindo à luz nos jornaes e revistas ultimamente. CONTOS SÃO CONTOS, Historia é Historia. No caso em questão FIZ HISTORIA. Quando fizer CONTO, dê-me bolos o meu illustre mestre. Mas que fique bem claro e patente: em Historia eu sou historiador com os documentos oriundos dos Archivos. Nos contos procuro contar de accordo com a Historia.

Disse-me o mestre na Livraria Jacintho que fizera a sua Historia do Brasil EM UM MEZ DE FERIAS. Não é portanto obra de averigação... e sim de repetição. O talento e a cultura do autor suppriram a deficiência do tempo. No genero, é um livro admiravel. [destaques do original]<sup>11</sup>.

Este trabalho não tem a finalidade de julgar os argumentos ou averiguar a verdade dos fatos históricos dessa disputa. Tampouco se deve esperar aqui a declaração da parte vencedora da contenda entre os dois eminentes historiadores. Se até Homero cochilou, ambos os autores poderiam estar com a razão, cada qual com a sua, ou mesmo nenhum

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.dicionariodelatim.com.br/quandoque-bonus-dormitat-homerus/>, acesso em 11 jan. 2020.

<sup>11</sup> CINTRA, Assis. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr 1922.

deles. O intuito desta exposição da polêmica entre Assis Cintra e João Ribeiro que tomou as páginas d'O Jornal há cem anos é melhor delinear o espírito dos atores que se envolveram tão apaixonadamente na consolidação da grafia "Brasil".

Como já se expôs acima, nas observações de Assis Cintra, João Ribeiro, em sua "Selecta Classica", cuja primeira edição data de 1905, recomenda a forma "Brazil". Essa obra era uma antologia escolar e, por conseguinte, embora possivelmente em menor proporção que seu compêndio de História do Brasil, por ter ganhado menos edições e reimpressões, seu conteúdo foi significativo na formação de muitos brasileiros no início do século XX. Portanto, parece desnecessário dizer que a opinião de um autor tão notável quanto João Ribeiro, impressa em livro didático e inserida no convívio dos estudantes já nas primeiras letras tenha um enorme peso para a formação de um "senso comum ortográfico". Exatamente como anunciou Assis Cintra, lá está, na nota 60, o aconselhamento ortográfico de João Ribeiro:

Brazil ou Brasil; muito se discutiu esta pequice se si havia de escrever com s ou z, aquelle nome; nos escriptores antigos quasi sempre apparece escripto com z, como em Gil Vicente que já em 1510, anno em que se representou o Auto da Fama, fala da terra do Brazil (III, 51) e assim se acha escripto em todas as suas edições, como nas de Barros, na primitiva e na da Academia 1778, I, 391; em primeiras edições como a da Palavra de Deos do Padre Vieira, 1690 ; Gaspar Corrêa escreve Brasil, I, 152, e na mesma pag., título do Cap. III, Brazil. Em latim (e por isso nas moedas) por que não ha z, escreve-se Brasilia e assim o escreve Hier. Osorio na Vida de D. Manuel em latim, mas Fil. Elysio traduz e escreve Brazil (I, 146); nas Obras inéditas de Ribeiro de Macedo sempre se lê Brazil, pag. 103, 104, etc. Santa Rita Durão na 1ª ed. do Caramurú (Lisboa, 1781, pags. 221, 278, 305 etc.) tambem adopta a mesma orthographia. Não ha, pois, razão para preferir-se o emprego do s quando é cousa mais simples e igualmente auctorizada o emprego do z (RIBEIRO 1905:38).

Mattoso Câmara, além de apontar uma conduta não tão admirável, reconhece que "a tendência espontânea de João Ribeiro foi sempre ouvir e pesar as objeções, e aceitá-las de boa mente sempre que lhe pareciam afinal acertadas" e também enxerga virtude em nosso imortal: "êle próprio, aliás, vivia se fazendo contínuas objeções e modificando de tempos a tempos os seus pontos de vista." (CÂMARA Jr. 1961:23). Pois que, alguns anos depois, Ribeiro estava convencido do contrário do que ensinou em sua "Selecta Classica" e tornou-se tão entusiasmado pela escrita "Brasil" que, em parecer emitido pela "Comissão de Lexicographia" e apresentado em sessão de 18 de janeiro de 1923, na ABL, são seus os argumentos em favor da grafia privilegiada naquele momento. O pedido de uma posição em direção à oficialização da grafia "Brasil" (trazido formalmente à Casa de Machado de Assis em novembro do ano anterior pelo fundador da cadeira 2, Coelho Neto)



suscitou o parecer técnico da comissão, assinado por Afrânio Peixoto e Silva Ramos, em que se expõe a argumentação de João Ribeiro, que, como observou Cintra, converteu-se à causa do <s> de tal maneira que se tornou pertinaz defensor dela: “Concluímos, pois, que sucedeu a João Ribeiro o mesmo que a Ruy, Carneiro e outros: desprezou o z e adoptou o s na palavra Brasil” (CINTRA 1920:90). Assim, embora houvesse grande discordância entre Cintra e Ribeiro sobre o fazer historiográfico, o método do historiador, afinal também houve ao menos concordância em um ponto: o nome do país deveria ser escrito com <s>.

### 2.3. Academia *Brazileira* de Letras

A Academia Brasileira de Letras (ABL) foi fundada em 1897, como uma instituição privada, pelo esforço de alguns intelectuais, sobretudo literatos, que, naquele momento, desejavam reproduzir no Brasil o modelo acadêmico já consagrado na França. Ainda hoje, mais de 120 anos depois de sua fundação, pode-se ler em seu *site* que seu “objetivo é o cultivo da língua e da literatura nacional”<sup>12</sup>. Para atingir essa finalidade, o caminho escolhido, segundo uma vertente historiográfica, teria sido o alijamento da esfera pública e política. Ao reivindicar um espaço social institucionalizado para a literatura e, num sentido mais amplo, para as letras – no sentido de um conjunto de conhecimentos que abarcaria também as disciplinas da gramática, filologia, línguas mortas e vivas –, esse grupo estaria delimitando seu espaço de atuação na sociedade. Suas atividades passariam, a partir de então, a circunscrever-se às paredes de sua sede, que em 1923 passaria a ser a réplica do Petit Trianon francês, doado pelo governo daquele país, sem que os reles mortais fizessem ideia do que se passava com os “imortais”. Essa é a percepção sobre o estado de coisas para os autores<sup>13</sup> que Rodrigues (2003:28) resenha: “assim, a marca inicial da ABL seria dada por este distanciamento, reforçado pela consciente recusa em deixar que as ‘paixões do momento’ ditassem a norma de conduta da instituição”. A seguir o mesmo autor aponta:

O problema deste modelo interpretativo é que, de certa forma, aceita a auto-imagem que os próprios literatos construíram, que encobre uma realidade mais complexa. Os três historiadores deixam de examinar as seguidas

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.academia.org.br/academia/quem-somos>, acesso em 12 jan. 2020.

<sup>13</sup> No primeiro capítulo, Rodrigues discorda das análises propostas por Nicolau Sevcenko (“Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República”), Jeffrey D. Needell (“Belle époque tropical – Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro da virada do século”) e Roberto Ventura (“Estilo tropical – História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)”).

ambigüidades na vida acadêmica, que não se resumem à eleição de Lauro Müller em 1912<sup>14</sup>, por exemplo, mas estão em cada momento da existência da instituição. Ao constatar-se que um projeto desvinculador do engajamento foi forjado com a ABL, esquece-se que esta é uma posição política, a partir do momento em que representa uma escolha com conseqüências marcantes no debate literário do período. (RODRIGUES 2003:28-29)

O gérmen da ABL estava na *Revista Brasileira*, uma publicação intermitente<sup>15</sup> que, naquela fase, durou apenas de janeiro de 1895 a setembro de 1899. Seu editor era José Veríssimo, crítico literário e diretor do então Ginásio Nacional, onde já ministrava aulas, além de tantos outros notáveis daquele tempo, João Ribeiro. A Revista Brasileira teve a função de aglutinar os intelectuais que viriam a servir de base à fundação da ABL. Rodrigues observa que:

a revista se propunha a publicar contribuições que versassem sobre ‘todos os assuntos e questões que possam interessar à maioria do público’, nas áreas das letras, das ciências e das artes. Veríssimo também – e isto é o mais importante – procurou não distanciar a revista dos problemas que afligiam a vida pública do país, ao mesmo tempo em que explicitava o caráter de uma publicação que visava reunir em seu seio uma série de literatos vindos de diferentes esferas do campo político (RODRIGUES 2003:35).

O autor relembra que o ano de estreia da Revista Brasileira, 1895, é bastante conturbado para o país. A recente república brasileira vive o segundo ano do governo de seu primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Antes dele, o Brasil foi governado por militares, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, no período que os livros de História costumam chamar de República da Espada. Esse período ditatorial foi extremamente conflituoso, com focos de resistência à República e à sua Constituição de 1891 espalhados por todo o território brasileiro. As repressões violentas à segunda Revolta da Armada e à Revolução Federalista renderam a Floriano Peixoto a alcunha de Marechal de Ferro. Rodrigues (2003) exemplifica casos de intelectuais que, por manifestarem opiniões contrárias ao Governo, foram perseguidos, exilados ou mortos. Nesse contexto é que surge a Revista Brasileira com seu programa que prometia assegurar a pluralidade política. Rodrigues (2003:38) sustenta que a “característica básica da *Revista Brasileira* foi a variedade do gênero de contribuições e do espectro político e

<sup>14</sup> Esse episódio da eleição de um engenheiro militar de carreira política, que nunca escreveu um livro, seria, para Ventura, segundo Rodrigues (2003:28), “o desvirtuamento do projeto original da ABL de ser um centro somente de literatos que teria o objetivo de defender a atividade”.

<sup>15</sup> Agradeço muitíssimo à profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone, que me alertou da descontinua publicação da Revista Brasileira. Esse periódico teve ao todo, com alguma divergência entre seus resenhistas, nove fases, a primeira de meados do século XIX e a mais recente de 2018. A fase da Revista Brasileira que nos interessa no momento de gênese da Academia Brasileira de Letras é a terceira, chamada justamente de fase “José Veríssimo”. Nela foram publicados 19 tomos, com 93 fascículos. Para a periodização detalhada da Revista Brasileira nas suas mais diversas fases, cf. <https://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira>, acesso em 12 de jan. 2022.

literário dos contribuintes”. Todavia, o autor adverte que multiplicidade não era sinônimo de debate, não havia diretamente discussões, opiniões conflitantes, as exposições, embora tratassem de temas conjunturais, afetavam certa neutralidade, o que mantinha as discordâncias mais fortes apenas no campo jurídico. Assim, como confirma Rodrigues (2003), a RB, embora não fosse totalmente explícito, apoiava uma moderação republicana, manifesta na figura do então presidente da República, Prudente de Moraes<sup>16</sup>. Essa discrição e pretensa neutralidade não combinavam com textos panfletários e partidários, que simplesmente não tinham espaço na RB.

Segundo “depoimento unânime dos criadores da Instituição”<sup>17</sup>, o fundador incontestado da ABL foi Lúcio de Mendonça, um apaixonado pelo jornalismo que chegou a Procurador Geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal. Seu primeiro projeto era o de que a ABL fosse uma instituição pública, financiada pelo Estado. À época havia grande desconfiança de que, por serem muitos literatos contrários ao governo, poderiam nascer interesses conflitantes. O argumento de Lúcio de Mendonça, durante sua campanha em prol de uma ABL fomentada pelo Governo, era o de que seria absolutamente possível separar política e literatura, como já se pudera comprovar pela RB. Rodrigues (2003:46) aponta que “os literatos pediam ajuda oficial para se definirem como à parte da influência da vida parlamentar e partidária. Com um ato repleto de significados e desdobramentos políticos, queriam demarcar sua despolitização e sua nova identidade”. Para o autor, mesmo os intelectuais mais comprometidos com o Antigo Regime, como o monarquista Carlos de Laet, participaram da estratégia de arrefecimento do discurso político dissidente, a fim de perpetuar-se no interior da nova instituição, preservando espaço nela para o seu espectro ideológico, em vez de denunciar essa postura em outros e correr o risco de não obter as mesmas benesses que permitiriam permanecer em evidência na vida cultural brasileira. Rodrigues deslinda uma artimanha bastante familiar aos que acompanham a política, que parece assustadoramente efetiva não só em fins do século XIX:

---

<sup>16</sup> Note-se que o apoio não era unânime. Medeiros e Albuquerque, por exemplo, em suas memórias, descreve sua relação com o então presidente: “[...] era um sujeito áspero e seco. Assim que foi eleito, muito antes de empossado, procurou influir nas decisões do Congresso. E desde logo se sentiu que ele vinha animado de um grande desejo de reação Contra Floriano”. Àquela altura, Albuquerque era Florianista e opositor ferrenho de Prudente de Moraes. “Até certo ponto, é crível que tivesse entrevisto os perigos do militarismo e procurasse contra eles lutar. Com habilidade, suave e jeitosamente, outro o teria feito. Mas era autoritário e antipático” (ALBUQUERQUE 1981:205).

<sup>17</sup> Essa afirmação consta na Biografia do literato, disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/lucio-de-mendonca/biografia>, acesso em 12 de jan. 2020.

Os articulistas montam um discurso no qual se entende que a relação entre os organismos do poder e os segmentos sociais se dá pela tutela dos primeiros sobre os segundos. Os grupos organizados pedem favores e são atendidos de forma paternalista por aqueles que detêm o mando político da nação. E o mais interessante é que se usa o discurso patriótico para camuflar um jogo de interesses menos elevados: os literatos querem dinheiro e chancela oficial e oferecem em troca o reconhecimento público aos governantes de plantão. Sem querer, os literatos acabam nos revelando a maneira pouco louvável como entendiam a política daquela época (RODRIGUES 2003:48).

Mais acima, no início deste tópico, se descreveu a ABL como uma instituição privada. Talvez o receio de que uma instituição republicana abrigasse monarquistas militantes ou as poucas garantias de um retorno palpável ao “investimento” inicial tenham levado Alberto Torres, ministro da Justiça e negócios interiores, e o vice-presidente Manuel Vitorino Pereira – que naquele momento cobria uma licença do presidente Prudente de Moraes, afastado por problemas de saúde – a fechar os cofres da República, negando o financiamento pretendido pelos literatos. Ao fim e ao cabo, a estratégia do grupo encabeçado por Lúcio de Mendonça não atingiu os resultados esperados. As autoridades resistiram e não disponibilizaram verba necessária à abertura da ABL. No entanto, a vontade daqueles intelectuais não se abalou com esse contratempo pecuniário e, no ano seguinte, aconteceu a primeira sessão solene da ABL, com recursos próprios.

#### 1.4. A Revista da Academia *Brazileira* de Letras

Depois dos sucessos de sua fundação brevemente relatados acima, a ABL passou a publicar com maior ou menor periodicidade, a depender da década, um boletim que registrava as atividades da casa; esse periódico desenvolveu-se numa nova revista. A Revista da Academia Brasileira de Letras (RABL) coligia textos anteriormente publicados em jornais e outras publicações da época.

A questão da grafia do nome <Brasil> (ou <Brazil>) já aparece pela primeira vez na RABL num artigo publicado em 1910, no segundo número da revista em seu ano de estreia. O Visconde de Taunay, um dos fundadores da ABL, fora destacado para redigir um parecer sobre a incipiente polêmica. O Visconde inicia seu julgamento a respeito da questão ortográfica pela menção ao estudo de Joaquim Caetano da Silva, que, nos anos 1860, fez importante discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reproduzido na revista do IHGB no 3º trimestre de 1866<sup>18</sup>. Curiosamente, Taunay inicia assim a síntese dos argumentos de Caetano da Silva:

---

<sup>18</sup> Revista IHGB - Tomo XXIX - Parte Segunda, disponível em <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb>, acesso em 13 jan. 2020.

Como homenagem ao elavado vulto daquelle sabio, resumamos aqui, do modo mais concizo possivel, essa succulenta monografia, salientando, antes do mais, que elle escreve Brazil sempre com z, quando, naquella época, a ortografia official do Instituto Historico era com s, como se conservou até o tomo XLVI (1833) [sic], em que mudou para z. Aliás, Joaquim Caetano não discutia essa questão, tão sómente qual a orijem do vocabulo. Nós é que, paralelamente lhe aproveitaremos os valiozos subsídios (TAUNAY 1910:301-2).

Dessa forma o Visconde interessantemente dá a entender – o que nem sempre parece tão claro para os disputantes que escreveram após Taunay – que a etimologia e grafia da palavra são duas coisas distintas, embora aquela possa subsidiar esta. Também interessantemente se faz notar que o IHGB orientava que seus autores escrevessem <Brasil> até 1883<sup>19</sup>, ano em que se mudou a recomendação, embora a argumentação que faça com frequência nessa querela mostre os registros escritos séculos antes com a forma com <z>. Taunay prossegue no seu resumo do texto de Caetano da Silva para concluir que <Brazil> vem de “braza”. Depois de breve divagação sobre a grafia de outras palavras, o Visconde convida, na página 310: “vamos, porém, á nossa questão”. Jamais terminou o texto. Desafortunadamente, Taunay faleceu em 1899<sup>20</sup>, sem que o texto fosse concluído. Seu filho foi o responsável por, somente em 1910, trazer a lume o texto do pai, que, embora inacabado, é aparentemente uma defesa da grafia com <z>.

Doze anos após a publicação póstuma do parecer inacabado do Visconde de Taunay na RABL, em sessão de 3 de novembro de 1922, Coelho Netto sugere aos colegas imortais: “Proponho que a Academia firme, como definitiva, a graphia da palavra ‘Brasil’, com S, de accôrdo com a opinião da maioria, senão da totalidade dos seus membros”<sup>21</sup>. A comissão de Lexicografia, no ano seguinte, emitiu um parecer assinado por João Ribeiro referendando <Brasil><sup>22</sup>.

O percurso argumentativo de João Ribeiro, bem sintético na sua disposição se comparado, por exemplo, aos de Assis Cintra ou Caetano da Silva, não trilha caminhos muito distintos dos que escolheram seus predecessores: pesquisa etimológica que empregava o método disponível à época, comparação com formas gráficas de outras línguas vivas ou mortas. Como se expôs acima, Assis Cintra era defensor da forma

<sup>19</sup> Volto a agradecer à profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone que percebeu e alertou-nos sobre o cochilo do editor do texto de Taunay. Onde se lê 1833, deve-se ler 1883, ano da publicação do referido tomo XLVI da Revista do IHGB.

<sup>20</sup> O texto foi originalmente lido por Taunay nas sessões de 14 e de 28 de setembro de 1897, segundo as atas disponíveis em <http://www.machadodeassis.org.br/>, acesso em 27 jan. 2020.

<sup>21</sup> Revista da Academia Brasileira de Letras, ano XV, dezembro de 1924, n° 36, Volume XVI.

<sup>22</sup> Idem.

<Brasil>, enquanto Caetano da Silva entendia que <Brazil> era a única possibilidade de escrita para o nome do país. Afrânio Peixoto e Silva Ramos, ao introduzirem as reflexões de Ribeiro sobre o tema, situam a polêmica como quase centenária à época, destacando um discurso escrito por José Silvestre Rebello e publicado no I volume da "Revista Trimensal do Instituto Histórico", em 1839, e o contemporâneo livreto de Cintra, saído dos prelos dois anos antes. Para Ribeiro, assim como para Medeiros e Albuquerque, nos dizeres de Assis Cintra, soa inaceitável que os brasileiros vacilem na grafia de sua pátria: “Não é possível que um povo ignore a maneira de escrever o seu proprio nome; e, entretanto, a hesitação perdura nos documentos officiaes, nas inscrições, nas moedas, em todas as actas da vida publica, sempre desencontrada e contraditória”<sup>23</sup>. Por aquele tempo, Ribeiro afirma que, ainda que a querela não estivesse rematada, havia uma maioria forte e numerosa favorável ao <s> à qual se opõe uma minoria pequena e revel partidária do <z>. Com humor e ironia – que passam até pela sugestão do nome “Ibirapitanga”, o termo do tupi para o nome do “pau vermelho” –, ao longo de sua exposição, João Ribeiro sustenta que o nome Brasil é um empréstimo francês, justificando o <s> do primeiro galicismo em solo tupiniquim. A comissão composta pelos imortais Afrânio Peixoto e Silva Ramos subscreve o parecer de João Ribeiro e confirma a anuência da grafia com <s>.

O grupo “rebelde” – na opinião de João Ribeiro –, embora em menor número que o de seus rivais de então, lembrava que, ainda entre os imortais, havia os que não estavam tão convencidos assim de que <Brasil> deveria ser a forma correta. Ainda que o parecer supracitado tivesse sido aceito pelos colegas, não havia consenso sobre a questão na ABL. Num notório artigo publicado no Volume XVI<sup>24</sup>, em 1923, intitulado “A graphia do nome da patria”, Afonso Celso volta à rusga, partindo de duas constatações. O inventor do termo “ufanismo”<sup>25</sup>, primeiro, informa que os estatutos (1897) e os regimentos internos (um primeiro de 1910, outro posterior, de 1917) da ABL registravam o adjetivo <brazileiro> inequivocamente com <z>. Então, Celso lembra que em recente reforma ortográfica promovida pela ABL excluía-se a possibilidade de “do uso da consoante s com o som de

---

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Originalmente esse texto está na edição do Jornal do Brasil de 21 de novembro de 1922, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04), acesso em 13 de jan. 2020.

<sup>25</sup> Afonso Celso, em 1900, publicou o livro “Por que me ufano de meu país”, uma espécie de culto de amor à pátria. Dessa obra provém o substantivo “ufanismo”, empregado ainda hoje quando se quer falar de um patriotismo exagerado. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/afonso-celso/>, acesso em 13 jan. 2020.

z, entre duas vogaes” para esclarecer que “assim, pois, a orthografia de Brazil com z é a legal, a tradicional, da Academia” (CELSO 1925:305). Não obstante reconhecer que “consideravel grupo [...] entende, baseado em razões etymologicas, que Brasil se deve escrever com s e esse grupo de eruditos tem ganho muitos proselytos, até nas regiões officiaes”, o autor discorda dessa posição por ser a grafia com <z> a da tradição legal, estatutária. Para ratificar seu ponto de vista, Celso menciona o impressionante texto escrito por Joaquim Caetano da Silva, já referido por Taunay em seu parecer inacabado. Também outros eminentes intelectuais são elencados pelo autor, em defesa de <Brazil>. Por fim, argumenta Celso que, sendo o legislativo eleito – em termos democráticos para a época –, essa é a voz do próprio povo: “[...] poderá o particular, poderá o proprio Governo alterar, embora baseado em discutiveis fundamentos philologicos, uma fôrma assim consagrada pelos legisladores constituintes que se presume encarnarem a vontade do povo inteiro?” (p.307). Ou seja, por esse viés, a grafia com <z> seria avalizada pelo uso “popular”. Na ausência de um órgão oficial brasileiro que se ocupasse da normatização dos topônimos, como já os havia em outros países, Afonso Celso exorta a ABL a interceder diante do Congresso Nacional pela oficialização da consagrada – em seu entender grafia <Brazil>.

Como vimos, em que pese o decreto federal de 1931 e a vitória da forma <Brasil>, a polêmica sobre a grafia do nome do país, que datava, segundo os próprios contendores, já da primeira metade do século XIX, estava longe de arrefecer ainda na década de 1920, menos de 10 anos antes da oficialização. Para que entendamos tamanha indecisão, será preciso investigarmos alguns aspectos da história da ortografia do português. Afinal, a vacilação dos ilustres imortais e de outros intelectuais não menos capazes parece só ser explicada por um estado de coisas bastante peculiar.

### 3. A questão ortográfica na língua portuguesa

A ortografia do português, nos anos da disputa sobre a grafia do endônimo Brasil, ou seja, boa parte do século XIX e início do XX, parecia ser um terreno tão movediço que nosso João Ribeiro só foi acrescentar em sua Gramática Portuguesa um apêndice ortográfico bastante tardiamente. Na 19ª edição<sup>26</sup> se lê o aviso: “desde a 15ª edição ajuntamos um suplemento de anotações que se encontram no fim do volume, e versam a cerca de questões varias de syntaxe, analyse, orthographia etc., tratadas no texto”. Antes disso, esse tópico era retumbantemente silenciado na obra de Ribeiro, como observa Silva (2009:7). Mesmo com esse suplemento ortográfico, as edições posteriores discutiam apenas os empregos dos diacríticos e dos sinais de pontuação, deixando as polêmicas para os jornais e revistas. É preciso entender como se chegou a essa conjuntura.

#### 3.1. Simplificar para quê?

Apesar da aridez do tema, principalmente para obras didáticas, que era o caso das de João Ribeiro, a tradição gramatical e filológica brasileira, isto é, o conjunto de autores que costumam servir de referência quando se trata das questões desses campos do saber sobre português no Brasil, abordou a ortografia e sua história e produziu interessante bibliografia sobre o tema, sobretudo após as primeiras décadas e ao longo do século XX<sup>27</sup>.

Gladstone Chaves de Melo, em sua consagrada “Iniciação à Filologia Portuguêsa” entabula a conversa de maneira bem-humorada: “sosseguem os heroicos leitores, que não lhes vou impingir regrinhas para bem grafar os vocábulos, válidas por uma década ou por uma semana, como tem sido na tortuosa história da ortografia da língua no Brasil” (MELO 1967:209). Talvez essa fosse naturalmente a expectativa dos heroicos leitores de Melo, acostumados às obras didáticas sobre ortografia daquele tempo? O autor promete, então, tratar de um objetivo “mais alto e geral: o problema ortográfico em si e na língua portuguêsã”. Melo reforça inicialmente a primazia da fala sobre a escrita, criticando alguns professores que ensinariam o contrário. A partir dessa percepção, o autor conclui que quanto mais próxima da fala, melhor será a ortografia. Aos que imaginariam, no entanto, que o ideal seria uma escrita alfabética (e não ideográfica ou hieroglífica) em que

<sup>26</sup> Publicada pela livraria Francisco Alves em 1920. Disponível em <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/>, acesso em 14 de jan. 2020.

<sup>27</sup> Para citar apenas dois autores que desenvolvem estimulantes reflexões sobre o tema em suas gramáticas históricas: Ismael de Lima Coutinho (Gramática Histórica) e Francisco da Silveira Bueno (Formação Histórica da Língua Portuguesa).



houvesse uma relação biunívoca entre grafemas e fonemas, ou seja, uma escrita fonética, o professor já os desencoraja, evidenciando dificuldades como a variação regional e mesmo individual, além da quantidade de letras necessárias a uma ortografia que se baseasse exclusivamente nesse princípio. Cagliari (2009:24) também desalenta defensores desse tipo de solução, ao observar que, já que a finalidade da ortografia é, para esse autor, neutralizar a variação linguística na escrita, “qualquer proposta de transformar a ortografia em transcrição fonética não faz sentido e transformar em transcrição fonológica não muda em nada com relação às dificuldades ou facilidades de memorização da grafia das palavras”. Mais adiante voltaremos a esse autor. Por enquanto, concluíamos com Melo, que, a seguir, observa como as ortografias do inglês e do francês estão distantes de suas falas atuais e da resistência a reformas nesses dois contextos. Diferentemente da escrita dessas duas línguas, a portuguesa seria mais fonética e teria se complicado a partir do Renascimento, até chegar ao caos do século XIX, em que surge a figura do foneticista Gonçalves Viana.

Parece interessante que façamos neste ponto um parêntese explicativo. Costuma-se, e Melo assim também o faz, dividir a história da ortografia da língua portuguesa em três períodos:

O primeiro, tradicional e inadequadamente chamado *fonético*<sup>28</sup>, vai até o século XVI, ou até 1572, data da publicação da Ortografia da Língua Portuguesa, de Duarte Nunes de Leão, e de Os Lusíadas, de Luís de Camões. O segundo período, chamado *etimológico*, vai até 1911, em Portugal, com a oficialização do sistema que Gonçalves Viana divulgou em 1904, no livro Ortografia Nacional, Simplificação e Uniformização Sistemática da Ortografia Portuguesa (XVI+ 454 páginas), uma crítica extremamente bem documentada e um estudo minucioso da anarquia ortográfica vigente. O terceiro período, chamado *simplificado*, começa no Brasil em 1931, mas em Portugal, começa em 1911, com a adoção das Bases para a *Unificação da Ortografia*, relatório redigido por Gonçalves Viana em nome da Comissão integrada por estudiosos como Adolpho Coelho, Leite de Vasconcelos e Cândido Figueiredo, entre outros, que endossaram o sistema que Gonçalves Viana havia apresentado em 1904, no livro supracitado, e que reiterou em 1912, com a publicação de *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*. A ortografia de 1911 viveu em Portugal, com algumas modificações feitas em 1920, até 1931, data do primeiro de uma série de (des)acordos ortográficos luso-brasileiros (CARVALHO, J. Augusto, 2014:107, itálicos do autor).

---

<sup>28</sup> Sobre o termo “fonético” Cagliari (2011:104) adverte que “atribuir ao Período Arcaico uma *Ortografia Fonética*, como se naquela época as pessoas escrevessem como falavam, e achar que os textos refletiam as variações dialetais, sem levar em conta a *ortografia arcaica* é um erro que tem levado muitos estudiosos a conclusões estranhas e até mesmo a erros.” (cf. CAGLIARI 2011).

É interessante perceber que a disparidade entre as condições históricas de elaboração das ortografias de Portugal e Brasil fez com que o período simplificado, nas palavras de Carvalho (2004), tenha começado aqui somente em 1931, como já vimos, a data da oficialização do endônimo <Brasil>.

Melo (1967:212) anota que, no primeiro período, “existe uma apreciável coerência, ao menos de princípios, e regular uniformidade”. Haüy (2014) explica que, no período da ortografia que coincide com a tradicionalmente chamada fase arcaica da língua, a escassez material de um momento anterior à invenção da prensa de tipos móveis de Gutenberg criou certas especificidades desses textos escritos. Na baixa idade média, a censura eclesiástica de materiais escritos e a estratégia do ditado para vários copistas simultaneamente levou a certa multiplicidade de formas de registro, às vezes de uma mesma palavra numa mesma página: “os escribas, tentando representar foneticamente os sons das palavras que escreviam, cometiam erros e multiplicavam a grafia, dependendo do ouvido e da ignorância de cada um” (2014:183). Notemos que essa autora vê nesse período “deficiências gráficas” por ausência de tradição, ao passo que Melo vê esse mesmo momento da ortografia com certa simpatia, como se expôs acima. Carvalho (2014:107-8) pondera que “o primeiro período deveria chamar-se ‘período de indecisões pessoais’” e prossegue: “um mesmo autor, como Fernão Lopes, por exemplo, grafa na mesma página *he/era* (v. ser), *ell/ele* (pronome). Na *Crestomatia arcaica* de José Joaquim Nunes, há pelo menos três grafias diferentes para a palavra *honra*: *hõrra*, *homrra* e *honra*” [itálicos do autor].

O segundo período, que durou do século XVI ao XX, usualmente conhecido como *etimológico*<sup>29</sup>, resulta inicialmente de um momento histórico em que se valorizava um passado idealizado ou a ideia de um passado. A Idade Média marca o declínio da cultura clássica. As línguas românicas, resultado de variação, mudança e contato do latim com outras línguas, que eram as línguas nativas de boa parte da população europeia, faladas em toda atividade de interação verbal, vão assumindo também o papel de línguas cartoriais, burocráticas e, em certa medida, até literárias, na incipiente literatura medieval neolatina. O Renascimento arrasta os olhares dos eruditos ao passado clássico. Cagliari (2011:105) relata que

---

<sup>29</sup> Ou *pseudoetimológico* por Haüy (2014:184), que acompanha Melo (1967:212).

Com o movimento renascentista, os eruditos se inspiraram nos modelos greco-romanos, mas, como não viviam mais num mundo onde as línguas grega e latina tinham vida, acabaram optando por escrever suas obras nas línguas vernáculas. Este fato decretou a morte do latim na Europa como língua nativa e deu, às línguas vernáculas, o ‘status’ de língua culta.

Esse período pode ser entendido, em certo sentido, como o do surgimento de *normas cultas* das línguas vernáculas. Concomitantemente, as hipóteses ortográficas do período arcaico passam a ser sistematizadas e surgem os sistemas ortográficos. O fascínio dos homens renascentistas pela Antiguidade greco-romana levou-os à exaltação de aspectos da vida clássica e, por conseguinte, das línguas clássicas, em que essas culturas se faziam conhecer. Vejamos: as línguas vernáculas ganham o ‘status’ de línguas de cultura, como concluiu Cagliari, e as línguas clássicas passam a ocupar um lugar ideal, modelar. Se, por um lado surgem *Dom Quixote*, *El Cid*, *A Divina Comédia*, *Os lusíadas* como os *novos* clássicos, por outro, a *imitatio* cobra o seu preço.

Com o Renascimento, há um consciente esforço dos letrados em resgatar vocábulos do grego e do latim de tal forma que houve aumento considerável do léxico do português, por causa dos constantes empréstimos. A esse processo costuma-se chamar *relatinização*<sup>30</sup>. Trata-se, em linhas gerais, da cunhagem em português de termos inspirados no latim (clássico) para os domínios da literatura, ciência, teologia, filosofia, etc. Esses termos formam o que se pode chamar de vocabulário erudito do português. Assim, é possível encontrar hoje termos cognatos em português que trilharam caminhos distintos. Por exemplo, “dígito” e “dedo” têm o mesmo étimo latino, embora este tenha chegado ao português por via popular e aquele, erudita. Com o tempo, no entanto, sem um método etimológico consolidado, parece ficar cada vez mais difícil atestar origem às palavras. Dessa forma, vocábulos já presentes na língua portuguesa, depois de séculos de mudança, passam a ter suas grafias modificadas por uma vontade “latinizante”. Finalmente, essa latinização toca até palavras que não tinham necessariamente uma origem clássica, que passam a sofrer essas alterações em sua forma escrita. Os efeitos para a ortografia são notáveis, ao que Haury chama de “eruditismo pretensioso”:

na tradução das obras gregas e latinas, ignorando quase sempre os princípios da evolução linguística, as simplificações e transformações por que já passara a língua portuguesa, os autores, numa fanática tendência para dissociar a grafia da pronúncia e fazer retroceder a língua até a sua origem, infestaram a grafia portuguesa de formas absurdas, totalmente contrárias à etimologia (HAURY 2004:184-5).

---

<sup>30</sup> Cf. BAGNO 2011:264-6.

Veja-se, portanto, que a inicial devoção à cultura clássica tornou-se um fetiche pelas formas clássicas tamanho que a escrita do português viu abundarem rapidamente elementos exógenos: <ph>, <th>, <rh>, <ch> e <y>, sem falar das consoantes geminadas herdadas do período ortográfico anterior, que foram acrescidas por outras, dada a influência, às vezes imaginária, da forma latina. Melo (1967:214) acrescenta que “daí resultou que se inseriram nos hábitos gráficos muitas inutilidades”. A seguir complementa que “não tardou que surgissem as conseqüências funestas, que se acentuasse o desacôrdo entre a pronúncia e a escrita e que se tornasse cada vez mais difícil e mais arbitrária a grafia das palavras [...] a balbúrdia chegara ao auge. Urgia, pois, resolver definitivamente o caos”.

### 3.2. Um dedo de prosa sobre a fonologia do português arcaico

A esta altura já se pôde perceber que a questão central de nosso texto é bastante poderosa a ponto de nos arrastar por tempos e espaços. Se, à época de nossos contendentes João Ribeiro e Assis Cintra, havia incerteza ortográfica entre <z> e <s>, isso nem sempre foi assim. Como se sabe, o latim clássico não tinha consoantes constrictivas sonoras. Ou seja, o fonema da discórdia ainda não estava lá. Vamos à interessante história da constrictiva sonora anterior /z/ no português.

O português arcaico inicialmente tinha um par de fricativas apicoalveolares, como em *passo* (surda) e *coser* (sonora) – cujas origens remontariam respectivamente do /s/ latino inicial e geminado (<s-, -ss->), como em *sine* > sem e *passum* > passo e do /s/ medial (<-s->) como em *consuere* > coser, *rosa* > rosa. Às fricativas apicoalveolares do português arcaico se somava um par de africadas predorsodentais, como em *paço* (surda) e *cozer* (sonora), pronunciados à época /ts/ e /tz/. Essas africadas provinham dos latinos /ty/, /dy/, /ky/, /k<sup>e.i</sup>/: *palatium* > paço, *pretiare* > prezar, *audio* > ouço, *facio* > faço, *civitate* > cidade, *centum* > cem. “Por volta de 1500”, como constata Teyssier (2014:42), “as duas africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial, mas a oposição entre os dois pares de fonemas continuava a manter-se, porque seu ponto de articulação não era o mesmo”. Em outras palavras, um falante de português, no início do século XVI, não se confundiria num ditado em que aparecessem “passo”, “paço”, “coser” e “cozer”.

Mattos e Silva (2019:89), no entanto, observa que “Duarte Nunes de Leão e P.M. de Gândavo, atestam as confusões ortográficas que já se processavam nos fins do século XVI”. Português de ascendência belga, Pero de Magalhães Gândavo foi latinista, se ocupou do ensino de latim e português e de discussões sobre a ortografia. Na sua obra *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa*<sup>31</sup>, escreve:

As letras que se costumão muitas uezes trocar hũas por outras, e em que se cometem mais vicios nesta nossa linguagem, são estas que se seguem, convém a saber: c, s, z, e isto nace de não saberem muitos a diferença que há de hũas às outras na pronunciação. (...) Mas ainda que isto se assi pareça, nem por isso terão licença de pôr c, em lugar de, nem s, em lugar de z, nem z, em lugar de s, nem s, em lugar de c, porque na uerdade seria corromperem a uerdadeira pronunciação dos uocabulos, e muitas vezes significar hũa coisa por outram assi como, passos que se escrevem com dous ss, quando significão os que se dão com os pês, e paços quando se entendem pellas csas reaes com c. E outros algũs nomes e uerbos ha, que não tem outra diferença na significação, se não escreuerem se com s, ou com c, ou com z, assi como cozer que se escreue z, quando he por cozinha algũa cousa em fogo, e coser com s, quando é por coser com agulha. Tambem ceruo se escreue com c, quando é pelo ueado e seruo com s, quando se entende pelo escrauo. E assi tambem cella com c, quando se toma pelo aposento religioso, e sella com s, quando significa a que se poem no cavallo (GÂNDAVO 1574:18-9).

Para Gândavo as diferenças entre os quatro fonemas consonantais são fundamentais para que se escreva corretamente, como nos seus exemplos. O autor reconhece a dificuldade de sistematização ortográfica e recomenda que os “escriuães”, além de conhecerem latim, percebam nuances de pronúncia, didaticamente explicadas com ricas analogias e hipóteses curiosas para a criação ancestral dos grafemas:

E porque de todas estas diuersidades de uocabulos que ha em uossa lingua, se não podem fazer regras gerais para se conhecer com que letras se hão de escreuer, é forçado que todos os escriuães que nesta parte serem ser perfeitos, tenham algum conhecimento de latim, ou ao **menos conheção a diferença que ha na pronunciação do c, ao s, e do s, ao z, porque se cairem nella, com mais facilidade poderão uedar muitos erros conforme ao sentido da orelha que nesta parte não he pouco fiel**. E pera saber como se há de fazer esta diferença, entendam que quando pronunciarem qualquer dição com c, hão de fazer força com a língua nos dentes debaixo, de maneira que fique algum tanto a ponta dobrada para dentro, e quando for com s porão a língua mais folgadoamente pera cima, que fique soando a pronunciação à maneira de assouio de cobra, que esta foy a causa porque o Antiguos formaram o s, da feição da cobra, e o c, à maneira de meyo circulo que fica dobrado semelhante à lingua quando o pronuncia. Quanto esta letra z, composerão os Gregos de duas letras, conuermasaber, do s, e do d, e assi a pronunciação della não he outra coisa, senão a de hum s, carregado por respectiuo daquele d, que lhe formão diante, o qual d, não deixa faltar a lingua tão liurementemente como quando o mesmo s, per si se pronuncia. Assim que esta e todas as mais letras inuentaram os mesmos Antiguos sapientissimamente, porque cada hũa tem a

<sup>31</sup> Uma versão digitalizada pode ser consultada na Biblioteca Nacional de Portugal, em <https://purl.pt/12144>, acesso em 04 out. 2021.

forma conforme à natureza e semelhança de sua pronúncia [grifo nosso] (GÂNDAVO 1574:20-1).

As mudanças estavam em curso e, como é sabido, não se deram homogeneamente em todo território português. Teyssier (2014:84) observa “que Gândavo era originário de Braga, logo de uma região em que a antiga distinção [entre os quatro fonemas consonantais] se tinha conservado”, diferentemente de outros lugares onde a mudança já estava implementada.

Embora fosse um homem de letras, Gândavo não se manteve preso a um gabinete, também viajou pelo Império Português, como Luís de Camões, de quem foi amigo<sup>32</sup>. Diferentemente, no entanto, do autor d’Os Lusíadas, que se foi aventurar nos domínios portugueses a leste, Gândavo visitou o Brasil, onde trabalhou por mais de dez anos na Fazenda do Governo na Bahia. Essa estada rendeu subsídios à redação da obra “História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil”<sup>33</sup>, um volume sobre a fauna e a flora do Brasil, impresso em Lisboa, na oficina de um tal Antônio Gonçalves em 1576. No frontispício desse misto entre o tratado e o relato de viagem, impresso no mesmo século do achamento do país pelos portugueses, está grafada a palavra Brasil, com <s>. Parece tentador tirar algumas conclusões apressadas, mas prossigamos: feitos os parênteses explicativos, retornemos a Gonçalves Viana.

### 3.3. O reformador português

Aos 17 anos, o jovem Aniceto, que entraria para a história da língua portuguesa conhecido pelos sobrenomes Gonçalves Viana<sup>34</sup>, perdeu o pai e o irmão para a febre amarela e se viu forçado a abandonar os estudos para trabalhar na Alfândega de Lisboa a fim de sustentar a família. Era 1857 e Gonçalves Viana, nas suas horas vagas, autodidaticamente estudou grego e sânscrito, além de diversas línguas modernas, debruçou-se sobre filologia e a fonética, sempre paralelamente às obrigações do trabalho. Embora autodidata, não há dúvidas sobre a solidez da erudição de Viana. A diversidade de seu conhecimento permitiu que ele fosse capaz de enfrentar as múltiplas grafias

<sup>32</sup> Uma breve biografia de Pero de Magalhães Gândavo pode ser lida em <http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/peromagalhaes.html>, acesso em 26 set. 2021.

<sup>33</sup> Uma versão digitalizada pode ser consultada na Biblioteca Nacional de Portugal, em <https://purl.pt/121>, acesso em 26 set. 2021.

<sup>34</sup> Cf. a breve biografia no Instituto Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/gviana.html>, acesso em 15 jan. 2020.

portuguesas e as tantas variedades faladas no pequeno território português e sistematizasse a escrita da língua com maestria, como se verá adiante. Os primeiros frutos de seu labor intelectual amadureceram em 1880, quando o nomearam secretário do 9.º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, evento internacional esse ano em Lisboa. A partir daí, foi-se tornando mais e mais conhecido no cenário intelectual português até integrar a Comissão de Reforma Ortográfica em 1911.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por convulsões sociais ao redor do mundo. Em Portugal, o Partido Republicano Português, fundado em 1876, viu a oportunidade, almejada durante décadas, de proclamar a República Portuguesa depois do regicídio de 1908. Uma revolução nacionalista e reformista deu fim ao Antigo Regime lusitano, depondo o trágico herdeiro real em 1910, mesmo ano em que acontecia a revolta da chibata no Brasil, já republicano desde o final do século XIX. Além da elaboração de novos símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, o governo provisório português nomeou, no dia 15 de fevereiro de 1911, uma Comissão de intelectuais, dentre os quais estava Gonçalves Viana – que seria o redator da reforma e que já havia escrito uma Ortografia Nacional em 1904 –, a fim de propor as bases de uma nova ortografia oficial<sup>35</sup>.

Gonçalves (2003:654) esclarece que “em matéria ortográfica, a viragem do século XIX para o século XX está associada, incontornavelmente, a Gonçalves Viana, o maior expoente das ideias ortográficas e dos estudos da fonética portuguesa”. A autora explica que o contexto desse debate em Portugal era polarizado: de um lado estavam os “etimológicos” – cujas propostas ortográficas não resolviam e até acentuavam os problemas que vimos grassar entre os séculos XVI e XIX, conforme se expôs acima na seção 3.1 –; de outro lado, os “sónicos”, encabeçados por Barbosa Leão. Estes formavam um grupo, na década de 1870, que tinha em comum propostas de “fonetização ortográfica” (GONÇALVES 2003:307). A autora relata que nenhuma dessas propostas deslanchou afinal por carecerem de soluções satisfatórias e consensuais para as variações individual e regional. Uma ortografia assentada sobre bases científicas deveria obedecer, segundo Viana, aos princípios da Linguística Histórica. Acima, também em 2.1, já lemos alguns argumentos de Melo e outros de Cagliari que acusam a inviabilidade de uma

---

<sup>35</sup> O periódico lusitano “Diário do Governo”, de 1911, contém o texto integral da reforma ortográfica proposta por Gonçalves Viana, Carolina Michaélis, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes e Borges Grainha: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1911/09/21300.pdf>, acesso em 15 de jan. 2020.

escrita estritamente “fonética”. Em Portugal, porém, essa foi uma corrente bastante forte naquele período, como expõe a autora. Viana não se enquadrava em nenhum dos dois grupos:

Na verdade, apesar de as propostas reformistas concederem expansão ao princípio fonético em detrimento do etimológico, o sábio foneticista e filólogo não é um “sónico”, pois procurava um sistema que, em vez das realizações concretas ou físicas, tão variadas quantas as regiões e os indivíduos, reflectisse sobretudo a componente fonológica, logo, os aspectos gerais e pertinentes. Nesse sentido, eram relevantes, por exemplo, a indicação da tonicidade e da oposição fonológica entre vogais abertas e fechadas, aspectos privilegiados por Gonçalves Viana (GONÇALVES 2003:655).

### 3.4. As *Bases da Ortografia Portuguesa*<sup>36</sup> e a *Ortografia Nacional*

Quem se acostumou a ler textos escritos no século XIX, no “caos” e na “balbúrdia” ortográfica, se surpreende com a redação de “Bases da Ortografia Portuguesa”, publicado gratuitamente ao público em 1885. O opúsculo é resultado da parceria de Gonçalves Viana com Guilherme de Vasconcelos Abreu, um orientalista, profundo conhecedor do sânscrito. Vasconcelos Abreu, como lemos abaixo, já vinha havia algum tempo aplicando em textos seus os princípios que finalmente os autores vieram apresentar nas “Bases”:

Os princípios que servem de base à reforma ortográfica iniciada por nós ambos e usada ha dois anos pelo segundo signatário desta circular, em escritos particulares e oficiais, e em artigos publicados em alguns papéis periódicos, são resultado de estudo consciencioso e larga discussão dos iniciadores. São princípios deduzidos ou antes expressão dos factos glotológicos examinados com rigor; são todos demonstráveis, e de simplicidade tal que os poderá compreender a sã inteligência, ainda que para ela sejam estranhos os estudos de glotologia.

Ao que parece, posteriormente, Viana, assim como Vasconcelos Abreu, também adotou a simplificação. Gonçalves (2003:660) observa que “o autor adopta, em diversas ocasiões, uma ortografia simplificada, numa tentativa de, pela prática, difundir esse sistema”. A autora, “sem pretensão de exaustividade”, analisando textos do autor escritos em 1887 e 89, conclui que “Gonçalves Viana apresenta um sistema fortemente simplificado, correspondente ao das *Bases* (1885) e assente num compromisso entre o princípio histórico e o fonético”. Abaixo transcrevem-se os princípios das *Bases*:

#### PRINCÍPIOS JERAIS DE TODA ORTOGRAFIA

- 1.º Uma língua é um facto social; não depende do capricho de ninguém alterá-la fundamentalmente.
- 2.º Como facto social é produto complexo, variável por evolução própria da sociedade cujas relações serve.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.gutenberg.org/cache/epub/15047/pg15047-images.html>, acesso em: 15 jan. 2020



3.º A ortografia é o sistema de escrita pelo qual é representada a língua dum povo ou duma nação num certo estado de evolução glotolójica.

4.º Esta representação deve ser exacta para todo o povo, para toda a nação e portanto deve respeitar a filiação histórica.

5.º É evidente, pois, que a ortografia não pode ser especial dum modo de falar, quer êste seja dum só indivíduo, quer duma província ou dialecto da língua.

6.º Em virtude disto a ortografia não pode representar a pronunção, que por certo não será una; ha de representar a enunção, a qual é sempre comum ao povo, à nação que fala uma só língua como seu idioma próprio e exclusivo.

7.º Na ortografia, por consequência, não se pode fazer uso de sinais que indiquem pronunção de uma qualquer letra vogal, excepto quando essa vogal careça de ser pronunçada com modulação especial para a distinção conveniente do emprêgo sintáctico do vocábulo, ou ainda (e menos vezes em português) para distinguir na grafia única modos diferentes de silabização.

8.º Para se representar a enunção carece-se de acentuar gráficamente o vocábulo, e a ortografia deve ser tal que, subordinada às leis de acentuação na língua falada, mostre para qualquer vocábulo a sua sílaba tónica a quem desconheça o vocábulo que lê.

Escólio. - É evidente que a acentuação gráfica é inútil na língua escrita cuja constituição glotolójica a determina invariavelmente: tal o latim clássico e as línguas germánicas.

Nos princípios transcritos acima se percebe que os autores estão num estágio de reflexão sobre a língua bastante avançado e escrevem em consonância com a ciência linguística de seu tempo. Note-se que ao definirem a língua como *fato social* Abreu e Viana se filiam a certa maneira social de pensar as atividades languageiras. Também está ali a ideia de que a ortografia deve ser um esforço tanto sincrónico quanto histórico de registro de um dado estado da língua, embora o primeiro prevaleça muitas vezes sobre o segundo, e, para que ortografia seja o mais geral e abrangente, deve ser mais fonológica que fonética, ainda respeitando a etimologia, para que se mantenha impressa a filiação românica. Havia certamente uma sintonia entre os autores e o que existia de mais moderno nas ciências da linguagem. Pagotto (2007:42) observa que, nas disposições iniciais de Viana e Vasconcelos de Abreu, “no conjunto, os princípios pautam-se, portanto, por uma coerência muito grande, advinda de uma visão de linguagem que antecipa o que viria a ser a lingüística estrutural”. De fato, costuma-se apontar como marco inicial do estruturalismo o Curso de Linguística Geral de Ferdinand de Saussure, publicado em 1916. No entanto, as ideias que dariam contornos claros a esse quadro teórico já estavam em circulação bastante tempo antes:

É comum dizer que a linguística estrutural na Europa começa em 1916, com a publicação póstuma, como já mencionamos, do Curso de linguística geral de Ferdinand de Saussure. Como também já dissemos, muito do que hoje é considerado como saussuriano pode ser visto, embora menos claramente, no trabalho anterior de Humboldt, e os princípios estruturais gerais que Saussure desenvolveria com respeito à linguística sincrónica no Curso tinham sido aplicados quase quarenta anos antes (1879) pelo próprio Saussure numa reconstrução do sistema vocálico indo-europeu (WEEDWOOD 2002:126-7).

Vemos aqui como, de maneira bem sucedida, os autores empregam o discurso científico disponível à época para impulsionar suas propostas. Voltaremos à questão da legitimação da ortografia diante da opinião pública pelo argumento científico adiante, em momento oportuno. “A bibliografia”, destaca Gonçalves (2003:656), “de Gonçalves Viana reparte-se por duas vertentes predominantes, ligadas entre si – a fonética e a ortografia portuguesas”. A autora aponta que as contribuições de Viana foram para os estudos da fonética, e não se restringiam à lusofonia, uma vez que “dotado de notável sensibilidade fonética, apoiada numa extraordinária erudição e no conhecimento da filologia românica, [...] estava bem apetrechado para uma reflexão científica sobre as relações entre o sistema gráfico e a realização oral da língua nas diversas implicações”. (GONÇALVES 2003:657).

Passados quinze anos da publicação das *Bases*, consolidada a reflexão sobre sua proposta de ortografia simplificada, Viana não obteve o sucesso pretendido com suas primeiras incursões à Academia de Ciências de Lisboa, a equivalente lusitana à nossa ABL. Aliás, havia uma resistência oficial, sintetizada nas vontades de suas “Suas Magestades”, a “systemas ou reformas de orthographia”, como demonstra Kemmler (2001:251), ao transcrever duas portarias, a primeira de 1897, a segunda de 1901:

Direcção geral de instrucção publica

3ª Repartição

Constando que por meio dos livros e textos destinados ao ensino se procura n'alguns estabelecimentos de instrucção publica introduzir e impor arbitrariamente, sem consulta nem auctorisação competente, systemas ou reformas de orthographia e até de prosodia portugueza e latina, e que, independentemente das rasões doutrinarias que possam fundamentar taes innovações, propria carencia de regular verificação e adopção d'ellas e os processos por que pretendem fazer-se adoptar podem produzir, e estão já produzindo, graves perturbações e embaraços á regularidade e até á boa disciplina academica: ha por bem Sua Magestade EI-Rei mandar declarar ao reitor da universidade de Coimbra e aos directores das mais escolas superiores, bem como aos reitores dos lyceus e commissarios de estudos, que não podem ser permittidas e devem ser cohibidas taes innovações ou reformas no ensino official, sem previo exame, consulta ou auctorisação das estações competentes, que o governo se reserva ouvir quando e como tenha por conveniente.

Outrosim manda o mesmo augusto senhor declarar ao administrador da imprensa nacional e aos chefes das mais officinas typographicas do estado, que 3 [sic] composição de quasquer livros ou textos em portuguez ou latim, que n'essas officinas se fizer com o destino ao ensino publico, devem conservar e manter a orthographia usual, com inteira exclusão de qualquer systema não regularmente adoptado e reconhecido.

Paço, em 20 de setembro de 1897. – José Luciano de Castro. (portaria de 24 de Setembro de 1897)

## 2ª Repartição

Tendo-se apresentado algumas duvidas de interpretação da portaria de 20 de setembro de 1897; e sendo, por isso, conveniente esclarece-la para seu inteiro cumprimento: manda Sua Magestade a Rainha, Regente em nome de EI-Rei, que, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, se declare o seguinte: define-se orthographia usual a que está exarada nos mais auctorizados dictionarios contemporaneos da lingua portuguesa e tem sido usada pelos nossos principaes auctores classicos modernos. Os auctores que não se conformarem com esta orthographia, assim o podem declarar, sendo-lhes permitido discutir em notas succintas a orthographia que preferem.

Paço, em 1 de fevereiro de 1901. – Ernesto Rudolpho Hintze Ribeiro. (portaria de 1 de Fevereiro 1901)

Gonçalves (2003:679) conta que, a despeito da pouca ou má recepção de suas ideias ortográficas reformistas, “resolve Gonçalves Viana reunir, aprofundar e ampliar o que haviam sido as suas respostas aos quesitos e alguns dos seus estudos anteriores, numa obra de longo fôlego (454 p.) – a Ortografia Nacional”, de 1904. É por isso que nessa obra percebemos a sua proposta mais bem-acabada. A fim de realizar o ideal de simplificação e redução das grafias portuguesas a uma ortografia, era necessário algum sacrifício. Vimos o (re)aparecimento das formas <ph>, <th>, <rh>, <ch> e <y> no período pseudoetimológico. Essas formas criaram, em muitos contextos, situações de *alografia*, isto é, quando há outra(s) grafia(s) para a mesma palavra, como, por exemplo, nos pares <teatro>/<theatro> ou <telefone>/<telefone>. Os alógrafos com <th> e <ph> nos pares anteriores são conotativos, porque atribuem conotação histórica, cultural, etimológica às palavras. Pois a proposta de Viana abolia os alógrafos conotativos, ficando apenas com as formas denotativas <f>, <t>, <r>, <c> e <i>. O mesmo também deveria acontecer com os alógrafos conotativos de consoantes geminadas, a não ser <rr> e <ss> intervocálicos, uma vez que a geminação é traço distintivo (e.g. carro/caro; cassar/casar). Também desapareceriam as consoantes mudas, ou nulas. Gonçalves conclui que

Estes princípios situam Gonçalves Viana numa linha que, embora reduzindo a componente etimológica, não é anti-histórica nem tampouco fonética, porquanto o filólogo mantém uma série de distinções de raiz diacrónica que asseguram a continuidade da tradição gráfica do português, tanto na representação vocálica como na consonântica, em especial no campo das fricativas (2010:9).

A esta altura, talvez seja desnecessário evidenciar a estranheza do que se narrou até aqui, mas façamo-lo. A língua portuguesa, nos seus mais de oito séculos de história escrita, dona de uma literatura exuberante e de uma intelectualidade prolífica, foi, aos trancos e barrancos, se achegando à modernidade sem que lhe sucedesse qualquer

sistematização ortográfica satisfatória. Gonçalves (2010:2) pondera que “se a ortografia supõe, por definição (do gr. Orthographía “escrita correcta”) uma aplicação geral, a verdade é que até 1911 não existia propriamente 'uma' ortografia portuguesa, mas diversas grafias portuguesas”. Assim, ao contrário de um sistema ortográfico, os autores que se debruçaram sobre o tema descrevem um cenário caótico de balbúrdia ortográfica, como vimos. Sobretudo na segunda metade do século XIX começam os esforços de alguns poucos corajosos reformadores, em especial Gonçalves Viana. O apego a uma mítica etimologia, no entanto, criou resistência quase intransponível aos seus projetos, que esperaram mais de duas décadas para encontrarem respaldo institucional.

#### 4. Companheiros sul-americanos

Como já vimos acima, Viana estava bastante afinado com o que se produzia de mais novo no pensamento linguístico de seu tempo. Gonçalves (2010), analisando o índice remissivo da “Ortografia Nacional” de Viana se depara com uma intrigante remissão: Lenz. A referência é à página 52, em que Viana usa como exemplo uma consoante “do espanhol vulgar do Chile”, e pede para que se confira “Rodolfo Lenz, Die chilenische Lautlehre verglichen mit der araukanischen, in ‘Zeitschrift für romanische Philologie’”. Lenz<sup>37</sup> era alemão, com sólida formação em filosofia e filologia comparada nas universidades de Bonn e Berlim. Relata-se que falava treze idiomas, dentre eles a língua mapuche, ou araucana – denominação que os espanhóis deram a esse povo à sua revelia. Rodolfo Lenz foi contratado pelo governo para trabalhar no Instituto Pedagógico da universidade do Chile, chegando àquele país em 1890.

##### 4.1. Um alemão na América do Sul

Observa Contreras (1994) que, um ano após sua chegada, o alemão naturalizado chileno publicou num jornal de Santiago<sup>38</sup> um texto em que defendia uma reforma que simplificasse a ortografia chilena. Esse texto, de certa maneira, ecoava um movimento reformista que, nas primeiras décadas do século XIX, já se fazia ouvir, pelas dissonâncias que mantinha com a Real Academia Espanhola (RAE). Contreras (1994) relata que Andrés Bello e Juan García del Río, motivados por alterações ortográficas propostas pela RAE em 1815 e 1820 – com tendências fortemente fonológicas, naquele momento, que, contudo, mudarão severamente em direção à etimologia nas décadas seguintes –, propuseram uma reforma americana que pudesse tornar a leitura e a escrita mais acessível aos milhões de analfabetos do continente – veremos esse argumento, com pequenas modificações, também nos textos reformistas brasileiros mais adiante –. A eles se juntou o argentino Domingos Faustino Sarmiento, que fugia de uma ditadura em seu país – do qual, anos mais tarde, deposto o regime de exceção, Sarmiento seria eleito presidente, promovendo aberturas de centenas de escolas e bibliotecas<sup>39</sup> –. As reformas daquele início

---

<sup>37</sup> Mujica, M. C., Espetáculo. Revista de estudios literarios. Universidade Complutense de Madrid. Disponível em: <https://webs.ucm.es/info/especulo/numero17/mapuche.html>, acesso em: 18 mar. 2020.

<sup>38</sup> Trata-se do periódico *La libertad Electoral* (CONTRERAS 1994:51).

<sup>39</sup> Informação disponível em [http://www.todo-argentina.net/historia/org\\_nac/sarmiento/index.html](http://www.todo-argentina.net/historia/org_nac/sarmiento/index.html), acesso em 17 jan. 2020.

de século não resultaram em muito, embora tenham perdurado consideravelmente, como anota Contreras:

Porém, a euforia pela reforma foi decaindo pouco a pouco e, ao cabo de três anos, somente o que sobrou dela o uso de *je, ji* com *j*, onde a Academia [RAE] escreve *ge, gi*, com *g*, e o uso exclusivo de *y* como consoante, o que se chamou mais tarde “Ortografía de Bello”. E alguns, além disso, substituíram o *x* por *s* antes de consoante, constituindo esses três fenômenos a ortografia chamada “chilena” ou “casera”, que se conservou praticamente sem interrupção até 1927, data em que por decreto supremo se ordenou voltar à ortografia da RAE (CONTRERAS 1994:50, tradução livre).

Em 1884 houve a oferta da venda ao Ministério de Educação de milhares de exemplares da *Ortografía de la lengua Castellana*, retirada da Gramática de la Real Academia Española. O governo chileno pediu um parecer ao Conselho Superior de Educação Pública. A compra e distribuição desses volumes seria uma medida contrária à *Ortografía de Bello*, já adotada pela imprensa, escolas e órgãos oficiais desde 1844. Tal episódio reacendeu a discussão sobre ortografia no Chile e é esse o contexto em que Lenz publica seu texto. Os princípios defendidos por ele eram o da primazia da fala sobre a escrita, esta devendo retratar aquela. O modelo não seria a fala de um indivíduo mas *o termo médio da fala dos cultos de uma comunidade linguística*. Ademais a escrita deveria procurar estar o mais próximo possível das relações biunívocas (CONTRERAS 1994:52). Em suma, Lenz afirmava que o governo não deveria retroceder à ortográfica da RAE, mas seguir reformando, para além da *Ortografía de Bello*, eliminando, por exemplo, *v*, já que, para o filólogo, essa letra poderia ser satisfatoriamente substituída por *b*. Segundo a autora, o texto de Lenz foi recebido por parcelas da comunidade intelectual bastante positivamente. A polêmica segue insolúvel até que, em 1894, Lenz é oficialmente encarregado de escrever sobre a questão. Seu parecer critica duramente a RAE, acusando essa instituição de não ter autoridade sobre a questão ortográfica, uma vez que, entre seus membros, não há nenhum especialista em linguística neolatina ou gramática histórica do espanhol. Contreras transcreve o fim do texto de Lenz:

Tão seguro quanto o progresso contínuo da humanidade, é que, cedo ou tarde, os povos espanhóis e a Espanha mesma adotarão a ortografia mais razoável que nasceu no Chile. Voltar atrás e prescrever para o ensino do Estado a ortografia irracional e difícil da RAE equivaleria à confissão de que os chilenos não chegaram à maturidade ou que são muito bonachões, pois aceitam

o mal da mão de outra pessoa, quando só precisam manter o bem em suas mãos (CONTRERAS 1994:56, tradução livre).

Como se pôde perceber, nas tensões ortográficas narradas por Contreras, há uma clara dissensão entre a ex-colônia e sua antiga metrópole no âmbito dos papéis identitários que ambas desempenham na disputa simbólica pelo direito de legislar sobre a língua, sua escrita e seu ensino. A disputa ortográfica esconde subjacente uma outra, de *identidade nacional*, que opera com valores como a “maturidade” e a “inocência” – ou *bonacheirice*, aproximando-nos dos dizeres de Lenz. Os americanos estariam arrogando seu direito de decidir sobre a língua que escrevem, o que assinalaria sua madureza enquanto povo independente e seu afastamento da suposta inocência das nações jovens. Os europeus pleiteavam, por outro lado, sua tutoria de outrora, como se não quisessem dividir a autoridade sobre a língua transplantada para o Novo Mundo. Vejamos, a seguir, como essa questão também se desenvolve no português.

#### 4.2. Antecedentes Brasileiros

Gonçalves (2010), além de investigar as discussões ortográficas que envolvem a questão no Chile, também menciona os autores brasileiros daquele momento – de que trataremos a seguir. Ela constata, a partir da observação de movimentos semelhantes nos diferentes países:

Isto permite afirmar que existiu uma corrente reformista sul-americana, e não apenas hispano-americana, visto que se manifestou tanto em países de fala hispana como também no Brasil, movimento ao qual não foi alheio o nacionalismo próprio de países de independência recente (GONÇALVES 2010:10).

Os primeiros movimentos no sentido de uma sistematização ortográfica no Brasil surgiram bem antes da fundação da ABL, são contemporâneos aos debates em Portugal que já apreciamos anteriormente. As propostas por aqui, no entanto, tinham um componente ideológico a mais, se comparadas às lusitanas: não se tratava apenas de escolher a melhor abordagem, como vimos que se dava com os portugueses, partidários de uma grafia mais etimológica ou mais “sônica”. Os brasileiros discutiram as questões ortográficas sob um matiz identitário. Havia os que pretendiam dar cor local ao sistema; outros acreditavam que se deveria seguir a paleta da metrópole. Essa distinção foi analisada por Fávero e Aguiar (2009):

A partir do século XIX, mais precisamente a partir da Independência, já se iniciam manifestações favoráveis a uma escrita brasileira motivada pela busca da identidade nacional e da emancipação da língua. Devido a isso, enquanto em Portugal as ideias oitocentistas giravam em torno da disputa entre os partidários de um sistema etimológico e os adeptos de uma ortografia sônica, no Brasil, a disputa tinha um caráter que ia além da tentativa de simplificar e fixar a ortografia: adquire um forte cunho nacionalista, sobretudo, pelas marcas que diferenciam a pronúncia brasileira em relação à pronúncia europeia, intensificando-se, desse modo, a busca da identidade nacional por meio da criação de um sistema gráfico brasileiro (FÁVERO e AGUIAR 2009:134).

A finalidade das autoras não é esgotar os brasileiros que se propuseram a reformar a ortografia, ou seja, em vez de uma investigação exaustiva das publicações da época, examinam-se, pois, dois dos principais reformadores do período, a fim de que seja possível contextualizar a questão do nacionalismo ortográfico em terras brasileiras para efeito de uma constatação posterior. As autoras expõem primeiramente as propostas de José Jorge Paranhos da Silva, um defensor da ortografia brasileira. No entendimento dele, segundo as autoras, como o português se distanciou do castelhano, a língua falada no Brasil também já não era mais a mesma de Portugal. Paranhos da Silva entendia que as diferenças entre o português brasileiro e o europeu eram suficientes para que houvesse duas ortografias distintas. Para sustentar seu ponto, chegou a “traduzir” um poema de Almeida Garrett para o “idioma brasileiro”. Embora a discussão sobre o português brasileiro e o europeu serem línguas distintas seja totalmente pertinente, a argumentação de Paranhos da Silva soa bastante frágil, como observa a autora, provavelmente por falta de conhecimento técnico, teórico, “filológico” na época. Suas ideias reformadoras definitivamente não foram tão bem acolhidas a seu tempo, quer no Brasil quer em Portugal.

A segunda proposta esquadrihada por Fávero e Aguiar (2009) é a de Miguel Lemos. Esse autor conheceu o Positivismo na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde, na companhia de Teixeira Mendes e Benjamin Constant, fundou a Sociedade Positivista Brasileira. Essa instituição, posteriormente a uma viagem de Lemos à França, seria transformada na Igreja Positivista do Brasil, lugar amplamente frequentado por republicanos e abolicionistas nos anos que antecederam a Proclamação da República. Fávero e Aguiar (2009) explica que o interesse de Lemos pela ortografia decorreu de uma questão prática. Ao revisar uma obra sua, o “Catecismo Positivista”, incomodou-se profundamente com as inconsistências ortográficas daquele momento e decidiu debruçar-se sobre o tema. Lemos propunha uma reforma ortográfica dentro dos preceitos da



filosofia positivista, isto é, um modelo ortográfico que servisse à sociedade, que pudesse “emansipar o público, sobretudo a parte infantil, proletária i feminina, dos obstáculos tradissionais que o pedantismo gramatical érgue continuamente à instrução das massas populares” (LEMOS 1888:VII apud FÁVERO e AGUIAR 2009:139). Veja-se que, assim como argumentavam em favor dos milhões de analfabetos os reformistas chilenos, essa também é a tônica escolhida por Lemos, a de que uma ortografia simplificada facilitaria o processo de aquisição da escrita e da leitura.

Diferentemente da proposta de Paranhos da Silva, que, apesar de nacionalista, no sentido de defender uma ortografia brasileira, distinta da de Portugal, mantém-se no campo da abstração ou da aplicação literária, a formulação de Miguel Lemos se coloca como social, de ordem prática. Gonçalves (2001), a respeito da “Ortografia Positiva” de Miguel Lemos, pondera que:

De facto, o positivista brasileiro atesta a sua filiação não só na doutrina comtiana como também na de Arsène Darmesteter, cuja posição anti-etimologista subscreve. Assim, seguindo aqueles mestres, propõe um sistema médio de ortografia, ou seja, uma ortografia positiva. À semelhança dos sistemas de Barbosa Leão e de outros reformadores portugueses, o sistema positivo de Lemos caracteriza-se pela primazia do princípio fonético: a cada som deve corresponder uma única unidade gráfica e vice-versa, *ideal fonetizante que parece inviabilizar qualquer conciliação com o princípio histórico [...]* (GONÇALVES 2001:583, itálico nosso).

Essa tendência estritamente fonetizante ia de encontro ao que Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu propunham em suas *Bases*. Ao propor sua *ortografia positiva*, Miguel Lemos rompia com a tradição literária. Viana era profundo conhecedor da obra de Lemos, a “Ortografia Positiva”, tanto que publicou na primeira edição da Revista Lusitana uma resenha sobre o texto do brasileiro em que se lê:

Para evitar qualquer cisão dialectal literária, publicou-se em 1885, também com distribuição gratuita, aqui em Lisboa, um folheto intitulado "Bases da Ortografia Portuguesa", cuja reconhecida intenção, e mais óbvia vantagem era exactamente o respeito pela unidade da actual língua escrita; e abstraído da execução de tal plano, que está condensado na 1ª e 2ª página das "Bases", execução que não discuto agora, mas que estou pronto a defender, tenho como inabalável a própria doutrina, a não ser que se pretenda porfirisar a nossa língua em centenas de pronúncias locais ou individuais, o que equivaleria á abolição do idioma literário, reduzindo êste às condições pouco invejáveis dos falares analfabéticos (VIANA 1887:389).

Viana esclarece que a ortografia que ele e Vasconcelos Abreu defendem é a que se adotou nos textos da Revista Lusitana e que, embora as sugestões do brasileiro

positivista tenham resultados próximos em alguns casos, noutros se torna inviável à pronúncia portuguesa, motivo pelo qual talvez devesse se chamar “ortografia brasileira”, prossegue Viana. Feita a observação de que a ortografia positiva, embora “exajeradamente fonética”, resulta numa representação adequada – somente aos falares brasileiros –, o autor das *Bases* elogia o texto de Miguel Lemos, destacando “a sobriedade e concisão da linguagem, a clareza da exposição, a previsão e resolução cuási sempre acertada das dificuldades, e o espírito em jeral científico que ahi domina” (VIANA 1887:389), avaliando-o como muito superior à proposta sônica, bastante difundida em Portugal. Por fim, o autor diz que escusa refutar algumas contradições da obra, mas que apenas deve fazer uma observação sobre a alegação de Lemos de que “nosso belo idioma luzo-brasileiro que, pelas suas cualidades lójicas e fonéticas, representa um notável aperfeiçoamento da língua portuguesa”. Essa afirmação, segundo o português, “desculpe-nos o autor e todos os nossos irmãos do Brasil, nos faz sorrir em Portugal, fonte, grémio foco da língua portuguesa”. Viana esclarece que essa afirmação é insustentável, pois as diferenças são tão somente “produto de evolução independente”, “na sua totalidade muito insignificantes por encuanto, para que influam no minimo, com vantajem ou desvantajem, no instrumento glótico a que se chama português” (VIANA 1887:390).

Como veremos em detalhe adiante, o Positivismo – ideologia cuja difusão no Brasil deve muito a Miguel Lemos – teve papel fundamental na formulação do patrimônio simbólico da Primeira República brasileira. Um de seus objetivos confessos, como se citou acima, era o de incorporar o proletariado, as mulheres e crianças à sociedade moderna. Ora, essa inserção aconteceria pela alfabetização e conseqüente acesso à leitura, facilitadas pelas simplificações da *ortografia positiva*. Em outras palavras, um motor da reforma ortográfica de Lemos era a divulgação do Positivismo às parcelas mais excluídas da sociedade brasileira de fins do século XIX. Dessa maneira, a simplificação ortográfica não é um fim em si mesmo, mas um meio para atingir a “instrução das massas populares”, nos dizeres de Lemos.

#### 4.3. Um brasileiro em Portugal

Já lemos acima que o Marechal Floriano Peixoto ficou conhecido como Marechal de Ferro pela violência com que tratou das revoltas no período em que presidiu o Brasil,

1891-1894. Um desses episódios bastante tensos foi a Segunda<sup>40</sup> Revolta da Armada. Como na primeira feita, oficiais da Marinha decidiram se rebelar, desta vez alegando que Floriano não poderia assumir a presidência em substituição a Deodoro, que renunciara, porque a Constituição de 1891 previa que, nesse caso, houvesse nova eleição. Novamente navios sublevados se reuniam na Baía de Guanabara. O governo norte-americano, que apoiava Floriano, interveio com uma frota de embarcações repletas de mercenários que ajudaram a furar o bloqueio e derrotar os revoltosos. Os sobreviventes do lado derrotado, liderados por Saldanha da Gama, em fuga, foram socorridos por um capitão português chamado Augusto de Castilho, que lhes ofereceu asilo. Desse gesto solidário resultou um mal-estar diplomático entre os dois países: o ministro das relações exteriores brasileiro, Alexandre Cassiano do Nascimento, rompeu relações com Portugal.

A celeuma entre Brasil e Portugal durou quase um ano, até que em 16 de março de 1895, o reatamento foi oficializado e, ainda nesse mesmo dia, o governo de Prudente de Moraes, o sucessor de Floriano, como já mencionamos, nomeou Joaquim Francisco de Assis Brasil embaixador em Lisboa. Assis Brasil vinha de uma família de latifundiários gaúchos. Estudou as primeiras letras em seu estado natal e, posteriormente, foi a São Paulo estudar Direito. Desde os primeiros anos de escola, estava envolvido com Literatura, participou como colaborador de algumas revistas e publicou livros. A Faculdade de Direito de São Paulo era consabidamente um núcleo do republicanismo e lá Assis Brasil envolveu-se ativamente com esse movimento, era republicano e abolicionista. Com a proclamação da República, foi nomeado embaixador e foi destacado à Argentina, antes de ir a Portugal por ocasião do reestabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e aquele país.

Assis Brasil, no ano seguinte à sua chegada a Portugal, foi eleito correspondente brasileiro da Academia das Ciências de Lisboa. Kemmler (2001:276) relata que Gonçalves Viana, acompanhado de seus amigos Vasconcelos Abreu e Leite de Vasconcelos, presenciou a sugestão vinda do correspondente Assis Brasil, de que seria conveniente que a Academia de Ciências de Lisboa firmasse um acordo com a recém-criada ABL e ambas se dispusessem “ao estudo e fixação de um systema orthographico

---

<sup>40</sup> A Primeira Revolta da Armada aconteceu durante o governo anterior, do Marechal Deodoro da Fonseca, e levou o presidente à renúncia em 1891, a fim de que se evitasse uma guerra civil, já que navios dos revoltosos cercavam a Baía de Guanabara e ameaçavam bombardear o Rio de Janeiro.

da Língua Portuguesa”. Kemmler (2001:276), a seguir, transcreve a nota que foi apresentada à Academia na mesma ocasião, na sessão de 29 de Abril de 1898:

Estudo e fixação  
de um systema orthographico da lingua portugueza  
Nota apresentada á Academia Real das Sciencias  
em sessão de 29 de abril de 1898.

Indico que esta Academia convida a Academia de Lettras do Rio de Janeiro para ambas, em combinação, assentarem um systema de orthographia portugueza, baseado nos dois seguintes principios:

1º Simplicidade logica, que torne a lingua escripta mais accessivel ao estrangeiro do que é actualmente;

2º Determinação dos accentos tonicos das palavras, deixando os prosodicos inteiramente entregues á evolução natural, que vae creando variedades de pronunciação, sobre as quaes é impossivel legislar efficazmente.

Indico, finalmente, que, estabelecido o systema de orthographia, as duas Academias tratem de organizar e publicar um vocabulario da lingua.

Lisboa e sala das sessões da 2ª Classe da Academia Real das Sciencias, 29 de Abril de 1898.

J. P. de Assis Brasil<sup>41</sup>

No mês seguinte daquele mesmo ano, o tema foi retomado na Academia de Ciências de Lisboa, e Assis Brasil, segundo Kemmler, voltou a lastimar a situação ortográfica e defendeu que nem a abordagem etimológica, nem a fonética, tampouco a ortografia usual seriam a resposta ao problema do caos. Na nota 317, o autor faz uma interessante ilação:

Ao ler estas linhas do académico brasileiro, não podemos deixar de ficar com a ideia de que poderia ter sido o sistema advogado por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu que Assis Brasil queria propor para servir de base às negociações. Embora não pareça de todo improvável, lamentavelmente não temos, por enquanto, nenhum elemento que nos permita supor que tenha havido qualquer ligação entre os três académicos com o fim de colaborarem na solução da questão ortográfica. (KEMMLER 2001:277, nota 317).

Kemmler também relata, a seguir, que o único que se manifesta sobre o assunto naquela sessão é Leite de Vasconcelos, que contraria Assis Brasil, ao defender uma escrita fonética que privilegie um “padrão linguístico único”. Kemmler observa ainda que essa exposição de Leite de Vasconcelos aproxima muito mais seu discurso da proposta sônica de Barbosa Leão que da Ortografia Nacional de Gonçalves Viana.

---

<sup>41</sup> Parece ter acontecido um problema tipográfico no original ou de reconhecimento de caracteres no texto consultado. Como se falou acima, chamava-se Joaquim Francisco Assis Brasil o embaixador em Portugal e corresponde na Academia naquele ano de 1898, por isso na nota deveria estar assinado J.F. Assis Brasil, e não J.P., como se vê na transcrição apresentada por Kemmler e reproduzida aqui.

Ainda naquele ano de 1898, por causa do crescente estreitamento de laços entre Brasil e Estados Unidos, Joaquim Francisco Assis Brasil foi destacado para servir na embaixada brasileira nos EUA, deixando Portugal.

Gonçalves (2010) esclarece que Viana, na “Ortografia Nacional”, em momento algum, faz referência ao movimento reformador chileno ou à sua recusa a seguir os preceitos da RAE. Lenz aparece apenas como um autor de cujos exemplos Viana lança mão, apesar de seus objetos de estudo serem ortografias de línguas distintas. A autora, porém, se questiona sobre o que significaria o português não mencionar em seus escritos de 1904 tanto a questão chilena quanto a equivalente brasileira, de que Paranhos da Silva e Miguel Lemos são representantes, embora tenha até resenhado a obra do segundo para a Revista Lusitana sete anos antes. Gonçalves arrisca uma resposta ao supor que o nome “Ortografia Nacional” carrega um “tom nacionalista” de onde talvez se deduza “que a ortografia adoptada em Portugal, espaço original da língua, por extensão também serviria para o Brasil, visto como território de expansão linguística”. Pode-se corroborar ainda essa suposição, acrescentando-se o episódio relatado logo acima sobre a presença de Assis Brasil naquela sessão de 1898 na Academia de Ciências de Lisboa. A proposta feita pelo brasileiro só encontrou as críticas de Leite de Vasconcelos, embora Viana estivesse presente à sessão. Igualmente teria acontecido nas outras situações relatadas por Gonçalves, o autor da “Ortografia Nacional” silenciara.

A finalidade deste nosso capítulo não é investigar exhaustivamente os autores brasileiros – tanto que se privilegiaram somente dois, em detrimento de outros tantos – ou chilenos – verificaram-se apenas dois projetos, complementares, de simplificação e sistematização – que se propuseram reformar as ortografias de seus respectivos países. O propósito é o de que seja possível contextualizar a questão do nacionalismo ortográfico em terras não só brasileiras, mas americanas e europeias. O tema da ortografia parece operar nas identidades nacionais, onde quer que a discussão tome parte, mesmo que se esteja na metrópole, como se expôs acima. Se as ex-colônias na América Latina, independentes e republicanas, se arrogam o direito a ortografias próprias, dentro de um conjunto de mudanças que visam à construção de identidades nacionais, as antigas metrópoles também fazem parte desse jogo, uma vez que reivindicam a autoridade linguística para decidir os rumos das ortografias (cf. VIANA 1887), simplificadas ou não.



## 5. A caminho de uma reforma brasileira

Como se observou anteriormente, houve um número considerável de propostas cuja finalidade era a simplificação da ortografia, dentro e fora do Brasil, seguidas de longos debates, que muitas vezes tomavam páginas e páginas de revistas e jornais da época. Se os detalhes minuciosos de como seria a mudança não eram consenso, ao menos muitos acreditavam que se devesse mudar. Parece interessante, entretanto, refletirmos sobre alguns números, a fim de dimensionar a questão linguística brasileira naquele momento. Acima se tratou brevemente do pequeno mercado livreiro brasileiro em fins do século XIX, quando se discutia o sucesso editorial que eram os livros didáticos de João Ribeiro. Talvez seja proveitoso acrescentar que, no início do século XX, Portugal e Brasil mantinham impressionante semelhança: cerca de 75% de suas populações eram analfabetas, segundo recenseamentos da época<sup>42</sup>. Ambos os países eram predominantemente agrários e contavam com uma industrialização bastante precária. Nas capitais, como se poderia imaginar, o número de alfabetizados tendia a ser maior. No Distrito Federal brasileiro, as cifras eram ligeiramente melhores: perto de 50% da população se declarava alfabetizada. Essa ressalva talvez sirva para termos ideia das proporções do debate público, quando um intelectual escrevia sobre a reforma num jornal da época. Também se percebe por que frequentemente a Educação é um dos argumentos mobilizados pelos autores.

### 5.1. Uma reforma útil

Medeiros e Albuquerque propôs, no dia 13 de junho de 1901, que se nomeasse uma comissão responsável por fixar a ortografia do boletim da ABL. Desafortunadamente, o registro desse encontro não consta das atas<sup>43</sup>. A nota sobre essa sessão informa que estão “apenas registrados o local e os nomes dos presentes, além de um recorte do Jornal do Commercio (de 15/06/1901) dando notícia da sessão de 13/06”. A notícia está preservada<sup>44</sup> e reproduz-se a seguir:

---

<sup>42</sup> Cf. BOMENY; SILVA, F. Aqui não discutiremos os termos alfabetismo, letramento, literacia. A terminologia é a dos censos da época e tem finalidade tão somente ilustrativa da comunidade a que, com muito otimismo, a questão ortográfica poderia interessar.

<sup>43</sup> Disponível em: <http://www.machadodeassis.org.br/>, acesso em 25 jan. 2020.

<sup>44</sup> Originalmente esse texto está na edição do Jornal do Commercio de 15 de junho de 1901, Ano 81, Número 165, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_09&pasta=ano%20190&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_09&pasta=ano%20190&pesq=), acesso em 25 jan. 2020.

## ACADEMIA BRAZILEIRA

Na ultima sessão ordinaria dessa instituição litteraria o Sr. Medeiros e Albuquerque propoz que fosse nomeada uma commissão para estabelecer varias regras tendentes a fixar a orthographia que deve a Academia usar em seu Boletim.

No estado actual de nossa lingua, inspirando uma verdadeira anarchia orthographica, cada qual escrevendo como lhe parece e, o que é mais, procurando argumentos para demonstrar que sua orthographia é que é a certa, nenhum serviço mais assignado póde a Academia prestar do que esse de fixar umas tantas regras que, seguidas por todos, levem afinal á tão necessaria uniformisação de nossa orthographia.

Bem por certo, não pretende a Academia agora fazer a reforma da orthographia. Apenas deseja fixar normas para seu uso, afim de que em suas publicações officiaes não appreça em cada trabalho uma orthographia diversa conforme o modo de vêr do respectivo autor.

É muito provável, porém, que, com a autoridade que tem a Academia, uma vez feitas essas normas para seu uso, sejam ellas tambem adoptadas pelos Conselhos de Instrucção Publica, pelas typographias, pela imprensa e assim se terá dado um grande passo para a uniformisação de escripta entre nós.

Agora que a Academia Real de Sciencias de Lisboa está emprehendendo o trabalho da reforma da orthographia portugueza é muito oportuna a tentativa da Academia Brasileira.

O esforço conjuncto das duas instituições póde produzir magnifico resultado, o que é sinceramente muito para desejar.

A proposta do Sr. Medeiros e Albuquerque foi approvada após curto debate em que fizeram Observações os Srs. Silva Ramos, José Virissimo, Rodrigo Octavio e Inglez de Souza.

O Sr. Presidente nomeou para constituir a commissão os Srs. Medeiros e Albuquerque, Silva Ramos e José Virissimo, cujo trabalho, depois de impresso, será distribuido por todos os membros da Academia para ser devidamente estudado e resolvido assumpto de tanta relevancia.

Se o cenário para uma reforma ampla, que se applicasse a mais instituições, principalmente as de ensino – e tivesse impacto social, afastando os brasileiros da “anarchia orthographica” vigente – ainda não era o melhor, para a ABL, ao menos, a reforma interna parecia finalmente viável. Veja-se que a proposta “foi approvada *após curto debate*” [itálico nosso]. Dado esse primeiro passo, o autor da notícia aposta na “autoridade” da casa de Machado de Assis para influenciar os órgãos usuários da língua escrita. No fim do mesmo mês, numa quinta-feira, 27 de junho de 1901, os leitores do



jornal carioca Correio da Manhã puderam ler a coluna de Medeiros e Albuquerque<sup>45</sup>, cujo título era “Uma reforma útil”. Nela, o imortal anuncia que “a Academia Brasileira vae, dentro de pouco tempo tomar uma iniciativa util no que diz respeito á orthographia de nossa lingua: tentar estabelecer um certo numero de regras uniformes para alguns casos duvidosos”. Estava próxima uma reforma ortográfica fomentada pela ABL que iria pôr fim aos “casos duvidosos”, que eram, segundo ele, “em portuguez quasi tantos como as palavras”. Uma amostra disso estaria no próprio nome da instituição, conforme relata Albuquerque: às vezes se escrevia <Brazileira>, noutras vezes <Brasileira>, <Letras> aparecia ora com um <t>, ora com <tt>. Albuquerque defende a importância da questão ortográfica, citando semelhantes debates acontecidos na França a respeito da ortografia do francês. Argumenta que, ainda que alguns possam enxergar a questão como desimportante ou menor, a sua pertinência à “educação nacional” e à “diffusão da lingua no estrangeiro” é evidente. A educação seria, sustenta, inclusiva, porque uma reforma iria “facilitar o acesso á cultura de quantos desejam aprender”. Além disso, os colonos estrangeiros teriam maior fluidez na assimilação do português, o que impediria a criação de “dialectos” em vez do “brasileiro puro”. Esses seriam dois pontos que demonstrariam, segundo Medeiros e Albuquerque, que a questão ortográfica não diz respeito apenas aos literatos.

O imortal prossegue, bem-humorado, argumentando que em Portugal se dá a mesma anarquia e atribui a simplificação da ortografia do espanhol, que para ele é “a mais natural, a mais racional de quantas existem”, à RAE e ao governo que lhe consultou a opinião para reformar. Esse ponto parece bastante importante: Medeiros e Albuquerque argumenta que a reforma entabulada pela ABL se estenderá apenas às suas publicações: “si, cá fora, o Conselho Superior de Instrucção, a Imprensa e os editores adherirem a essa convenção, tanto melhor. Si não adherirem, é também indifferente á Academia”. Ou seja, o acadêmico Medeiros e Albuquerque sugere que a Academia fará o que lhe cabe, e a sociedade letrada e o Poder Executivo endossarão a reforma se assim lhes aprouver, gozando das vantagens alardeadas.

A afirmação de que a reforma abrangeria apenas as publicações da Academia parece uma estratégia retórica. Sabemos que os membros da ABL eram intelectuais de

---

<sup>45</sup> Originalmente esse texto está na edição do Correio da Manhã de 27 de junho de 1901, disponível em: [http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=089842\\_01](http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=089842_01), acesso em 15 jan. 2020.

reconhecimento público e escreviam nos maiores periódicos do país. Caso optassem pela ortografia reformada, apesar de não disporem dos meios oficiais para impô-la nas demais instituições, os impactos das mudanças já se fariam sentir para muito além da RABL e dos boletins. A ABL só viria a ser oficialmente promovida a órgão consultivo de seu governo em matéria de ortografia – assim como a Academia de Ciências de Lisboa passou a sê-lo para o seu – décadas depois, em 1943<sup>46</sup>.

## 5.2. As Repúblicas das Letras de Medeiros e Albuquerque

Quando da Proclamação da República, havia no Brasil ideias bastantes distintas para o que o conceito de república poderia significar. A polissemia desse termo se devia a experiências políticas muito dissimilares que aconteceram durante a História terem recebido esse mesmo nome. Esparta fora uma república bastante diferente da que Platão concebera, os romanos viveram em uma república pouco assemelhada à norte-americana ou as primeira e terceira repúblicas francesas, que também não eram exatamente parecidas entre si. No Brasil coexistiam, como ensina Carvalho (1990:17-33), três entendimentos, com semelhanças, diferenças e intersecções.

Os grandes proprietários rurais, sobretudo os do Sudeste e Sul, desejavam uma república liberal, parecida com a norte-americana, pouco centralizada, federativa, com pouco engajamento popular, em que as pessoas abririam mão da inserção no governo pela liberdade civil. Assim, sem a participação ativa dos cidadãos, chegaríamos a uma nação sem patriotas, sem paixões que não as próprias. Nessa república liberal a vontade coletiva seria a soma das vontades individuais, o que, claro, privilegiaria as vontades dos detentores do poder dos recursos econômicos, sociais. Nela o Estado deveria manter a organização hierárquica da sociedade dos tempos da Monarquia, ainda mais desigual por causa da condição dos escravos libertos sem inserção social ou retratação pelo suplício. Pondera Carvalho (1990) que:

Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (CARVALHO, J. Murilo de. 1990:25).

---

<sup>46</sup> ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: atos internacionais e normas correlatas, p. 66. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/>, acesso em 20 de jan. 2020.

Havia, por sua vez, uma pequena classe média pouco organizada e bastante diversificada, composta por pequenos proprietários, profissionais liberais, incluindo jornalistas, professores, alunos, militares, incapaz de fazer suas vontades valerem por não ser detentora de recursos similares aos dos grandes proprietários. Esse contingente muito heterogêneo se distribuía bem desigualmente entre duas propostas. Um pequeno grupo tinha intenções jacobinas, de participação ativa, seu desejo era de que todos fossem homens públicos, engajados e inflamados no debate da coisa pública. Esse engajamento utópico dava origem a uma ideia abstrata de povo, hipoteticamente pronto a se sacrificar, literal e figuradamente, por um bem maior. Certamente, se a realidade se impusesse, esse “povo” não sairia do plano abstrato e tomaria as ruas. O restante – a maior parte – se afeiçoara ao positivismo adaptado ao contexto brasileiro. Condenavam, como o faziam os jacobinos, a Monarquia, seus privilégios e desigualdades, mas sem a agressividade deles.

Os que criam numa república organizada pelos ideais positivistas pensavam-na como uma evolução, por ela a humanidade chegaria à sociedade positiva. Esse ideário era bastante popular entre os militares, e *a priori* pareceria contraditório ao Positivismo de Comte. Se, para um positivista ortodoxo, os militares estarem no governo era entendido como um retrocesso, no positivismo à brasileira não havia tal contradição. A formação técnica dos quadros militares, em oposição à elite literária, deixava-os mais próximos do discurso científico de desenvolvimento positivista. Uma república pensada dessa maneira necessitava de um Executivo forte. Não se tratava do autoritarismo da república liberal descrita acima, que acentuava as desigualdades e fustigava os menos favorecidos. Aqui o Estado seria responsável por assegurar relativa igualdade e consequente virtude cívica, portanto, deveria ser intervencionista, numa espécie de despotismo ilustrado, que pudesse incorporar o proletariado, as mulheres e crianças à sociedade moderna.

Veja-se que a solução positivista, todavia, não é conflituosa. Explica Carvalho (1990) que, “de preferência, essa incorporação deveria ser feita pelo reconhecimento, por parte dos ricos, do dever de proteger os pobres, por meio de mudança de mentalidade, e não pelo conflito de classes” (CARVALHO, J. Murilo de. 1990:31). Lembremos que na “Ortografia Positiva” de Miguel Lemos, resenhada por Viana e comentada no capítulo anterior, existia grande preocupação com a alfabetização e promoção social, pela educação, desses grupos. As condições históricas brasileiras, como se sabe, não foram as mais favoráveis à concretização dessas políticas sociais positivistas, ao menos naquele

momento. A república orientada pelo ideário positivista brasileiro iria da revolução ao progresso, atingido, no entanto, por intermédio da ordem. Aqui o cidadão não delibera em praça pública – como quereriam os jacobinos – porque está ocupado nas estruturas comunitárias que o assimilam. Há, nessa absorção, entre a família e a humanidade, a mediação exercida pela pátria, “a pátria perfeita deveria ter como característica os dons femininos do sentimento e do amor. A boa pátria será a mátria” (CARVALHO, J. Murilo de. 1990:22). A materialização dessas ideias de república, como veremos, dependia, no entanto, de um fator, uma condição *sine qua non*.

Carvalho (1990) indaga se a dificuldade de aplicar no Brasil as ideias de liberdade que estão presentes nas três diferentes formas de pensar a república se deve à pouca existência de um sentimento de pertencimento, de uma identidade nacional, que convencesse o cidadão a abrir mão de sua liberdade individual em prol de uma liberdade pública ou, ao contrário, que o levasse, por aquela, a deixar a participação do governo de lado. Esse sentimento, que estava presente nos modelos de república tanto na antiguidade quanto na modernidade, assegurando coesão social às partes distintas, segundo o autor, inexistia no Brasil no início da República: “a busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República” (CARVALHO, J. Murilo de. 1990:22). Embora o autor faça a ressalva de um momento histórico ou outro, como durante a guerra do Paraguai, o patriotismo brasileiro ainda não fora satisfatoriamente elaborado para os fins republicanos.

A elaboração de uma identidade nacional passa pela língua e cultura comuns, pelas tradições compartilhadas e por instituições reconhecidas, como o Estado e o Exército. A partir desses traços, criam-se símbolos para evocá-los a fim de que a memória social vá se cristalizando. Os monumentos, roupas, celebrações formam um imaginário comum, uma memória social, que gera a coesão que a coerção é incapaz de assegurar. Ao olharem para um mesmo símbolo pertencente a essa memória social, dois desconhecidos, se partilham aquele mesmo universo simbólico, se reconhecem como pares. A criação desse universo era absolutamente necessária à altura da Proclamação, dadas as especificidades desse acontecimento no Brasil<sup>47</sup>. Carvalho (1990) conclui que “a falta de

---

<sup>47</sup> Não nos ateremos à narrativa dos eventos do dia 15 de novembro de 1889. Por enquanto bastará dizer que foi um movimento tímido, de um pequeno segmento da sociedade, alguns militares, sem adesão ou qualquer mobilização do povo. A Monarquia tampouco resistiu, como poderia tê-lo feito. Tudo aconteceu

envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica” (CARVALHO, J. Murilo de. 1990:55). Medeiros e Albuquerque – que propôs a reforma ortográfica à ABL em 1901 –, como muitos dos intelectuais de seu tempo, militou ativamente defendendo a ideia de nação que lhe parecia mais adequada. Para chegar a esse ideal, ajudou a engendrar símbolos republicanos, alguns dos quais ainda perduram. Assim como seus companheiros da América Espanhola, os reformistas da ortografia portuguesa são homens de letras apaixonadamente envolvidos pelas ideologias de seu tempo, por mais que esse viés não esteja em consonância com o receituário das Academias, que prescreviam o mínimo partidarismo, como observa Rodrigues (2003).

Medeiros e Albuquerque, como os intelectuais de seu tempo, dedicou-se a tantas atividades quanto pôde, se nelas encontrasse envolvida a palavra, escrita ou falada: foi jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista. Nasceu no Recife, filho de um deputado geral maranhense, estudou na Corte, no Colégio Pedro II, e em Portugal, na Escola Acadêmica de Lisboa. Ao retornar, estudou História Natural e teve como preceptor o célebre Sílvio Romero, que lhe dava aulas de Filosofia. Nas suas bem-humoradas memórias chamadas “Quando eu era vivo...”, Medeiros e Albuquerque conta que “os livros de Sílvio Romero não são bem escritos. Mas são luminosamente claros. Sílvio, professor, era um expositor excelente. E essas lições dialogadas foram e serão sempre o método ideal para o ensino de Filosofia” (ALBUQUERQUE 1981:61). Albuquerque era profundamente abolicionista e republicano. No texto autobiográfico mencionado há pouco, o autor relata sua participação num tiroteio em um dos “meetings” – como se dizia – do grupo republicano “jacobino”, nos termos de Carvalho (1990), de Silva Jardim às vésperas da Proclamação. O confronto se deu entre esse grupo de colegas e a Guarda Negra (grupos de escravos libertos, monarquistas isabelistas, municiados pela polícia da época para enfrentarem os republicanos, já que não seria lícito que o efetivo policial o fizesse). Após cercar a casa em que acontecia o “meeting”, a Guarda Negra foi recebida com uma saraivada de balas vindas de dentro, que alvejaram alguns de seus membros. Os seguidos estampidos impediram que a polícia, cuja base era bastante próxima, fizesse vistas grossas à ação da

---

sem sobressaltos ou derramamento de sangue. As discussões sobre o que de fato aconteceu são interessantíssimas e mostram como a versão oficial foi disputada à época e posteriormente. José Murilo de Carvalho (1990) sugere a leitura do jornal “O paiz”, do republicano Quintino Bocaiúva, naqueles dias posteriores, para perceber o debate dos contemporâneos sobre a narrativa “verdadeira”.

Guarda Negra. Ironicamente protegidos pelos policiais, os republicanos conseguiram escapar à emboscada. As memórias do autor talvez soem um pouco espetaculares, mas dão a dimensão de seu envolvimento com o movimento encabeçado por Silva Jardim.

Carvalho (1990) ensina que os diferentes segmentos republicanos careciam de simbologia; não tinham, por exemplo, um hino ou canção próprios, originais, que entoassem para o encorajamento mútuo. Era praxe que, nos momentos mais inflamados, em muitos países – e não só na França – se cantasse a Marselhesa e esse também era o costume entre os republicanos brasileiros. Albuquerque recorda:

Vendo que em geral os republicanos cantavam a Marselhesa, ao sair de seus *meetings*, pensei em compor uma poesia que fosse adaptável à música do velho cântico francês e que servisse de hino ao partido. Quando procurei [Silva] Jardim, ele ficou muito satisfeito, porque justamente cogitara dessa hipótese e pedira uma letra a Olavo Bilac e a Luís Murat. Mas por esse tempo, [José do] Patrocínio, que exercia grande prestígio nas rodas literárias, tinha convertido quase todos esses rapazes ao isabelismo. Acreditando no triunfo da Monarquia, graças ao prestígio que viera à Princesa de assinar a lei da Abolição, todos tinham tacitamente aderido a “Isabel, a Redentora”, como então, sem razão alguma lhe chamavam. [...]

Quando, portanto, Jardim lhes pediu uma letra para o hino republicano, não quiseram comprometer-se e se recusaram. E aí está por que o meu hino, feito aliás na ignorância dessas recusas, se viu imediatamente aceito e publicado como hino oficial do Partido Republicano (ALBUQUERQUE 1981:90-93).

Esse não foi o único nem o mais famoso hino composto por Medeiros e Albuquerque. O Brasil tinha um antigo hino, do tempo da Abdicação de Pedro I, composto por Francisco Manoel da Silva, mas aquele era um tempo para mudanças. Os companheiros do Marechal Deodoro da Fonseca decidiram que a nova República merecia composição contemporânea e propuseram um concurso para a escolha do símbolo pátrio. Precisavam repensar os símbolos nacionais de que dispunham, afinal, havia uma mudança de regime em curso, como já se observou. O hino nacional de um país é umas de suas representações metonímicas mais diretas, de enorme valor simbólico para a identidade coletiva. No caso da República Federativa do Brasil, a Bandeira Nacional, as Armas Nacionais, o Selo Nacional e o Hino Nacional são os quatro símbolos oficiais do país, segundo a Constituição Federal<sup>48</sup>. De execução necessária em ocasiões solenes, está, portanto, amparado e definido legalmente.

---

<sup>48</sup> Art. 13º, §1º. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm), acesso em 22 jan. 2020.

A composição vencedora do concurso que definiria o novo Hino Nacional brasileiro era de Medeiros e Albuquerque. No entanto, um acontecimento ímpar mudou mais uma vez os rumos da construção simbólica da jovem República. Em janeiro de 1890, promoveu-se uma cerimônia militar com a presença do alto escalão do governo provisório, incluindo Deodoro da Fonseca. A banda tocava marchas militares e até a Marselhesa, “sem despertar o entusiasmo da pequena multidão que se aglomerava em frente ao palácio”, relata Carvalho (1990:135). No entanto, um pedido chegou ao Marechal: que a banda executasse a antiga melodia de Francisco Manoel da Silva. Quando as pessoas ouviram, houve comoção geral. Por aclamação não havia outra saída, esse seria o Hino Nacional brasileiro, cuja letra, do também futuro imortal Osório Duque-Estrada – que terá importante papel na história da ortografia brasileira, como se verá adiante –, seria decidida e fixada anos mais tarde, somente em 1922. Sendo assim, a poesia de Medeiros e Albuquerque e a música do maestro Leopoldo Miguez foram aproveitadas para constituir o Hino da Proclamação da República, através do Decreto nº 171, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 20 de janeiro de 1890<sup>49</sup>. Sua verve ufanista está imortalizada na letra do Hino da Proclamação da República. Albuquerque seguiu frequentando a elite republicana, sendo nomeado secretário e, posteriormente, diretor da Secretaria do Ministério do Interior. Em 1890 também se tornou professor da Escola de Belas Artes e presidente do Conservatório Dramático. Em 1892 assumiu o cargo de vice-diretor do Ginásio Nacional, o nome republicano do Colégio Pedro II<sup>50</sup>, como vimos acima. Em 1897, foi nomeado diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal e já participava das sessões preliminares que culminariam na instalação da ABL. Medeiros e Albuquerque é um dos fundadores, ocupando a cadeira de número 22, a cadeira 21 foi fundada por José do Patrocínio.

Esses acontecimentos brevemente relatados aqui e seus atores descritos ilustram a diversidade ideológica que grassava naquele início de ABL. Abolicionistas, liberais,

---

<sup>49</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D171.htm), acesso em 24 jan. 2020.

<sup>50</sup> O Colégio Pedro II passou por diferentes nomes ao longo de seus mais de 180 anos de história, como já se deve ter percebido. Inaugurado em 2 de dezembro 1837 – aniversário do então menino D. Pedro II – como Imperial Colégio de Pedro II. Com o Golpe Militar Republicano de 1889 e a queda da Monarquia, num provável esforço de distanciamento dos símbolos do Brasil Império, teve seu nome mudado para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, posteriormente, Ginásio Nacional. Em 1911 volta a fazer referência ao imperador e ser chamado de Colégio Pedro II. Não parece difícil supor que, imediatamente após assumir o poder, um grupo ataque os símbolos e as referências aos seus adversários políticos, que lhes antecederam no governo. Atualmente as disputas por narrativas tidas como “de esquerda” ou “de direita” podem exemplificar esse gesto.

republicanos, conservadores, positivistas e monarquistas estavam lado a lado na empreitada de construir uma instituição, “cujo objetivo é o cultivo da língua e da literatura nacional”<sup>51</sup>. Rodrigues (2003:88) entende que a vontade estatutária dessa instituição era a de manter-se longe das questões político-ideológicas, apenas atendo-se às pautas artísticas: [...] “os fundadores insistiam em que a Academia vinha para instaurar a paz entre os literatos, bem como criar uma nova identidade para eles: o de vanguarda da cultura nacional, em um espaço em que a política não entraria de forma alguma”.

Como já se discorreu acima, no entanto, a forma de pensar uma ortografia não está imune à política e à ideologia; pelo contrário, é diretamente afetada por elas. Medeiros e Albuquerque em 1901 lançou a semente da reforma ortográfica da Academia em solo fértil, mas ainda seriam precisos alguns anos para esse fruto germinar, crescer e amadurecer. Desconhecem-se os sucessos e insucessos da comissão de 1901, como constata Kemmler (2009), mas sabemos, a partir da leitura das atas da ABL<sup>52</sup>, que outra comissão foi nomeada em 5 de maio de 1906. Os imortais que receberam a incumbência de “propor a reforma ou fixação da orthographia da lingua portugueza” foram João Ribeiro, José Veríssimo e Silva Ramos. Note-se, portanto, que da comissão anterior, de 1901, para esta só há uma mudança, de tremenda importância: nosso João Ribeiro, o mesmo que mais de década e meia adiante debaterá com Assis Cintra a grafia do endônimo Brasil, assume o lugar ocupado por Medeiros e Albuquerque cinco anos antes. Essa comissão de 1906 tampouco obteve êxito reconhecido.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.academia.org.br/academia/quem-somos>, acesso em 27 jan. 2020.

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.machadodeassis.org.br/>, acesso em 27 jan. 2020.



## 6. Nacionalismos Conflitantes

Como vimos anteriormente, as condições necessárias à elaboração de uma reforma ortográfica são muitas e complexas. No caso específico do português, o desafio parecia ainda mais complicado. Ainda que as ideias ortográficas de Gonçalves Viana e outros companheiros seus estivessem bem maduras em solo lusitano, o reformista português não encontrou a boa vontade política necessária à implantação de seu projeto. O Brasil tomou a dianteira do processo, quase no fim da primeira década do século XX, graças à persistência de Medeiros e Albuquerque, que levou a ABL a construir, apesar dos detratores internos, uma saída viável para o “caos ortográfico”.

### 6.1. O grito de independência

É de José Veríssimo<sup>53</sup>, nomeado integrante das comissões de 1901 e 1906, uma das epígrafes desta dissertação. Retirou-se a citação da abertura de um texto seu intitulado “A Reforma da Ortografia Portuguesa”, publicado no primeiro volume da RABL em 1910<sup>54</sup>. O imortal descreve, indignado, o já familiar estado de anarquia ortográfica que reinava em seu tempo. Os argumentos a esta altura já nos são conhecidíssimos: línguas como o italiano e o espanhol não se dobram aos topônimos e antropônimos estrangeiros, mas adaptam esses nomes “conforme a índole fonética da sua língua”; diferentemente, os brasileiros e portugueses, sobretudo os primeiros, em sua opinião, são subservientes, “um sinal de carencia de individualidade”. Lembra que Camões já escreveu n’*Os lusíadas* – no tempo em que o português era “a lingua de um povo vigorozo, enerjico, orijinal” – “Maçua” – o nome de um porto do Mar Vermelho – cuja grafia, no início do século XX, vacilava entre “Massodawah”, “Massaouah” ou “Massouah”, “para os nossos ouvidos antipáticas e arrevezadas”. Daí vai à literatura para concluir que “o fato, porém é este: a lingua portugueza não tem ortografia, o que é um mal no ponto de vista da educação publica, e uma inferioridade para uma lingua de gente civilizada”. A seguir exemplifica:

---

<sup>53</sup> Note-se que grafia que constava dos documentos da época era “Virissimo”. Curiosamente os reformadores portugueses Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu também assentiam mesmo renunciar à grafia de seus sobrenomes em benefício de suas propostas ortográficas, como se lê nas Bases (1885: 14): “*Congresso fôr até suprimir (como julgamos que deve suprimir) as letras consoantes inúteis nos nomes próprios e nos de família, assinaremos sem dobrar as consoantes \_nn, ll\_ dos nossos nomes*”.

<sup>54</sup> Evanildo Bechara apresentou em 2012, em dois tomos (1910-20; 1921-30), publicados pela ABL, a recolha de artigos e comentários sobre língua portuguesa e ensino do idioma publicados na RABL. A certa altura da redação desta dissertação esses tomos foram bastante úteis por conterem os textos em sua ortografia original e circular, diferentemente dos originais da Revista, disponíveis apenas para consulta. Por isso, as resenhas que seguem usaram esses volumes como referência, diferentemente do que houve em capítulos anteriores.

“Escreve-se *idéa* – *idéia*; *poz* – *pôs*; *irman* – *irmã*; *gráo* – *grau*; *coisa* – *cousa* e assim todos os vocabulos com ditongo *au* em latim: *loiro* e *louro*, *ouro* e *oiro*, *thesouro* e *thesoiro*, e mil outros”.

Não poderiam os gramáticos e dicionaristas escapar ao crivo de Veríssimo. Se a ortografia nos cânones literários Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Antônio Feliciano de Castilho e seu filho Júlio de Castilho foi escrutinada pelo imortal brasileiro, tampouco foram poupados a gramática de Ribeiro de Vasconcelos e o dicionário de Cândido de Figueiredo, obras que já vinham sendo adotadas no ensino do português. Se os literatos não eram afeitos a qualquer padronização ortográfica, o problema dos gramáticos, na opinião de Veríssimo, era a acentuação, que descaracterizaria a língua: “quazi a gente não conhece mais a sua pobre lingua portugueza”. O brasileiro achava que havia acentos de mais, excessivos: “manda acentuar sempre todas as esdruxulas, quazi sempre as agudas, e ainda em muitos casos as graves. De sorte que ao cabo, quazi não ha palavra que não seja acentuada, segundo a nova ortografia”. Sobre o *Nôvo Diccionário da Lingua Portuguêsa*, Veríssimo dirá que “é antes um vocabulario, de escasso merito, que um dicionario”. Esse texto, escrito na ortografia proposta e explicada no mesmo volume por Cândido de Figueiredo, é criticado pelo assertivo imortal não só no conteúdo, mas também na forma. Veríssimo enxerga que o problema dos reformadores portugueses seria seu apego à etimologia, um critério que ele defende não dever ser usado nem nos empréstimos de língua modernas, nem nos advindos do latim. José Veríssimo conclui:

Já vimos como os proprios etimolojistas não estão de acôrdo consigo mesmo e com os outros mestres da mesma escola. Tudo é contra elles, a evolução da lingua, a independencia com que cada vez mais se separa do latim, as altas necessidades de disseminação de uma instrução **fácil e popular** (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo I 2012:8, grifo nosso).

Vale novamente ressaltar que o ensino da língua escrita em larga escala, com a finalidade de diminuir os milhões de analfabetos do país – a “disseminação de uma instrução fácil e popular” – é sempre um dos motes reformistas, na América Espanhola, como vimos acima nas propostas de Bello e García del Río para o espanhol do Chile (4.1), e no Brasil, como observamos na argumentação de Veríssimo e de Albuquerque.

No mesmo primeiro volume da RABL, publicaram-se considerações de Medeiros e Albuquerque sobre as necessidades de uma reforma, artigo datado de 25 de abril de 1907. Consta desse texto (redigido em observância às regras nele propostas, como era

aparentemente praxe entre os reformadores da época, como vimos acima) a famosa afirmação lembrada por Assis Cintra – a que se fez menção no segundo capítulo – de que “o Brasil é a única nação civilizada que não sabe escrever o próprio nome”. Albuquerque argumenta que, se a “Academia Hespanhola” obteve sucesso em sua reforma (“dotou a língua castelhana com a ortografia mais racional que existe”), sendo o espanhol mais antigo que o português, nada impediria que a ABL fizesse igualmente uma reforma sua. Também alega que a maioria vê na língua um meio e não um fim. Poucos são os estudiosos que têm preocupações filológicas, se comparados ao grande número dos simples usuários da língua escrita. Medeiros e Albuquerque reforça seu ponto, no contexto da imigração – que o autor associa diretamente ao crescimento do país –, ao alegar que uma ortografia simplificada tornaria o país mais atraente aos colonos estrangeiros. Note-se que esse mesmo argumento já aparecia no artigo publicado em junho de 1901 no *Correio da Manhã*, como vimos acima.

Albuquerque sugere que a reforma deva ser “simples e lójica”, “que cada som seja sempre representado pelas mesmas letras e cada letra represente sempre o mesmo som”. O autor, no entanto, faz a ressalva de que não chegassem aos “exajeros da grafia rigorosamente sónica”, dadas as dificuldades dessa proposta em lidar com a variação. Sua estratégia para contornar a heterogeneidade seria a adoção da pronúncia das elites cultas como referência (ibid., p.10). Ou seja, há uma aproximação aqui entre sua elaboração e as ideias ortográficas dos portugueses Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, expressas já nas *Bases* (1885). Recordemos que as proposições do alemão Rodolfo Lenz para a ortografia do espanhol chileno, como vimos acima, a partir de Contreras (1994), seguiam igualmente essas mesmas tendências.

O nacionalismo, que era proeminente na *Ortografia de Bello*, precursor chileno de Lenz, e que, como observou Gonçalves (2010), moveu a reforma portuguesa de Viana, motivou José Jorge Paranhos da Silva e Miguel Lemos na segunda metade do XIX no Brasil, como vimos acima, bem como demonstrou Fávero e Aguiar (2009). Pois é esse mesmo nacionalismo que aflora na declaração de Medeiros e Albuquerque e põe à parte projetos ortográficos conciliadores. A despeito da opinião de Assis Brasil, que propôs em 1898 uma iniciativa luso-brasileira para o problema da ortografia dos dois países à Academia de Ciências de Lisboa, no seio da ABL se cogita que não haja “razão para que vinte milhões de brasileiros se dobrem aos hábitos de prozodia de cinco milhões de portugueses cuja pronuncia aliaz diverje profundamente de provincia para provincia”.

Gonçalves (2003:738) percebe nesse texto de Medeiros e Albuquerque “forte pendor nacionalista e ressaibos de anti-colonialismo”. A seguir, justifica que as alterações de sua proposta não têm como finalidade resolver *todos* problemas ortográficos daquele momento – não seria uma reforma integral –, mas dirimir alguns entraves sem criar outros. Para tal, adotar-se-ia em todas as publicações da ABL a ortografia usual (e não etimológica, e não sônica), tomando como modelo o “Dicionario de Candido Figueiredo”, modificada por alguns princípios. Na tabela abaixo, resumem-se as modificações sugeridas por Medeiros e Albuquerque em 1907 (LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA 2012:11-13):

Supressão de <y>, <w> e <k>, este último substituível por <c> (antes de <a>, <o> ou <u>) ou <qu> (antes de <e> ou <i>).
Supressão de <h> medial, a não ser em <ch> (quando /ʃ/), <lh> e <nh>. Note-se que <ph> passa a <f>.
Substituição de <ch> (quando /k/) por <c> (antes de <a>, <o> ou <u>) ou <qu> (antes de <e> ou <i>).
Manutenção de <h> inicial, visto o grande número de vocábulos iniciados por essa letra.
Supressão das letras geminadas (com exceção de <rr> e <ss>) e nulas.
Substituição de <s> intervocálico por <z> quando representasse /z/.
Substituição de <g> por <j> (quando /ʒ/).
Supressão de <ç> inicial, substituído por <s>.
Substituição de <x> por <cs> (quando /cs/), por <s> ou <ss> (quando /s/), por <z> (quando /z/).
Marcação de finais agudos do singular em <ez>, <iz>, <oz>, <uz>, com exceção dos pronomes, restringindo-se o emprego de <s> aos plurais de palavras terminadas em <á><é><í><ó> e <ú>.

Obs.: Apesar de não haver menção à simplificação de <sc>, esse dígrafo aparece sempre reduzido a <c> no texto da proposta.

Sobre o <s>, o autor do Hino da Proclamação da República pondera

que o *s* é uma letra que, em parte entra em conflito com o *c*, em parte o *z* ao menos é útil eliminar uma dessas cauzas de confusão; que não é possível distinguir as palavras que devem ter *s* entre vogais ou *z*, senão por meio de regras que façam apelo ao latim; que, todavia, o *s* entre vogais com o som de *z* não se justifica nem mesmo pela razão etimológica, porque o *s* dos latinos tinha sempre o mesmo som quer estivesse, quer não entre vogais (ibid., p. 12).

Medeiros e Albuquerque, portanto, teria resolvido a questão do endônimo pátrio de maneira bastante eficiente, sem recorrer a grandes circunlóquios eruditos e infundáveis laudas de etimologias pouco prováveis. Veja-se que na célebre acusação presente no texto que acabamos de resenhar (“o *Brazil* é a única nação civilizada...”, que em 1920 Assis Cintra grafou <Brasil>, possivelmente a bem de sua tese) sua posição já está implícita. Aliás, é claro que, como um bom polemista, Albuquerque também escreverá um texto sobre a grafia de nosso endônimo, como discutiremos mais tarde, em momento oportuno. Por ora, mantenhamo-nos atentos à proposta de 1907 e seus desdobramentos.

O norte de sua proposta é eliminar as dificuldades ortográficas “não pelo estudo dos cazos particulares, mas por meio de regras simples, claras e lojicas” (ibid., p. 11). Dessa forma, o nacionalismo e o anticolonialismo parecem tomar feição exuberante nesse movimento reformador da ABL. Se se considera que o termo “tradição” está etimologicamente associado à ideia de entrega, de transmissão, de uma geração a outra, de um povo a outro, parece tornar-se bastante claro o sentido dessa ruptura no texto de Albuquerque. Ao romper com a tradição ortográfica, no mais das vezes revestida dos ditames lusitanos, propondo uma reforma brasileira – embora o ponto inicial seja a ortografia usual de um dicionário escrito por um português –, dá-se um novo brado de independência. Esse alarido não parece ser a negação de um passado, como se poderia imaginar, mas a libertação do presente. Em vez de buscar raízes europeias longínquas que legitimariam o português escrito no Brasil de seu tempo, o autor adequou o sistema de que dispunha às necessidades contemporâneas e às precisões locais.

Maurício Silva (2009) vê na proposta de Medeiros e Albuquerque, além do nacionalismo que destacamos, certa “natureza aristocrática”. Essa percepção do autor adviria de que Albuquerque propôs “como referência idiomática o registro padrão falado pelas classes supostamente cultas da sociedade, manifestando-se, já nos fundamentos de

seu projeto, um ideário marcadamente excludente” (SILVA, M. 2009:168). Embora Medeiros e Albuquerque sugira como base para a nova ortografia “a boa pronuncia e para esse effeito especial considerando-se boa pronuncia a das *classes cultas*” (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo I 2012:10), como já se salientou acima, essa escolha parece se dever muito mais à dificuldade que a variação impõe ao ortógrafo que a um “ideário marcadamente excludente”. Se, por um lado, o ânimo reformista de Albuquerque deposita nas mãos dos poucos doutos da ABL a responsabilidade da reforma (o que se poderia qualificar como “aristocrático”); por outro, sua argumentação para convencê-los é muito mais no sentido da inclusão ao mundo letrado que teria o cidadão comum brasileiro – que não tinha formação tampouco interesse filológico cotidiano: “[Considerando (...)] que para a quazi totalidade dos homens a lingua é pura e simplesmente um meio de aquizição de conhecimentos. Um meio e não um fim” (idem). Também o autor alega preocupação com a inserção do colono estrangeiro na dinâmica social do português escrito no Brasil e com a necessidade de que, pela simplificação ortográfica, o país se torne atraente aos estrangeiros e competitivo entre os demais destinos de imigrantes:

[Considerando (...)] que para o desenvolvimento do nosso paiz o cazo tem tambem uma importancia especial, porque o Brazil é um paiz de colonização, que cada vez atrairá mais rapidamente maiores quantidades de colonos estrangeiros e para que, competição com outros idiomas, o nosso consiga triunfar é preciso que elle compence pela sua simplicidade a inferioridade numerica em que podem facilmente se achar brasileiros de orijem portugueza” (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo I 2012:10).

## 6.2. A última flor do Lácio

Acima dissemos que Medeiros e Albuquerque encontrara na ABL solo fértil para lançar a semente reformista. Isso não significava que sua semente seria a única e que não haveria quem desgostasse daquela espécie de gérmen. Em resposta a sua proposta, os imortais Ruy Barbosa, Carlos de Laet, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Mário de Alencar, Lúcio de Mendonça e Salvador de Mendonça subscrevem, menos de um mês depois, em 16 de maio de 1907, um substitutivo ao texto de Albuquerque.

No intuito de manter a pureza da lingua vernacula e pôr ordem em sua grafia propomos como substitutivo ao projecto apresentado pelo Sr. Medeiros e Albuquerque o seguinte:

A Academia Brasileira de Lettras resolve:

Art. 1.º Constituída em comissão geral, compor um dicionário etimológico da língua portuguesa, que será usado em suas publicações oficiais.

Art. 2.º Recomendar desde já as seguintes regras ortográficas:

Primeira. Escrever as sílabas breves em *ão* com *am* e as longas com *ão*; v.g.: *Christovam, orgam, estavam*, e *João, loução, estarão*.

Segunda. Escrever as sílabas breves em *ã* com *an* e as longas com *ã*; v.g.: *iman, firmam* [sic], *orphan*; e *irmã, manhã, alemã*.

Terceira. Escrever com *u* todos os dígrafos até agora escritos com *o*; v. g.: *Macau, sarau, marau, chapau, judeu, perdeu, sahiu, deixou*.

Escrever igualmente com *u* os vocabulismos *Deus, ceu, veu, meu, teu, seu*, para uniformidade das desinências, apesar da autoridade dos gramáticos que os fazem proceder dos ablativos latinos *Deo, caelo, velo, meo, tuo, suo*, e não dos nominativos *Deus, caelum, velum, meus, tuus, suus*.

Quarta. Escrever com *z*, excepto os pronomes pessoais e os futuros dos verbos, os finais agudos em *az, ez, iz, oz, uz*; v. g.: *rapaz, pedrez, Luiz, lioz, arcabuz*. Devem-se, porém, escrever com *s* os plurais das palavras terminadas em vogal longa: v.g.: *má, aguapé, phrenesi, teiró, urubú*.

Quinta. Eliminar o sinal de *synalepha* nas contracções: v.g.: *naquella, neste, nisto, daquillo, desta, doutro, estoutro, essoutro, aquelloutro*.

Sexta. Escrever os nomes próprios estrangeiros com a grafia de suas línguas<sup>55</sup> (LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA 2012:14).

Yaguello (2001:280-1) aproxima o purismo do conservadorismo. Para a professora, a busca pela língua pura teria raízes psicológicas na tentativa de negação do envelhecimento dos falantes diante do perpétuo rejuvenescimento da língua. O apego a um estado pretérito está diretamente ligado à aversão à mudança. A aceitação desta por parte dos usuários da língua, para a autora, é sentir-se “de certo modo despossuído, é perder um poder *sobre e pela* língua, ainda que a condenação seja formulada no mais das vezes sob a forma de juízos estéticos”. Ao purista “todo estado de língua ultrapassado – desde que subsistam vestígios escritos – pode ser extraído de sua continuidade histórica para ser erigido em modelo de perfeição”. Note-se que Yaguello (2001) trata da língua e cultura francesas, mas parece bastante pertinente aplicar suas ilações sobre o purismo àquele grupo de intelectuais brasileiros, tão inspirados pela Academia francesa, que responderam à proposta de Medeiros e Albuquerque com seu substitutivo. O purismo, diz Yaguello (2001:282), “se desenvolveu na França progressivamente, à medida que a língua era institucionalizada”. Ora, lembremo-nos de que a ABL arrogou a si, desde a sua fundação, o cultivo da língua e, por consequência, de sua ortografia. As grafias “*diphthongos*” e “*synalepha*” ilustram bem o ânimo do grupo que se opunha à primeira proposta de reforma. Não se trata da ruptura que se demonstrou estar na verve reformista de Medeiros e Albuquerque, mas da manutenção da “pureza da língua vernacula”. A

<sup>55</sup> Carlos de Laet tinha restrições às recomendações ortográficas, mas concordava com a necessidade do dicionário etimológico, a cuja confecção faziam ressalvas Euclides da Cunha e Mário de Alencar.

vontade reformista demonstrada ali é a da padronização, e não da simplificação. Permanecem consoantes geminadas e agás mediais e ainda se reforça a primazia da etimologia com a proposta da instituição de uma comissão responsável pela composição de um dicionário etimológico. Nesse contexto conservador e purista, talvez valha a pena notar que <brasileira> foi a escolha daqueles imortais.

Salvador de Mendonça, irmão de Lúcio de Mendonça – o idealizador da ABL, como vimos acima –, um dos que subscreveu o substitutivo, em discurso naquele mesmo mês de maio de 1907, interessadamente questiona a conveniência e a oportunidade da reforma naquele momento. Sua visão é tremendamente conciliadora, diferentemente da de Medeiros e Albuquerque. Defensor orgulhoso da ortografia etimológica, brindou os presentes à sessão com uma conclusão interessantíssima. Na opinião dele, “brazileiros e portuguezes possuíam uma lingua que tinha o privilegio de ser, entre todas as linguas latinas, a mais latina”. Há um interessante percurso argumentativo que remonta às origens das línguas da Península Ibérica. Segundo o orador, o romance falado no norte daquelas terras, que resistiram às invasões de árabes e às instabilidades da Renascença, seria mais conservador, com relação ao latim, que as línguas românicas que travaram contato com as de outros povos. O refúgio dessa variedade conservadora de romance seriam os conventos, “ilhas do saber humano no meio das correntes assoladoras”. Quando da União Ibérica (1580-1640), “a dignidade da raça luzitana foi buscar á linguagem dos conventos a etimologia latina para diferencial-a da nação hespanola e conservar, ao menos na lingua, a independencia”. Salvador de Mendonça prossegue e afirma que “sem esse movimento patriótico a data de 1640 não se teria inscrito nos fastos de nossa raça”.

Dadas as dimensões deste trabalho, não é possível analisar exaustivamente o grande volume de discursos de reação à proposta de Albuquerque. No entanto, talvez se possa dizer que essa passagem do discurso de Salvador de Mendonça nos é bastante representativa do pensamento conservador que alguns imortais reverberavam. Veja-se que os irmãos Mendonça eram republicanos de primeira linha, ambos estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo, um centro irradiador das ideias republicanas na segunda metade do século XIX, e, apesar de não terem papel direto na Proclamação, que se deu pela mão dos militares, como observamos acima, fizeram intensamente parte da chamada “propaganda republicana”, que desde os anos 1870 foi tomando corpo e ganhando as mentes da elite e da crescente classe média brasileiras. Esses notórios dados biográficos nos conduzem a uma reflexão: o conservadorismo ortográfico brasileiro naquele início de século, concentrado na reação às ideias ortográficas simplificadoras, de



inspiração fonológica, parece estar ligado a certo modo republicano de ver o mundo e de pensar o país. Tal qual a historiografia de Assis Cintra, que tenta desenterrar as raízes de um Brasil anterior ao do discurso histórico oficial, um Brasil que seria o natural desdobramento de uma “europeidade” ancestral. O revisionismo de Cintra parece operar no mesmo sentido do discurso de Mendonça. Segundo sua versão do passado da Península Ibérica, a etimologia seria o traço que distinguiria o português do espanhol e que garantiria sua “independência”. Aqui a “independência”, diferentemente da que notamos em Medeiros e Albuquerque, não é ruptura, mas conservação. Não se pode deixar de notar o emprego da primeira pessoa do plural quando o advogado da ortografia etimológica escreve “fastos de *nossa* raça”. Assim, nessa perspectiva, seria possível deslindar um fio linguístico, étnico e – por que não? – civilizatório que remontaria à Roma. Seriam os portugueses, e não italianos, espanhóis ou franceses, os herdeiros da língua latina em seu estado mais puro. Por sua vez, o português brasileiro seria a continuidade dessa corrente originada no Lácio. Tal identidade estaria inequivocamente marcada em sua ortografia.

### 6.3. A formação de opiniões

Como já se pôde perceber, a partir dos muitos relatos feitos acima, nossos imortais eram contribuidores, editores e até proprietários dos principais jornais cariocas. Dessa forma, uma questiúncula em uma das sessões da ABL poderia causar um *tsunami* de textos – nem sempre cordatos e gentis – nos periódicos dos dias seguintes. Imagine-se então o estardalhaço por ocasião de uma reforma tão polêmica quanto a que se propunha então. Maurício Silva (2009:167) explica que a disputa entre as ortografias etimológica e simplificada criou duas agremiações bastante empenhadas na defesa de seu ponto. De um lado estavam Medeiros e Albuquerque, José Veríssimo, João Ribeiro; de outro, Coelho Neto, Augusto de Lima, os irmãos Mendonça, Carlos de Laet e tantos outros. Para este último grupo, composto não só de imortais, mas de toda sorte de intelectuais da época, não havia uma proposta coesa e coerente de reforma, suas sugestões não passavam das pequenas modificações sugeridas que vimos acima. Isto é, mais do que partidários de uma reforma etimológica, os imortais mencionados nesse grupo eram, sobretudo, contrários à simplificação. Como observa Silva (2009:169), esses autores expunham seu posicionamento muitas vezes motivados pelo gosto pessoal e senso estético próprio.

Examinaremos, nas próximas páginas, a repercussão da proposta de Reforma Ortográfica em curso, em páginas humorísticas, satíricas, de publicações da época. Com

isso, se pretende ter uma ideia de como a opinião pública reverberava os ruídos acadêmicos reformistas. Se é verdade que os imortais estavam muitas vezes com suas ferinas penas dispostas a lancetar os do grupo adversário em polêmicas sem-fim, os humoristas da época também não ficavam atrás em mordacidade e alfinetavam os integrantes da Academia copiosamente. Rodrigues (2003:183) conta que, entre abril e agosto, a Reforma proposta por Medeiros e Albuquerque foi “debatida em 11 tensas e atribuladas sessões”. A cada sessão da ABL se seguiam, nos jornais e revistas, charges, paródias, crônicas, toda sorte de textos cômicos. Abaixo se apresentam alguns textos extraídos de edições d’O Malho – um semanário humorístico e literário, fundado em 1902 – publicadas entre os meses de debate da Reforma.

Figura 1 – A reforma da orthographia. Uma sessão da Academia de Letras



Fonte: O Malho, 11 mai. 1907<sup>56</sup>.

A figura 1 é uma charge, publicada n’O Malho em maio de 1907, em que se vê a ortografia vigente, representada como uma senhora austera, ao fundo. Ela rechaça dividir espaço na casa de Machado de Assis com uma voluptuosa jovem bailarina espanhola, acusada de estar tentando seduzir os imortais, sobretudo Medeiros e Albuquerque, que lhe acompanha a entrada trazendo, em riste, uma bandeira de louvor. Sentados à mesa estão alguns membros da ABL.

<sup>56</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300\\_1907\\_00243.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300_1907_00243.pdf), acesso em 3 fev. 2020.

Abaixo da charge estava a seguinte legenda, acrescida das valorosas identificações das personagens feitas por Rodrigues (2003), nas rubricas entre colchetes:

*Medeiros e Albuquerque* [figura com a bandeira na mão]: - Considerando que no titulo de Academia ha duas palavras de ortografia duvidosa; que em moedas, sellos, notas do Thesouro e documentos officiaes a palavra Brazil está escripta ora com s ora com z, sendo, portanto, a unica nação que não sabe escrever o proprio nome; que a lingua é um meio e não um fim que devemos facilitar ao estrangeiro de ambos os sexos o uso deste meio... proponho: - Guerra ao y! ao w! ao h mediano! ao ph! ao k! ao x! aos ff e rr dobradinhos: - Viva a ortografia espanhola! com seu salero simples e apetitoso! **A Senhorita Ortografia** (Com musica da GranVia) [dançarina de castanholas]: - Ai que gracia tiene este muchachito... **Souza Bandeira** [terceiro da direita para a esquerda]: - Os meus bigodes tremem de comoção! **Euclides da Cunha** [quarta figura da direita para a esquerda]: - Eu declaro que não preciso de simplicidades para escrever bem... **Souza Ramos** [Silva Ramos, primeiro à esquerda]: - Que dizes tu, ó João Ribeiro? **João Ribeiro** [segundo da esquerda para a direita]: - Só isto: se a espanholita triumphar sobre a Academia como triumphou sobre o Medeiros... adeus erudição!... **Machado de Assis** (presidente) [no centro da mesa]: - Tem a palavra a senhora D. Orthographia Portugueza! **D. Orthographia** [atrás da mesa em pé]: - Eu cá pouco tenho a dizer... O jovem Medeiros é um anarchista de nova espécie... Em vez de entrar furioso com bombas de dynamite, entra dançando com uma cachopa menos má... Percebo que os senhores estão mais ou menos babados por ella... Pois que lhe façam bom proveito... Hão de se arrepender... Foi commigo que o Brazil nasceu... Pode viver e morrer com aquella sirigaita que eu cá não me dispo... da minha dignidade!... Cruzes, canhoto!

A legenda mescla trechos reais de enunciados de Medeiros e Albuquerque com falas fantasiosas inseridas pelo artista cômico. As repetidas menções elogiosas que Albuquerque fez à ortografia espanhola em alguns textos seus publicados à época, como já salientamos acima, possivelmente lhe renderam a pecha de “babado” por ela. Parece, de outro modo, que a boa reputação angariada por nosso João Ribeiro como autor de livros didáticos muito bem vendidos lhe rendeu um salvo-conduto nessa crítica. Seu personagem aparece como protetor da erudição, desconfiado da sedutora “espanholita” triunfante – e não como um entusiasta da reforma, como se mostrou ser a figura histórica. Vale notar, ainda, o tom lusitano da senhora ortografia que se refere à jovem como uma “cachopa” – palavra que o Dicionário Houaiss registra como um regionalismo português –, sinônimo de moça, menina. Essa caracterização talvez revele certa simpatia colonialista por parte do chargista: rigorosamente ambas as ortografias são estrangeiras, a portuguesa, no entanto, reivindica seu lugar ancestral na formação do país (“Foi commigo que o Brazil nasceu”), acusa Medeiros e Albuquerque de “anarchista” e insulta a moça das castanholas. Ao chamar a espanhola de “sirigaita” – que o mesmo Houaiss registra como um regionalismo brasileiro –, a ortografia portuguesa adverte que não irá se despir de sua

“dignidade”. A escolha do verbo “despir-se” não deve ser inocente: a ortografia portuguesa, vestida da cabeça aos pés, não se desnudará de suas roupas, como a contrastante bailarina de vestido decotado; tampouco de suas letras obsoletas, atacadas pela proposta de simplificação.

Figura 2 – A orthographia e o alfabeto



Fonte: O Malho, 1 jun. 1907<sup>57</sup>.

Seguimos com a figura 2, cuja legenda transcrevemos abaixo, também é uma charge crítica ao estado de coisas na Academia por ocasião do debate sobre a Reforma Ortográfica, publicada no mesmo semanário humorístico:

*Zé Povo: — Olha quem elles são!... O Silva Ramos, o Souza Bandeira, o Bilac, o João Ribeiro, o Medeiros e Albuquerque, o Zé Verissimo, o Sylvio Romero, o Alberto de Oliveira, o Filinto de Almeida, o Rio Branco, o Machado de Assis, o Graça Aranha, o Guimarães Passos e o Alcindo Guanabara... Todos academicos de muita força... immortaes de muitas lettras, com um T e com dous TT... Discutem a orthographia portugueza, que uns acham detestavel e outros acham supimpa... E enquanto elles resolvem si pomada deve Ver um ou dous M M, estou com vontade de tomar a palavra e dizer: — Eu também sou immortal e acho que antes de tratarmos d'essas ninharias, deviamos obrigar os governos a mandarem ensinar o A B C a treze milhões de habitantes analphabetos!... A. Penna: — Tenha modos, seu Zé! Você tem razão, mas... aqui está o Lyra — para assumptar no caso... Tavares de Lyra: São débeis as minhas cordas para entoar neste assumpto... Pois as grandes empreitadas me fazem quasi defunto... Zé Povo (dirigindo-se ao Penna): — É isso mesmo: o homem faz versos, mas... não vai lá das pernas.*

<sup>57</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300\\_1907\\_00246.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300_1907_00246.pdf), acesso em 4 fev. 2020.

As três personagens que aparecem em segundo plano são, da direita para a esquerda, o Presidente Afonso Pena, o Zé Povo e o Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Pena, Augusto Tavares de Lira. O Zé Povo está frequentemente presente nas páginas d'O Malho, quer nas charges, quer nos demais textos cômicos, como uma espécie de vate, uma entidade que evocaria a voz do povo para questionar as motivações das elites e do governo. Sua lógica aparentemente chã é revestida de uma agudeza incômoda, como se vê na figura. Entre o Presidente e um de seus principais ministros, o Zé Povo olha de longe os imortais, afetando alguma admiração. No entanto, esse sentimento dá mostras de ser irônico, dada a escolha pelo vocábulo “pomada”. Assim, como se evidenciou na análise da charge anterior, a seleção lexical não parece inocente. Lá era a forma verbal “despir-se” responsável por um jogo de palavras e sentidos; aqui, o substantivo “pomada” (“*E enquanto elles resolvem si pomada deve Verum ou dous M M*”). O Dicionário Houaiss registra para “pomada”, em uma de suas acepções, o sentido de “ vaidade”, “presunção”. Frequentemente (vê-se repetidas vezes nas páginas d'O Malho) se chamavam “pomadas” os antipáticos, os janotas, os que tinham pouca ou nenhuma empatia com o povo. Dessa maneira, o Zé Povo faz troça da importância da querela acadêmica e dos próprios acadêmicos. Para essa ideia de povo, cujas opiniões tomam corpo nas do Zé Povo, as migalhas ortográficas seriam uma “ninharia” secundária. A questão realmente urgente seriam os treze milhões de analfabetos brasileiros.

Embora, como se demonstrou acima, a inserção do homem comum – do Zé Povo, sem formação ou interesse filológico – no mundo letrado estivesse recorrentemente no horizonte reformador dos que buscavam a simplificação ortográfica, esse desejo possivelmente nem sempre era bem comunicado ao público em geral. Isto é, as prolíficas discussões entre os imortais pareciam ganhar, para a opinião pública, feições de debate sobre o sexo dos anjos. O Presidente Afonso Pena, apesar de discordar da forma como o Zé Povo se manifesta (“Tenha modos, seu Zé!”), não consegue tirar-lhe a razão de sua indignação, enquanto o ministro Tavares de Lira faz versinhos inoportunos. Assim, na jovem República brasileira, assombrosamente desigual, o Zé Povo está desamparado da intelectualidade, perdida em sua verbosidade inócua, e do Governo, em sua inação contemporizadora.

Figura 3 – Tentativa de assassinato



Fonte: O Malho, 14 set. 1907<sup>58</sup>.

A figura 3 é uma charge publicada após a chancela do texto final da reforma ortográfica na ABL. Lembremos que a proposta de Medeiros e Albuquerque competia com um substitutivo assinado por um grupo de opositores encabeçado por Salvador Mendonça. Na sessão de 11 de julho de 1907 viria a solução: o substitutivo tornou-se um acréscimo ao texto de Albuquerque. Nos dias subsequentes, alguns últimos detalhes foram sendo ajustados. Assim, no dia 17 de agosto de 1907, a reforma ortográfica, cuja redação era bastante próxima da proposta de Medeiros e Albuquerque, com alguns adendos a respeito da acentuação gráfica, sobretudo elaborados por João Ribeiro, foi aprovada pela ABL. Ainda que a abrangência da reforma se restringisse às publicações da Academia, como professou mais de uma vez o próprio Albuquerque, entusiastas que o projeto foi conquistando ao longo dos meses começaram a aplicar a ortografia reformada. Na ata do dia, pode-se ler:

Em seguida, anunciando o Sr. Presidente que se ia prosseguir na discussão e votação da proposta do Sr. João Ribeiro, pediu a palavra o Sr. Medeiros e Albuquerque, afim de ler uma redacção das regras da reforma ortografica segundo o que propuzera e a Academia havia aprovado. Supunha que era de toda a conveniencia não prolongar-se mais a discussão sobre o assunto. A reforma era conhecida do publico, alguns dos Academicos, colaboradores de jornaes desta cidade, tinham começado a uzal-a nos seus artigos, varios jornaes dos Estados haviam-na já adotado; e parecia-lhe, em bem da reforma e do prestijio da propria Academia, não ser mais oportuno

<sup>58</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300\\_1907\\_00261.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300_1907_00261.pdf), acesso em 3 fev. 2020.

alterar o que fôra aceito. Toda demora na publicação oficial da reforma era prejudicial<sup>59</sup>.

A reforma escapara ao seu suposto escopo inicial, cujos limites tão somente acadêmicos, como dissemos acima, pareciam ter sido estabelecidos mais por efeito retórico que pelas reais ambições do proponente. Veremos adiante que, já em 1907, a ortografia reformada da ABL passou a ser também aceita em exames gerais de preparatórios e ensinada por professores Colégio Pedro II (ainda naquele tempo chamado Ginásio Nacional) e do Colégio Militar. Se os primeiros debates entre os doutos senhores da Academia já não eram sempre qualificados, tecnicamente respaldados e franqueavam opiniões pessoais e até desagrvos e achaques, imagine-se com a abertura para o debate público. Exemplifique-se o caso da “Artinha de Leitura” de João Simões Lopes Neto (1907). O autor escreveu essa obra didática de acordo com a reforma da ABL daquele mesmo ano, considerando o texto, sem os adendos, da sessão de 11 de julho de 1907. Peres, Arriada e Pereira (2018) analisam a cartilha de Lopes Neto e seu projeto educacional implícito. Os autores apresentam uma nota explicativa da “Artinha” sobre as alterações sofridas pela última edição:

A feitura dessa Artinha obedeceu à decisão da autoridade competente, qual é a Academia de Letras, que tornou oficial a reforma da ortografia brasílica, extinguindo a anarquia que campeava na escritura de nossa língua – Louvado seja o decisivo cometimento da Academia, que em boa hora reagiu contra a resistência da inércia – que mantinha peias que o viver hodierno repudia. Falta-nos ainda um dicionário (etimológico-ortográfico de acordo com a reforma) da língua portuguesa –ramo brasíles. As gerações da atualidade para adiante gozarão alfim de valiosíssimas facilidades. Em tempo! [...] (LOPES NETO, 2013:146-147 apud PERES, ARRIADA E PEREIRA 2018:5).

Novamente encontramos o relato de que se vivia uma “anarquia” ortográfica, que seria finalmente estancada com a reforma de Medeiros e Albuquerque. Talvez seja desnecessário ressaltar que o livro didático demonstra uma preocupação com as gerações vindouras, que tirarão proveito desse legado. Se “o viver hodierno” repudiava as peias da inércia associada à ortografia então vigente, imagina-se que os viveres futuros então as abominariam mais ainda. Peres, Arriada e Pereira (2018:5-7) relatam que o Conselho de Instrução Pública rejeitou o manuscrito de Lopes Neto, impedindo que sua “Artinha” fosse publicada. O argumento era o de que o Estado não poderia impor a ortografia

---

<sup>59</sup> Disponível em <http://www.machadodeassis.org.br/>, acesso em 4 fev. 2020.

empregada pelo autor e o volume deveria ser “reparado”, antes de seguir o processo. O autor tentou recorrer, mas não obteve sucesso e sua obra só foi publicada, postumamente, em 2013. Veremos adiante que essa não será a última vez em que a ideia de progresso contínuo ortográfico esbarrará no muro do conservadorismo e do purismo. Esse relato da rejeição à obra de Lopes Neto por parte do Conselho de Instrução Pública será de grande valia para a compreensão da figura 3. Voltemos a ela.

Vemos Medeiros e Albuquerque com olhar obstinado empunhando uma marreta em que se lê “vae ou raxa”, aparentemente pronto para desferir um próximo golpe. Abaixada, sobre um livro enorme, na direção da marretada seguinte está uma mulher ensanguentada, com uma talhadeira meio enterrada em sua fronte, em cuja lateral se pode ver a palavra “REFORMA”. Observe-se que a mulher está identificada no braço: “INSTRUCÇÃO”. Veem-se algumas letras como que caídas de suas mãos: <th>, <ph>. A seu lado há a personificação vetusta do CONSELHO DE INSTRUCÇÃO, que, à feição de um sábio venerando, de dedo em riste, condena Medeiros e Albuquerque. Em primeiro plano está Leôncio Correia, “director da Instrução”, com um gesto impeditivo, de basta. Ao fundo, está o sanitarista Oswaldo Cruz, pivô da Revolta da Vacina, como que acudindo à cena. Abaixo segue a transcrição da legenda:

**Conselho de Instrução** — *Este homem é uma fera! Quer á força metter a sua reforma orthographica nas escolas publicas, sem cogitar que só o tempo é capaz de amadurecer estes fructos...*

**Leoncio Corrêa** — *Mas isso é um crime, «seu» Medeiros! Isso é assassinar a lógica e o bom senso! Isso é anarchisar mais a lingua e a familia! Como director da Instrução, protesto!*

**Oswaldo Cruz** (*se estivesse presente*) — *Isso é peor do que a vaccina obrigatoria, porque não se baseia na sciencia! As armas!*

O Conselho de instrução, com suas raras cãs, compensadas pelas longas barbas brancas, não critica diretamente o conteúdo da reforma de Medeiros e Albuquerque, mas ataca a forma como se pretenderia impor tiranicamente o conjunto de mudanças (“Quer á força metter sua reforma orthographica...”). Ou seja, o tempo julgaria o valor da reforma. É um argumento semelhante ao que usou o imortal Salvador Mendonça ao questionar se o momento para esse esforço era oportuno.

Leôncio Correia bacharelou-se advogado, mas, como muitos intelectuais de seu tempo, desempenhava muitas atividades relacionadas à escrita: foi político, servidor público, lecionava, trabalhava como jornalista, dedicou-se à literatura e à poesia. Foi membro da Academia Paranaense de Letras, da Academia Carioca de Letras, da



Federação das Academias de Letras, do Instituto Brasileiro de Cultura, e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná<sup>60</sup>. Era republicano e abolicionista. Descrevem-no seus biógrafos como ufanista, tanto que, durante sua direção da Instrução Pública, instituiu nas escolas públicas a Festa da Bandeira, em homenagem à Bandeira Nacional. Vemos como essa figura de candente patriotismo representada na charge resiste à reforma ortográfica da ABL. São curiosas as acusações levantadas contra Albuquerque por Leôncio. Sua reforma seria um assassinato à lógica e ao bom senso, anarquizaria mais a língua e a família (!). Lembremo-nos de que essa é uma charge e que se trata de uma personagem ficcional, e não da figura histórica. Parece acontecer na argumentação elaborada pelo humorista, posta na boca da personagem, um interessante movimento: Medeiros e Albuquerque e seus companheiros, como vimos em algumas passagens, defendiam que sua reforma era lógica (por partir de uma sistematização que procuraria relações biunívocas) e acabaria com a anarquia (da ortografia então vigente). O que o cartunista faz é inverter esses argumentos, atribuindo à reforma da ABL uma imagem extremamente negativa.

Entendemos que o comportamento dos atores envolvidos no debate ortográfico diante da audiência foi fundamental para a formação da opinião pública sobre o tema. A exposição das longas discussões, como já apreciamos algumas, davam a impressão de uma questão hermética, inacessível ao homem comum. Embora os reformistas proclamassem querer tornar o mundo letrado acessível aos que até então estavam alijados, no seu entender, por causa das mazelas ortográficas, não conseguiram a clareza suficiente para expor essa intenção à opinião pública. Um conservadorismo reacionário parece ter discursivamente colocado a “mudança” sob suspeita, mobilizando uma fórmula nacionalista que se distinguia do *nacionalismo anticolonialista* que entendemos estar na proposta de Medeiros e Albuquerque, como apresentamos no início do capítulo. Esse nacionalismo rival era uma construção mítica que ligava o Brasil a uma espécie de genealogia civilizatória que remontaria a Roma, como já argumentamos. Se se valorizava a pátria, era como continuidade, e não como ruptura.

Resta-nos ainda a fala de Oswaldo Cruz. Sua investigação, no entanto, merecerá um capítulo à parte.

---

<sup>60</sup> Biografia disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/correia-leoncio/>, acesso em 4 fev. 2020.

## 7. Quem está com a razão

A consolidação e a ampliação da esfera pública mudaram as exigências a que estavam submetidas as instituições. Essa percepção se deu, no início do século XX, de maneira, física ou simbolicamente, mais ou menos violenta. Essa parece ser a tônica dada pelo chargista na figura 3, examinada no capítulo anterior. Procuraremos resgatar a relação entre as personagens presentes na charge a partir de uma investigação sócio-histórica.

### 7.1. A voz do povo e a opinião pública

Souza (2017) examina, segundo sua leitura de Habermas, o surgimento do sentido moderno de “público”, em oposição a “privado”. Nessa perspectiva, assume que “é apenas a partir da delimitação de uma esfera privada inviolável do indivíduo que temos a possibilidade de perceber a novidade do sentido moderno de público” (SOUZA 2017:139). O público seria um conjunto de sujeitos privados com suas opiniões e vontades próprias e, dessa forma, o Estado, o lugar do público; ao passo que a “pequena família burguesa” se tornaria o espaço destinado ao privado.

A pequena família burguesa que se cria representa uma forma de comunidade familiar distinta tanto da família aristocrática quanto da família camponesa. A essa sociabilidade original corresponde uma nova forma de arquitetura das casas, garantindo um espaço de privacidade para cada um dos integrantes da família, assim como formas de convívio que se destinam a exercitar o novo tipo de individualidade que se constitui (SOUZA 2017:143).

Esse movimento teria acontecido historicamente na passagem do Absolutismo para o despotismo esclarecido. Sobre a expressão “despotismo esclarecido”, aliás, Souza faz um interessante jogo de palavras cuja finalidade seria demonstrar a relação de incompatibilidade entre dois termos já que se trata de uma “forma de dominação tradicional monárquica e *despótica*, a qual, no entanto, pela primeira vez, tem que prestar contas de seu governo, ou seja, tem que se *esclarecer* perante um público” (SOUZA 2017:141, grifo nosso).

A obrigação de esclarecimento, no sentido da prestação de contas, nem sempre será bem encarada pelos detentores do poder. Veja-se o estudo de Basile (2019) sobre o surgimento e o desenvolvimento da imprensa republicana no Brasil. Esse recorte é bastante interessante para pensarmos as relações entre a imprensa de oposição e a crescente esfera pública, o que será útil ao retomarmos a análise da charge acima,

reproduzida na figura 3. Souza (2017:141) observa que “essa esfera é regulamentada pela autoridade, mas é dirigida diretamente contra a autoridade política, na medida em que o princípio de controle discursivo e argumentativo que o público burguês contrapõe à dominação pretende modificá-la enquanto tal”.

Os periódicos que faziam apologia de uma forma de governo eletivo de duração temporária começam a despontar durante a década de 1820, em decorrência das sucessivas crises e acirramento dos debates naqueles anos. Embora essas publicações não propusessem uma ruptura explícita com a Monarquia, a “linguagem republicana” já estava ali na forma de críticas e cobranças às instituições monárquicas. Todavia, nem sempre é seguro expressar-se livremente contra o regime vigente, mesmo que discretamente. “A dura repressão”, observa o historiador, “promovida pelo governo imperial contra a oposição e o cerceamento da liberdade de imprensa eclipsaram por alguns anos os ensaios de republicanismo” (BASILE 2019:157). Ademais, vale notar que a legislação não era condescendente com discursos que fossem contrários à Monarquia. A lei de 20 de setembro de 1830<sup>61</sup>, que legislava sobre os limites da imprensa, era bastante clara sobre certas manifestações. A seguir, transcrevem-se alguns parágrafos a título de exemplo:

Art. 2º Abusam do direito de comunicar os seus pensamentos os que por impresso de qualquer natureza que seja emitirem:

1º Ataques dirigidos a destruir o Systema Monarchico Representativo, abraçado e jurado pela Nação e seu Chefe. Os responsaveis incorrem na pena de prisão de tres a nove annos, e na pecuniaria de um a tres contos de réis.

2º Provocações dirigidas a excitar rebellião contra a Pessoa do Imperador, e seus direitos ao Throno. Os responsaveis incorrem na pena do § 1º.

3º Provocações dirigidas a se desobedecer ás Leis, e ás autoridades constituídas. Os responsaveis incorrem na pena de prisão de dous a seis annos, e na pecuniaria de oitocentos mil réis, a dous contos e quatrocentos mil réis.

No panorama descrito por Basile (2019), ao longo do século XIX, a imprensa republicana, que, dentre outras estratégias discursivas, argumentava em favor de um sentimento de americanismo incompatível com a Monarquia, vai se tornando mais ou menos proeminente, a depender do contexto: cresce em momentos de crise político-institucional. Até, nos anos posteriores a 1870, chegarmos à propaganda republicana da qual fez parte Medeiros e Albuquerque, e à Proclamação da República e seus primeiros anos, percebemos a esfera pública só aumentar.

<sup>61</sup> Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37987-20-setembro-1830-565654-publicacaooriginal-89402-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37987-20-setembro-1830-565654-publicacaooriginal-89402-pl.html), acesso em 6 fev. 2020.

Discutimos no quinto capítulo, a partir da leitura de Carvalho (1990), as diferentes ideias republicanas que concorriam no momento da Proclamação da República brasileira. O modelo de República que parecia mais interessante aos latifundiários do Sudeste e do Sul, como vimos acima, certamente era o de uma organização social de baixo engajamento popular, uma república liberal em que as vontades individuais somadas equivaleriam a uma vontade coletiva, uma nação sem patriotas, em que os que tivessem maior poder dos recursos econômicos e, conseqüentemente, sociais – leia-se “os grandes proprietários rurais” –, fariam sua vontade valer sobre as demais. Nesse arranjo republicano, os indivíduos abririam mão da participação política pela liberdade individual.

Se é verdade que, nesse contexto, os cidadãos renunciam a sua participação no jogo político em sentido mais ativo, isto é, na participação efetiva do governo, pela liberdade civil, o Estado republicano pode mesmo deixar de representar a somatória dos interesses individuais, ou seja, deixar de atender ao público. Essa redefinição dos espaços sociais se daria em função das inúmeras mudanças materiais vividas no Brasil naquele momento. A imprensa passaria a ter cada vez mais responsabilidade na ampliação de uma esfera pública ao se dissociar dos interesses exclusivamente estatais – de propaganda – para dar voz também aos interesses coletivos:

Uma esfera pública de conteúdo não estatal nasce, no entanto, apenas a partir da mudança da função da imprensa desde uma atividade meramente informativa e manipulativa do que interessava ao Estado tornar público, em favor da concepção de um veículo, de um “fórum” apartado do Estado. É esse fórum de pessoas com capacidade de julgar que permite a formação de uma opinião pública crítica que introduz, pela primeira vez, a questão da legitimidade discursiva da política. O que é público, de interesse geral e para o bem de todos, precisa, a partir de agora, provar-se argumentativamente enquanto tal (SOUZA 2017:139).

Com a consolidação da opinião pública e a sua ampliação paulatina, o jogo de poder se enreda. Ao exercício do poder político pelo Estado, passa a estar atrelada a exigência de uma legitimação discursiva. Em outras palavras, a aceitação de ações do Governo por parte da sociedade passa pelo convencimento da esfera pública. Note-se que a base social dessa esfera pública são os pequenos proprietários, profissionais liberais, incluindo jornalistas, professores, alunos, militares, aqueles que não tinham tantos recursos para que suas vontades e opiniões individuais valessem como as dos grandes proprietários, como já expusemos, mas compunham considerável parte do tecido social que cada vez se adensava. Souza (2017:141) observa que “o crescimento das cidades vai

possibilitar, a partir da proliferação da cultura dos cafés, dos salões e dos clubes literários, a institucionalização da esfera pública”.

Um dos motivos para a eclosão da Revolta da Vacina, em 1904<sup>62</sup>, talvez tenha sido a falta de legitimação discursiva das ações do Estado diante da esfera pública. No início do século XX, no Brasil, a varíola preocupava tremendamente: as internações chegavam aos milhares e, apesar de a vacina já ser produzida industrialmente desde 1884, a população ainda se negava a submeter-se à vacina. É possível que a ideia de inocular pus de vesículas que vêm às tetas das vacas doentes<sup>63</sup> não soasse tão bem à população do Rio de Janeiro. Sevcenko (1984) observa que havia uma indisposição dos cariocas para com as medidas invasivas de profilaxia do Governo. Uma campanha anterior contra a febre amarela já expusera a truculência dos agentes do Estado e deixava o povo aflito com uma nova onda de violência. A oposição à aplicação obrigatória da vacina vinha de um pequeno grupo de parlamentares não alinhados com o Governo, da imprensa não governista e da população, todos muito resistentes à aplicação do decreto:

Os opositores diziam ainda mais: se o governo acreditava plenamente nas qualidades e na necessidade da vacina, então que deixasse a cada consciência a liberdade de decidir pela sua aplicação, podendo, até mesmo, escolher as condições que melhor lhe conviessem para recebê-la. Obstavam, enfim, não contra a vacina, cuja utilidade reconheciam, mas contra as condições da sua aplicação e acima de tudo contra o caráter compulsório da lei. (SEVCENKO 1984:11)

Veja-se um suposto tom liberal dessa declaração que colocaria as vontades individuais sobre o bem-estar coletivo. O que se seguiu foi um recrudescimento dos discursos contrários à interferência sanitarista, nos jornais e revistas, tanto que, em 5 de novembro de 1904, seis dias depois da aprovação da medida, foi criada a Liga contra a Vacina Obrigatória. Lauro Sodré, senador, ex-militar e positivista – que seria um dos responsáveis pelo levante da Escola Militar da Praia Vermelha e viria a ser preso por causa de seu envolvimento – discursava duramente contra o que ele chamava de “lei

---

<sup>62</sup> Naquele ano, assustado com a alta de internações causadas pela Varíola, o médico Oswaldo Cruz convenceu o Governo a enviar ao Congresso um projeto que tornava a comprovação da vacina obrigatória à população para lavrar contratos de trabalho e certidões de casamento, efetivar matrículas em escolas, receber autorizações de viagens, etc. Houve grande oposição de políticos e da sociedade. O povo, assustado por boatos de que a vacina era nociva à saúde – circulava até que quem se vacinasse adquiriria feições bovinas –, temia que houvesse invasões a residências e inoculações forçadas e protestou num movimento que ficou conhecido como “Revolta da Vacina”. Muitas pessoas foram presas, feridas e até morreram em duas semanas de violentos confrontos nas ruas da então Capital Federal. O Governo desistiu da vacina compulsória. Alguns anos depois, em 1908, um surto maior de varíola levou a população a procurar a vacina, sem a necessidade da obrigatoriedade.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-0>, acesso em 7 fev. 2020.

arbitrária, iníqua e monstruosa”. Na figura 4, uma charge também publicada n’O Malho, observamos o Zé Povo – a mesma personagem que participará dos protestos contra a Reforma de Medeiros e Albuquerque dali a três anos – ajudando o senador da oposição numa tarefa que poderá ser desastrosa para o sanitarista Oswaldo Cruz e para o Presidente Rodrigues Alves, o mentor das inúmeras mudanças por que passava a Capital Federal.

Abaixo se transcreve a legenda:

**Zé Povo** – *Cuidado! Sr. Lauro! Olhe que si o calhão cai, esmaga a seringa e os seringadores, como se esmaga um rato!*

**Lauro Sodré** – *Tolo! Deixa cahir! Deixa esmagar: é a pedra que rôla da montanha...*

Figura 4 - Honni soit qui mal y pense!<sup>64</sup>



<sup>64</sup> Trata-se de uma expressão idiomática francesa que poderia ser livremente traduzida por: “maldito seja o mal pensado”. Usa-se para desabonar aqueles pensamentos fortuitos em que se incorre às vezes, mas já se arrepende ato contínuo.

Fonte: O Malho, 12 nov. 1904<sup>65</sup>

Talvez se pudesse pensar que se tratava apenas de uma questão de desinformação ou ignorância. Mas veja que o imortal Rui Barbosa, certamente das pessoas mais bem informadas do Rio de Janeiro, expôs seu entendimento sobre a questão:

Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue, de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte. (SEVCENKO 1984:13)

Afinal, houve um levante no dia 14 de novembro, com a participação dos cadetes da Escola Militar. A repressão foi dura e rápida: a Escola Militar da Praia Vermelha bombardeada, muitos mortos e feridos entre a população, alguns presos e enviados ao Acre. O Presidente Rodrigues Alves declarou estado de sítio. Durante esse período, a vacinação, que tinha sido suspensa, recomeçou e pouco tempo depois a varíola estava erradicada, como relata Del Priore (2017). Foge ao escopo deste texto o maior detalhamento dos sucessos dessa revolta, mas o principal para que consigamos estabelecer uma relação com a reforma da ABL que acontecerá três anos depois já se expôs: embora a vacinação fosse uma medida do Estado que posteriormente se provou boa à saúde da população, a maneira desastrosa de comunicar sua necessidade e a consequente incapacidade de convencer a esfera pública levaram a questão a ser resolvida tragicamente. Vizeu (2019) reporta o comentário de Lilia Schwarcz, entrevistada sobre o tema:

O soneca<sup>66</sup> esqueceu de combinar com o povo, não promoveu campanha de informação acerca do que era a vacinação. Corria o boato de que, como a vacina era extraída a partir de vacas, as pessoas ficariam com cara de bezerro. Ele criou esse exército de vacinadores que entravam nas casas e levantavam as saias das moças, criando uma opinião contra o governo sobre uma medida que poderia ter sido popular. Rodrigues Alves tinha tal apego por sua formação técnica para bem governar que acreditava não ser preciso conversar. É claro que podemos jogar tudo na conta da sociedade da época e chamá-la de machista e ignorante. Ao mesmo tempo, é função do bom governante encontrar meios para falar com o povo. E nem o presidente nem Oswaldo Cruz investiram em uma política de informação (VIZEU 2019:46).

Voltando à análise da figura 3, entendemos que o aparecimento de Oswaldo Cruz na charge não se deu por acaso. Essa parece ser uma manobra argumentativa do chargista

---

<sup>65</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300\\_1904\\_00113.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300_1904_00113.pdf), acesso em 7 fev. 2020.

<sup>66</sup> Esse era o apelido dado ao Presidente Rodrigues Alves pela imprensa da época. Charges e outros textos cômicos atribuíam a ele a pecha de dorminhoco. Vizeu (2019) apresenta hipóteses para o motivo desse apelido.

para atacar uma suposta falta de embasamento científico da reforma de Medeiros e Albuquerque. Mas, além dessa crítica, percebida logo à superfície do texto, talvez haja outra, implícita: o humorista pode ter aproximado ambos os casos porque, apesar da disparidade das consequências, enxerga a falta de convencimento da opinião pública como um traço comum às duas reações contrárias vindas dessa esfera, cada uma a seu tempo. Resta ainda discutirmos a afirmação feita pela personagem de Oswaldo Cruz na figura 3. O sanitarista – se estivesse presente, ressalva feita na rubrica – conclamaria a população “às armas”, por entender que a reforma da ABL era pior que a vacina obrigatória, já que esta era baseada na ciência, diferentemente daquela. Discutamos essa afirmação na próxima seção.

## 7.2. A ingaia ciência

A crítica à reforma – por ela não se basear na “sciencia” – disparada pela charge da figura 3, advinda da personagem Oswaldo Cruz, parece atingir a iniciativa da ABL num flanco desprotegido: além de tentarem impor sua reforma violentamente, como acusava a charge, as modificações não teriam fundamento científico. Como conjecturamos acima, a implantação da reforma proposta por Medeiros e Albuquerque disputava – ou deveria disputar –, no campo discursivo, o convencimento da esfera pública. Se os acadêmicos não estavam totalmente cômicos disso, seus opositores haviam aparentemente se apercebido da importância de vencer o debate aberto e conquistar a opinião pública, porque formulavam suas acusações nessa direção. Enquanto os acadêmicos, afetando certo alijamento, ambigualmente insistiam que sua reforma era da instituição e para ela, embora se dissessem preocupados com a inclusão das massas ao mundo letrado, como já salientado, a oposição recrudescia dentro e fora da ABL.

Como uma tentativa de dimensionar o peso do argumento científico para a aceitação da reforma de 1907, pesquisamos na Hemeroteca Digital Nacional<sup>67</sup>, tomando como universo da investigação os periódicos cariocas da primeira década do século XX (são 271 publicações, somando 1.806.095 páginas), primeiramente, as palavras <orthographia> e <scientifica> e, num segundo momento, <ortografia> e <científica> – uma vez que o algoritmo nem sempre se mostra insensível a diferenças ortográficas. A pesquisa considerou a presença das duas palavras na mesma página. Os resultados não sugerem uma polêmica sobre o cientificismo da reforma de Medeiros e Albuquerque. Na

---

<sup>67</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em 10 fev. 2020.



primeira busca, foram encontradas 18 ocorrências; na segunda, 8. Somente a palavra “ortografia” (<orthographia> ou <ortografia>) aparece 804 vezes nesse mesmo recorte. Descartadas as ocorrências em que as duas palavras aconteciam em textos diferentes ou não estavam relacionadas ao contexto, encontramos duas situações dignas de nota.

Nos “Annaes da Camara dos deputados do Rio de Janeiro”, na edição 8 de 1907, ilustra-se interessante caso. Os deputados discutiam a prisão em caso de falência, quando Justiniano de Serpa, deputado federal notório nesse início de República, se pronuncia:

Terminando, peço a V. Ex., Sr. Presidente, que me perdôe enviar á Mesa o meu projecto sem estar graphado de accôrdo com as resoluções da nossa Academia de Letras. (Riso). Estava assignado, ha dias, e não quiz alteral-o, para o pôr de accôrdo com a nova orthographia, que aliás me parece tão scientifica que não posso deixar de acceital-a. (Riso. Muito bem; muito bem. O orador é muito cumprimentado)<sup>68</sup>.

A sutil ironia com que o nobre deputado brindava seus colegas corrobora a impressão de que a sociedade letrada carioca não parecia simpática à reforma de Medeiros e Albuquerque, sobre a qual a pecha de “anticientífica” parecia ter colado bem rapidamente.

O segundo caso foi encontrado num texto publicado n’*A notícia*, “um jornal decididamente republicano, que apoiou o governo militar de Floriano e os que o sucederam, sem contudo, entrar no jogo político-partidário”<sup>69</sup>. Sob o título de “Rejistro”, o autor, que assina B. – não pudemos resgatar sua identidade, mas pela primeira pessoa do plural, como se verá abaixo, parece tratar-se de um imortal –, escreve uma defesa ponderada à reforma da ABL, empregando a ortografia aprovada:

[...] para que se veja, desde já, qual será a apparencia material dos nossos jornaes e dos nossos livros, no cazo de ser geralmente seguido o novo sistema grafico, estou escrevendo, como ensaio, este Rejistro, de acordo com o que a Academia de deliberou hontem.

Como se verá pela simples leitura deste artigo, não se fez trabalho revolucionário. O dezejo era simplificar, e não complicar. Por isso, e ainda porque não convinha fazer uma reforma radical que dificultasse a aceitação do novo método, a Academia rejeitou algumas das propostas que lhe pareceram de um radicalismo exajerado ou de adaptação penosa.

Assim, respeitámos o *x*, e respeitamos o *g*, e o *h* iniciaes, – não porque achemos absurdo escrever *ezemplo*, *jeneral* e *oje*, mas porque, nisto como em tudo, é de boa politica dar tempo ao tempo: a grande Roma não se fez num só dia, e bom trabalho faz que vae devagar e com calma...

<sup>68</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/060917/per060917\\_1907\\_00008.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/060917/per060917_1907_00008.pdf), acesso em 11 fev. 2020.

<sup>69</sup> Um verbete do jornal está disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noticia-a>, acesso em 11 fev. 2020.

Confesso que, para mim, vae ser um sacrificio a pratica da nova ortografia. Tremo de medo e de horror, quando me lembro que terei de escrever Rejistro com *j*, e Cronica sem *h*. Mas o meu medo e o meu horror provêm da tirania do habito; daqui a pouco tempo, si a Noticia e a Gazeta aceitarem a reforma, já me não parecerá barbara nem comica a nova fizionomia dos meus artigos; e os leitores igualmente se acostumarão a ler *fujir*, *misterio*, *quiméra*, *etc.*; e todos acabaremos por confessar que a pratica da lingua, si não ficou facilima depois da reforma, ficou ao menos muito mais facil do que era dantes

[...] *Haverá quem diga: "a reforma não é científica!" Pouco importa! A Academia não teve preocupação científica: o que ela desejou foi simplificar*<sup>70</sup> [destaque nosso].

Essa também era a posição de José Veríssimo e Medeiros Albuquerque, como já observamos: procuravam a simplificação, e não a depuração científica, que aparece como uma premissa essencial a alguns dos detratores da reforma. A Medeiros e Albuquerque e seus colegas de causa não interessavam profundas lucubrações filológicas, uma vez que se assumia abertamente que a ortografia é sempre convencional<sup>71</sup>. Dessa forma, os motivos que levariam a sua adoção seriam menos importantes que a convenção.

Alguém poderia argumentar que a sociedade letrada brasileira não enxergasse na ABL a autoridade científica sobre a língua pela própria natureza da instituição. Desde a sua fundação, já esquadrinhada nas páginas iniciais deste trabalho, a Academia se propunha a cultivar a língua portuguesa e sua literatura, afiliada a uma tradição artística, erudita, filosófica, em vez de técnica, científica. Embora ecoassem aqui e acolá essas ideologias, os acadêmicos – com exceção de pouquíssimos – não pareciam gozar do capital simbólico científico necessário ao convencimento da opinião pública. Veja-se essa observação do próprio Albuquerque:

Na Academia, a par de escriptores illustres que se têm distinguido em todos os ramos do saber humano, ha pelo menos tres que são justamente reputados por se terem dedicado ao estudo da lingua portugueza: João Ribeiro, Silva Ramos e Heraclito Graça. De todos os academicos são os especialistas na questão. [...] Deixando, portanto, de lado outros escriptores, restringindo o caso só aos que, por assim dizer, tinham a capacidade technica, a reforma appareceu perfeitamente bem amparada por todos eles (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo I 2012:32).

No entanto, se aqui na ABL eram poucos com capacidade técnica e parece que se carecia de autoridade científica para tratar do tema ortográfico, essa posição de elevado capital simbólico no campo científico seria muito provavelmente gozada pelo português

<sup>70</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=13921>, acesso em 11 fev. 2020.

<sup>71</sup> A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo I 2012:10.

Cândido de Figueiredo, autor do dicionário que servia de base à redação da reforma de 1907 e membro da Academia de Ciências de Lisboa. Se os partícipes das sessões conturbadas, que durante meses arrastaram polêmicas, estendidas aos periódicos, causando confusão e impressão de que a barafunda ortográfica só piorara desde a proposta de Medeiros e Albuquerque, não conseguiam convencer a esfera pública da validade de seu projeto, talvez Cândido de Figueiredo pudesse acalmar os ânimos dos opositores. Figueiredo contribuía para jornais brasileiros, o que o tornava bastante conhecido entre os homens de letras brasileiros, e até publicou em Portugal um livro em que tratava de maneira relativamente elogiosa da reforma brasileira, discordando apenas de pequenos detalhes do texto aprovado pelos colegas d'aquém-mar. O que faltava então para chancelar como científica a reforma de Medeiros e Albuquerque?

N'*A ortografia no Brasil*, mencionado há pouco, talvez esteja a resposta. Na primeira parte do volume, o autor resume a história da reforma com uma antologia de textos, muitos dos quais já resenhamos aqui. A seguir, na seção chamada “Ensaio de Crítica”, vai às suas discordâncias. Após passear por questões pontuais, como <c> e <s>, <s> e <z> (discussão que nos ocupará mais tarde), Figueiredo opina sobre seu dicionário, em cujos ensinamentos se baseava a reforma da ABL:

Aquela obra foi elaborada num período de renovação filológica. Actualmente, podemos dizer que filologia românica é uma ciência definida, precisa, cujos processos, na sua generalidade, são tão rigorosos como os das ciências exactas; mas, há quinze ou vinte anos, em Portugal, a filologia esboçava-se apenas: e, á parte quatro ou cinco estudiosos, algum gramático ou algum professor, ninguém ventilava um problema filológico, nem, se preocupava do assunto (FIGUEIREDO 1908:80).

Seu *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa* fora publicado em 1899 e, nove anos depois, n'*A ortografia no Brasil*, o autor enumerou muitas hipóteses ortográficas refeitas à luz da ciência da filologia românica daquele momento. Étimos outrora desconhecidos vieram a lume, processos fonológicos foram compreendidos em sua inteireza, regularizações foram aplicadas. Esse conjunto de mudanças atribuídas pelo autor ao conhecimento da ciência linguística fez com que o solo debaixo da reforma de 1907 se movesse abalando sua sustentação. Afinal, agora os opositores poderiam argumentar que não se tratava de ciência aquilo que a ABL tentava impor, como o fez o cartunista autor da charge que analisamos. A exposição de Cândido de Figueiredo permite que vislumbremos o estado de coisas sobre o qual estavam assentadas as ideias ortográficas no início do século XX em Portugal. Dicionários e vocabulários publicados dez ou quinze

anos antes e literatos renomados de então não teriam legitimidade para decidir sobre a ortografia porque lhes “escasseava autoridade e *saber especial* para impôr uma norma de escrita, ou, antes, anormalidades gráficas” [destaque nosso]. Se acertavam ou se erravam, isso era “por acaso”, não passava de “palpite”; e “caprichos e palpites”, segundo o autor, “são maus conselheiros em assuntos de grafia portuguêsã”, por isso deveriam ser abandonados. (FIGUEIREDO 1908:71-2).

Recordemos que se descreveu no capítulo anterior, em oposição ao *nacionalismo anticolonialista*, de ruptura, que entendemos estar no espírito que impulsiona a reforma da ABL de 1907, a emergência organizada de um *nacionalismo de continuidade*, que reativamente buscava raízes europeias, remontando muitas vezes à Antiguidade Clássica, para sua legitimação. Esse sentimento conservador que perseguia o projeto de uma pátria mítica, cuja língua escrita paradoxalmente deveria ser a lembrança material constante de sua origem idealizada, encontrava na justificativa científica da ortografia uma roupagem moderna que se ajustava perfeitamente às suas aspirações ideológicas. Os brasileiros apaixonados por essas ideias não precisariam mais recorrer aos étimos frequentemente fantasiosos do período (pseudo)etimológico (vide 2.3), os quais remontavam à suposta exuberância de antanho, uma vez que, com a recente ciência filológica, se poderia pavimentar a ponte entre passado e futuro.

## 8. Estaca zero

Chegamos à segunda década do século XX, ainda sem grandes avanços na reforma ortográfica brasileira. Já observamos, em capítulos anteriores, as repercussões, majoritariamente negativas, apesar de alguns entusiastas vigorosos das mudanças propostas por Medeiros e Albuquerque em 1907 e adotadas em 1911. Veremos a seguir como se posicionaram sobre ela dois dos mais entendidos portugueses em questões de língua e ortografia daquele tempo e como os debates ortográficos prosseguem na ABL até 1919.

### 8.1. Elogios críticos ou críticas elogiosas

Como dissemos anteriormente, o esforço reformista brasileiro parecia notável a Cândido de Figueiredo:

Há ali muito mais gente que se interessa pelas questões da língua portuguesa e que cultiva o nosso idioma com verdadeiro amor e carinho; e por isso afluiram de toda a parte à discussão do projecto ponderados articulistas e escritores provados (FIGUEIREDO 1908:108).

O mesmo movimento não pudera acontecer em Portugal por questões conjunturais. Segundo ele, o feito da ABL se devia à juventude do país, “dos povos novos, sem tradições arraigadas nem fortes preconceitos, que lhes faculta mudanças e progressos mais rapidos e promptos que os dos velhos povos” (FIGUEIREDO 1908:35). Embora houvesse aqui e ali algumas discordâncias, suas impressões eram as melhores. Interessamos, no entanto, por uma razão bastante evidente, um ponto de discordância: a questão entre <s> e <z>:

Todos sabem que efectivamente o *z* e o *s* entre vogaes são duas letras, em que até esbarram pessoas regularmente lidas, e são vulgarísimos os erros a tal respeito; mas, se é impossível firmar-se a doutrina de que a cada som deve corresponder uma só letra, afigura-se-me que pouco adiantaríamos eliminando o *s* intervocálico e deixando-o ainda vigoroso em centenas de outras hipóteses, onde o *c* o poderia substituir, se o ideal não fosse ideal (FIGUEIREDO 1908:68-9).

Figueiredo argumenta que a substituição do <s> intervocálico que representa /z/ por <z> seria “uma bula de indulgências gratuitas para a ignorância de muita gente”. Essa simplificação seria uma solução simplista, demasiadamente “sónica”. Assim o eminente português argumenta no sentido da manutenção das duas letras para dar conta do /z/ intervocálico. Adiante, Figueiredo dedica uma breve seção à grafia <Brasil>, em resposta a certo Sr. Cândido Lago, que teria discordado de sua posição publicamente, convidando-

o à refutação. Figueiredo alega que a forma <Brazil> era “moderna”, recente, tinha pouco mais de cem anos. Ele atribui sua generalização aos tempos do arcadismo, em que teriam aparecido pela primeira vez <cazas>, <rozas>, <muzas> e <Brazis>, e observa que o Padre Antônio Vieira e seus contemporâneos escreveram <Brasil>. Figueiredo contrargumenta que seu altercador aduz como autoridades em matéria ortográfica dicionários e escritores desconhecidos da filologia, cujos textos não poderiam servir de referência porque foram escritos “antes da difusão da ciência da linguagem”. A ignorância desses saberes, segundo o autor, justificaria que se tem “escrito *aza*, como se tem escrito *roza*, *empreza*, *Brazil*... Mas o *s* latino nunca produziu *z* em língua nenhuma; é facto indubitável para todos os que possuam as mais ligeiras noções de filologia românica”(FIGUEIREDO 1908:98). E o estudioso português prossegue, sempre atingindo o brasileiro onde lhe parece não haver chance de defesa: “não obstante sua boa vontade, está por ora inteiramente alheio aos processos fonéticos das línguas românicas”. Finalmente Cândido Figueiredo encerra sua argumentação vaticinando taxativamente que “o que ninguém pôde nem poderá demonstrar, com argumentos literários ou *científicos*, é que Brasil com *s* não seja a forma exacta e tradicional, isto é, a fôrma rigorosamente” [destaque nosso].

Em praticamente toda a segunda metade de seu *A ortografia no Brasil*, Figueiredo ainda se dá ao trabalho de refutar críticos brasileiros a certos pontos da reforma da ABL, como Carlos de Laet, Silvio de Almeida, Xavier Marques e Afonso Costa. A proposta não teria outros defeitos além dos que ele apontara. O autor do *Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa*, ao fim, cita Gonçalves Viana<sup>72</sup>, que, segundo ele, se alegra com a reforma brasileira, mas não pode aceitá-la – embora seus resultados sejam muito parecidos com o que se tinha proposto em Portugal desde as *Bases* passando pela *Ortografia Nacional* –, por esse esforço brasileiro não ser científico:

Também Gonçalvez Viana se congratula pela reforma brasileira, - “a qual, - diz êle, - coincide nas suas simplificações absolutamente quase com as que defendi na Ortografia Nacional; dissentindo, porém do meu plano a douta corporação em alguns pontos, divergencia em que não posso em consciência acompanhá-la, pois a aceitação da sua doutrina ficaria em contradição com a essência do método que me guiou, isto é, a história da língua cientificamente estudada. A minha cedencia em taes pontos aluiria, na realidade, pelos alicerces uma importante parte construtiva do plano” [...] (FIGUEIREDO 1908:193).

---

<sup>72</sup> A edição que nos chegou da *A ortografia no Brasil* de Figueiredo é 1908. Nela o autor transcreve o texto da *Advertência Preliminar ao Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* de Viana, publicado um ano depois. Imaginamos que o autor conhecia, portanto, o texto vianense antes de sua publicação, ainda no prelo.

A esta altura parece que já é possível perceber uma espécie de constância no discurso desses filólogos portugueses: as cortesias e lisonjas dirigidas à primazia brasileira talvez devam ser lidas pela chave da ambiguidade. Se, por um lado, a reforma da ABL seria digna de louvor, tinha poucos pontos de que se poderia discordar, teria sido um esforço notável; por outro, sua elaboração seria pouco científica, suas alterações não ousariam suficientemente, ela não diferenciaria a contento na escrita o que era divergente na fala. Após os efusivos elogios, vinham as críticas mordazes, que desaconselhavam a adoção das mudanças propostas pela ABL em território lusitano. Esse criticismo pertinaz, se não inviabilizava por completo a reforma de Medeiros e Albuquerque, mesmo no Brasil, colocava as hipóteses brasileiras sob suspeição e desencorajava a opinião pública. Já aos opositores, cujos argumentos eram elegantemente demolidos, deixava o alento de que a solução ortográfica respaldada pela ciência estaria no devir.

No quarto capítulo desta dissertação, se discutiu como ideias ortográficas americanas – as chilenas e as brasileiras – foram recebidas por Gonçalves Viana. Na seção 4.3, apresentamos brevemente a hipótese formulada por Gonçalves (2010) – a qual nos parece absolutamente pertinente – de que Viana, quando não mantinha completo silêncio sobre as reformas d’aquém mar, adotava um tom crítico a elas possivelmente por causa de um *nacionalismo* que chamaremos de *colonialista*. As muitas semelhanças entre os resultados de trabalhos de brasileiros e os seus, apesar da alegada falta de sustentação científica daqueles, como pudemos ver que sucedeu com resenha da *Ortografia Positiva*, de Miguel Lemos, em 1887, são sempre reconhecidas por Viana. Embora suas avaliações negativas, como argumenta, decorram da debilidade da base científica dos proponentes brasileiros – mesmo quando as referências deles eram portuguesas, como vimos há pouco no caso do dicionário de Figueiredo – entendemos que a forte influência do componente ideológico nacionalista na produção do autor da *Ortografia Nacional* deva ser amplamente considerada. Na *Advertência Preliminar* ao seu *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*, vemos esse *nacionalismo colonialista*, em sua versão mais bem acabada, mais de 30 anos depois daquele parecer publicado na Revista Lusitana:

A alma Mater continuará a ser para o português Portugal, como para o inglês a Inglaterra, como para o castelhano a Espanha, enquanto estas nações subsistirem; e muitas, muitíssimas alterações e importantíssima evolução não de sofrer os três idiomas nos países onde eles se originaram, antes que êsses países desapareçam politicamente da face da terra e do desenho dos mapas.

Nem é somente isto. Admitido mesmo num distante porvir êsse aniquilamento, o espírito destas nações perduraria ainda por tempo incalculável: o latim universal era o latim de Roma, como o grego comum era o da Grécia, como o italiano literário é o da Toscana.

Sobre tais factos não há discussão possível, tam evidentes êles são. Se à Academia Brasileira apraz estabelecer um cisma ortográfico, o qual poderia evitar com uma razoável condescendência, que em nada influi nos princípios gerais e essenciais da reforma, Portugal, por si, tem de manter-se no lugar que por herança lhe compete, como defensor do idioma pátrio, que criou, ilustrou e continua a ilustrar e a cultivar. (VIANA 1909:IX)

Podemos concluir, portanto, que a questão ortográfica do português no início do século XX está na disputa entre três nacionalismos. Aos dois primeiros (vide cap. 6), que poderemos chamar de *nacionalismo de ruptura* (representado pela reforma de Medeiros e Albuquerque, defendida por João Ribeiro e José Veríssimo) e de *nacionalismo de continuidade* (Salvador de Mendonça, Carlos de Laet, Ruy Barbosa e outros), soma-se o *nacionalismo colonialista* (de Gonçalves Viana e Cândido de Figueiredo). Ao que parece, é do embate entre essas três forças ideológicas que provieram as ortografias adotadas no Brasil e em Portugal naquele início de século XX como veremos adiante.

## 8.2. A dança das letras

Como se sabe, apesar de a reforma ortográfica brasileira ter sido engendrada primeiro, foi a portuguesa que logrou êxito amplo e irrestrito. Enquanto os brasileiros não puderam nem assegurar a uniformidade de implantação da reforma de 1907 nas publicações da própria ABL, em 1911, segundo ano da República Portuguesa, uma comissão de eminentes intelectuais lusitanos, debruçados sobre as obras de Gonçalves Viana tornou pública, depois de alguns meses, a sua reforma:

Na portaria de 1 de setembro [...] o ministro mandou publicar o relatório da comissão, sendo publicados este e as bases da nova ortografia tanto no *Diário do Governo*, na portaria de 12 de setembro de 1911, como em separata. Ordenou ainda que fosse adotado o sistema ortográfico proposto, estabelecendo um prazo máximo de três anos para a sua adaptação em livros de ensino, devendo ser elaborado um vocabulário ortográfico e uma cartilha. A comissão, por fim, não foi desfeita, mas deveria manter-se a fim de responder a qualquer dúvida no futuro. (KEMMLER 2009:57)

Veja-se que os reformadores portugueses conseguiram, pela letra fria da lei, a oficialização de sua ortografia e a institucionalização das mudanças com impacto direto no ensino das primeiras letras, com a confecção dos materiais didáticos consequentes. Desde o início, a reforma brasileira de 1907, ainda que aparentemente mais por retórica e conveniência que por vontade de seu idealizador, sempre se afirmou interna à ABL, sem repercussões exteriores à instituição, salvo aquelas que viessem de bom grado, por



simpatia às alterações propostas. E vieram. Além da “Artinha” de Lopes Neto, que foi vedada pelo Conselho de Instrução Pública e não chegou a ser publicada naquele momento, como discutimos na seção 6.3, outros simpatizantes da nova ortografia adotavam-na aqui e acolá. Àquela altura, alguns professores já a ensinavam no Colégio Pedro II e no Colégio Militar. O Governo publicou, em setembro de 1907, um aviso de que a ortografia reformada da ABL passaria a ser também aceita em exames gerais de preparatórios<sup>73</sup>.

Como vimos, o convencimento da opinião pública não aconteceu satisfatoriamente e, mesmo no interior da ABL, havia muita dissensão. Rodrigues (2003:189) informa-nos do relato do imortal, filho de José de Alencar, Mário de Alencar, que argumentava que, “apesar da aprovação de quase duas dúzias de acadêmicos, somente uns três ou quatro a adotaram efetivamente, desmoralizando a reforma e a Academia aos olhos do público”. O próprio Mário admitia que adotava a ortografia do texto de 1907, ainda que não concordasse com a totalidade dele. Mário de Alencar e Afrânio Peixoto propuseram à ABL, em 1911, uma alteração num ponto que já incomodava os portugueses Cândido de Figueiredo e Gonçalves Viana, como vimos acima. A reforma de Medeiros e Albuquerque sistematicamente aplicava <z> nos contextos de representação do /z/ intervocálico. Alencar e Peixoto conseguiram convencer os demais imortais e a ABL recuou, como nos conta Rodrigues (idem).

As academias brasileira e portuguesa tentaram aproximações nos anos seguintes a fim de finalmente acabar com o cisma ortográfico, sempre sem sucesso. Kemmler (2009:59-60) pondera que, além da lentidão das comunicações transatlânticas daquele tempo e da dificuldade de sincronizar as agendas das duas instituições, que não conseguiam reunir seus membros tão frequentemente como se gostaria, também havia uma certa indisposição de lado a lado. A rusga interacadêmica teria surgido por ocasião da tentativa de aproximação de José Veríssimo. O brasileiro declarava que a ABL tinha interesses em firmar um acordo ortográfico interacadêmico, o que se noticiou à ACL (Academia de Ciências de Lisboa) ainda em 1911. Os meses se passaram até que chegou ao Brasil uma cópia datilografada das bases ortográficas. Veríssimo, então, com a intenção de estreitar a comunicação com a ACL, se oferece para ir a Lisboa tratar pessoalmente da questão ortográfica, evitando os contratempos e a lentidão do correio de

---

<sup>73</sup> A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II: 258.

então. Ao perguntar qual seria a melhor data para marcar a viagem que lhe permitiria participar das discussões ortográficas *in locu*, Veríssimo recebeu a resposta de que a comissão julgava conveniente que ele só fosse depois de férias. Talvez o senso de urgência do brasileiro, que não queria lidar nem com a lentidão do correio, tenha achado pouco deferente e nada honorífico esse convite de ir a Portugal só depois do recesso. É possível, portanto, que Veríssimo não tenha se sentido tão bem-vindo aos debates ortográficos da ACL. Fato é que o imortal brasileiro não se dignou a responder a descortesia nem foi a Portugal depois das férias, e o acordo tampouco aconteceu naquele momento.

Para se ter ideia de como parte da ABL – ao menos – estava bastante refratária às modificações da Comissão da ACL, vejamos o seguinte episódio, muito ilustrativo. Das sete colunas da terceira página d'O Estado de S. Paulo de sábado, 3 agosto de 1912, uma e meia foi destinada a noticiar que o imortal Vicente de Carvalho fora até o palácio dos Campos Elíseos, antiga residência do Presidente de São Paulo – usava-se esse termo em vez de Governador –, na época o ex-Presidente da República Rodrigues Alves, o mesmo que enfrentara a Revolta da Vacina. Carvalho levava consigo uma representação que, em nome da ABL, pedia a Alves que não aceitasse o pedido dos professores primários que solicitavam a adoção da reforma portuguesa de 1911. A notícia transcreve a representação, que argumentava sobre a primazia da reforma brasileira, fruto de esforços da ABL muito anteriores à reforma lusitana:

Parece á Academia Brasileira que, á vista destes fatos, não fica bem a uma porção do Brazil, fazendo de colonia portugûesa, aceitar uma reforma que tão imediata e diretamente nos interessa e para a qual não nos quizeram ouvir, a nós que tinhamos todo o direito de ser ouvidos, porque somos, incontestavelmente, em tudo e por tudo, a fração mais consideravel da gente da lingua portugûesa. Não só motivos de ordem política e de pundonor nacional desaconselham de aceitar a nova ortografia, tal qual foi decretada pelo governo portugûes Ao alumiado espirito de V. Exa. não escapará a inconveniencia de um Estado do Brazil separando-se dos outros, adotar uma ortografia oficial, de feitura estrangeira e que, do mais a mais, assente numa prosodia grandemente diferente da brasileira. Sobre estas razões de ordem nacional militam ainda contra a adoção da reforma portugûesa motivos de ordem puramente linguísticos<sup>74</sup>.

A representação seguia na direção de que a reforma brasileira era melhor por ser menos radical, estar mais adequada à “prosodia” do português falado aqui. Finalmente se criticava com dureza a acentuação gráfica que resultou da reforma de 1911, “não

---

<sup>74</sup> Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19120803-12283-nac-0003-999-3-not>, acesso em 9 fev. 2020.

deixando quasi palavras sem acento”. A distinção entre os projetos nacionalistas se faz muito clara na expressão “de feitura estrangeira”.

Num relatório da comissão de dicionário da ACL publicado em 1914, os portugueses alegam que não teriam recebido réplica do brasileiro e, por isso, as conversações para uma ortografia comum cessaram (SILVESTRE 2019:38). Kemmler (2009) levanta a hipótese de ser possível que a comissão não estivesse tão interessada na participação da ABL nos debates que antecederiam a elaboração de uma ortografia conjunta, dado o gesto de simplesmente comunicar os resultados de seus trabalhos, sem consultar os colegas brasileiros, embora houvesse até membros correspondentes. Nos anos seguintes, apesar de os primeiros contatos não terem sido tão animadores, novas tentativas foram feitas até que, a pedido de Silva Ramos, em 1915, a ABL finalmente decide fundir o texto brasileiro de 1907 e os aditamentos de 1911 ao português de 1911, tornando a ortografia brasileira bastante próxima à lusitana. A essa altura, Cândido de Figueiredo, que passara a ser sócio correspondente da ABL, levou à ACL a novidade.

Demoraram poucos anos para que a confusão voltasse aos jornais. Em 22 de novembro de 1919, o imortal Augusto de Lima assina um artigo publicado na capa da edição de sábado d’A Noite. O texto, na antiga ortografia “usual”, critica duramente a ideia de que se possa reformar uma ortografia. Para isso, argumenta que, tal qual a fala está sujeita à sua natureza da língua, assim também está a escrita. Dessa forma, qualquer tentativa de alteração na ortografia iria contra essa natureza, seria um artificialismo:

O que ninguém tem o direito de fazer é intervir no curso natural da linguagem escripta, vehiculo em que recebemos as sciencias, a tradição e próprio thesouro da lingua de Camões e Vieira, para cuja unidade e expansão devemos contribuir, resistindo a inovações que a desfiguram e fatalmente contribuiriam para a sua divisão em dialetos inferiores<sup>75</sup>.

Foge ao escopo deste trabalho refutar os muitos argumentos de Lima, mas cabe dizer que suas posições marcam um aparente retrocesso no debate ortográfico brasileiro no sentido de que, após quase duas décadas de discussões sobre o tema da reforma, volta a questionar-se sobre a necessidade de uma reforma. Desde aquele artigo “Uma reforma útil” de Medeiros e Albuquerque, publicado dia 27 de junho de 1901, no jornal carioca Correio da Manhã, após um longo e sinuoso percurso de quase vinte anos, repleto de muitas dissensões e poucas aquiescências, das quais algumas foram relatadas aqui, a ABL havia finalmente realizado, não só a reforma, mas também o acordo com a ACL para a

<sup>75</sup> Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1919\\_02855.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1919_02855.pdf), acesso em 16 fev. 2020.

unificação ortográfica da língua portuguesa; no entanto, naquele ano, esse colossal empreendimento conheceria seu fim. Como dissemos, a aceitação da reforma, mesmo depois de suas tantas reformulações, nunca foi unânime. A opinião pública não havia sido suficientemente bem convencida para defender as ideias reformistas e artigos como o de Lima eram golpes duros na frágil convicção construída até então sobre a importância das simplificações. Era como se, depois de breve intermissão, aos olhos da opinião pública da época, nossos notáveis intelectuais voltassem a discutir o sexo dos anjos.

Parece que, a esta altura, os grupos e suas ideias haviam se reorganizado. Como vimos, José Veríssimo tentara uma aproximação com a ACL. Esse é um movimento que permite vislumbrar, ao menos em alguns dos atores, a atenuação do *nacionalismo de ruptura*. Medeiros e Albuquerque também suaviza sua posição ao dizer que a reforma luso-brasileira, se não era ótima, ao menos seria melhor que a anarquia de outrora. Em novembro de 1919, após enumerar o que entendia como incoerências da reforma portuguesa, escreveu: “apesar de tudo isso, atravez de todos os seus ilojismos, a reforma oficial portugueza é melhor do que a inqualificavel barafunda que se chama ‘ortografia uzual’”. Em dezembro do mesmo ano, novamente criticando a reforma lusitana, pondera: “ainda assim, no entanto, a reforma da Academia de Lisbôa é preferivel á balburida actual. Aquelas exceções extravagantes acabarão facilmente por ser postas fora” (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II: 253, 265). Já os nacionalistas *de continuidade* passam a atacar a solução conjunta por entenderem que a ortografia baseada nas ideias ortográficas de Gonçalves Viana rompia com o seu ideal de tradição. Esse rearranjo ideológico parece ser primordial para compreender o período. Para os nacionalistas *de continuidade*, quando a mudança proposta vinha dos brasileiros, o argumento contrário era de que o texto da reforma de 1907 não era científico o bastante e, para confirmar essa posição, usavam até os pareceres das autoridades portuguesas. Quando o texto reformista passa a ser o português, respaldado pela ciência filológica de então, a argumentação dos opositores tem que mudar. Dessa maneira, o Portugal atual, reformista, deixa de ser o modelo, por não mais ser guardião daquela ortografia que vinculava o Brasil com o passado glorioso da erudição clássica. Em outras palavras: os entusiastas do *nacionalismo de continuidade* confiavam autoridade aos portugueses desde que fossem conservadores. Os reformadores portugueses, por seu turno, com seu *nacionalismo colonialista*, criam que a mudança seria lícita se fosse cientificamente

arquitetada por eles próprios, à revelia dos brasileiros. Feitas essas observações, voltemos às repercussões do texto de Augusto Lima.

Filinto de Almeida se pôs a refutar ponto a ponto o texto de seu companheiro de ABL. Dois dias depois do texto de Augusto de Lima, Almeida publica sua elegante resposta ao texto de Lima, “a dança das letras”, e ainda coloca em suspeição a proposta que chegara à ABL e que seria votada e aprovada naquele mesmo mês de novembro de 1919, assinada de muitos ilustres nomes. Vale observar a preocupação que o imortal tem com a repercussão de um debate como aquele levado da instituição para a esfera pública:

Eu reprovo que se tragam para os jornais as divergências que ha frequentemente na Academia, como, aliás, em todas as agremiações, e sempre me abstive de referir cá fóra as opiniões que sustento lá dentro; mas desta vez a proposta foi publicada nesta mesma folha e em outras bem como as assinaturas de todos os proponentes, mortos e vivos, e até de acadêmicos que solene e publicamente declararam desligar-se da Academia o que obrigou á duplicidade das datas: 1917 e 1919, facto originalissimo, bastante por si só para inquirar de suspeita a seriedade de tal documento<sup>76</sup>.

Filinto de Almeida aludia à proposta de Osório Duque Estrada.

Os compositores de hinos pátrios estavam definitivamente comprometidos a marcar a história da ortografia brasileira. Como relatamos anteriormente, Medeiros e Albuquerque, além de ter sido o principal idealizador da reforma de 1907, compôs a letra do que deveria ser o Hino Nacional brasileiro. Naquela ocasião, entretanto, por aclamação popular, a antiga melodia de Francisco Manoel da Silva foi escolhida em lugar da nova para tornar-se símbolo pátrio. Os versos de Albuquerque, musicados pelo maestro Leopoldo Miguez, foram aproveitados como Hino da Proclamação da República, ainda durante o governo do Marechal Deodoro da Fonseca. A composição de Francisco Manoel da Silva recebeu os versos decassílabos de Joaquim Osório Duque-Estrada, compostos em 1909<sup>77</sup>. O compositor da atual letra do Hino Nacional brasileiro fora eleito para a ABL em 1915, ano em que o texto reformista brasileiro se fundiu ao português. Duque-Estrada propusera, em 1919, revogar as alterações da que se chamava então reforma ortográfica luso-brasileira. Por 17 votos a 7, essa foi a decisão tomada pela ABL. Depois de duas décadas de debates, a ABL voltava à estaca zero.

---

<sup>76</sup> Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1919\\_02857.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1919_02857.pdf), acesso em 16 fev. 2020.

<sup>77</sup> Embora o poema tenha sido escrito em 1909, só foi oficializado como letra do Hino Nacional em 1922.

### 8.3. Há centos de acentos

Um dos principais incômodos aos acadêmicos brasileiros, como lemos acima na representação da ABL encaminhada por Vicente de Carvalho a Rodrigues Alves, era o – no seu entendimento – excessivo número de acentos que propunha a reforma lusitana capitaneada por Gonçalves Viana. Tratava-se, segundo o documento, de um dos motivos que levavam os imortais a rejeitar o pedido dos professores primários pela adoção da reforma lusitana no ensino paulista. Vejamos a questão mais de perto. Como descreve Pagotto (2007:45), a escrita do português, até o século XIX, empregava poucos diacríticos e não havia sistematização deles, assim como da pontuação. A normatização da acentuação vai acontecendo ao longo desse século para finalmente culminar na reforma de 1911, exposta no relatório da Comissão dos eminentes filólogos portugueses, como um dos componentes mais importantes da reforma, uma “feição essencial numa ortografia”:

Outra feição essencial numa ortografia, que seja, quanto possível, imagem dos fenómenos que se observam na linguagem falada, é a regularização da sua acentuação gráfica, por meio da qual se diferencem palavras que se escrevam com as mesmas letras, mas tenham pronúncia e significação diversas; e ainda que seja por tal modo combinada e aplicada, que nenhuma dúvida possa subsistir com relação a qual seja a sílaba predominante de qualquer palavra ou forma, em idiomas em que, como acontece em português, a acentuação tónica pode afectar uma qualquer das três sílabas finais (BASES PARA UNIFICAÇÃO DA ORTOGRAFIA QUE DEVE SER ADOPTADA NAS ESCOLAS E PUBLICAÇÕES OFICIAIS 1911:12).

Percebe-se, portanto, que o norte da proposta para a acentuação gráfica na reforma de Viana era conciliar a diferenciação dos homônimos (homógrafos e heterófonos) e a explicitação gráfica da tonicidade. Assim, por exemplo, a vista da palavra gráfica poderia revelar sua classe gramatical, por exemplo, o substantivo (“o/um enterro”) ou o verbo (“eu enterro”), a partir do emprego do acento circunflexo ou da sua ausência, para marcar a vogal fechada /e/ e a aberta /é/, respectivamente: “o/um entêrro” e “eu enterro”. Esse princípio considerava o timbre da vogal tônica aberto, portanto, o fechamento deveria ser marcado na escrita com o diacrítico, o acento circunflexo. A intenção aqui não é, evidentemente, esgotar as regras de acentuação daquelas *Bases*, mas dar ao menos uma pequena dimensão do trabalho absolutamente racional que a Comissão portuguesa entregou naquele relatório.

Esse apego à razão também seria visto ao tratar da marcação da sílaba tônica. Qualquer palavra gráfica revelaria a seu leitor a posição de sua sílaba tônica por um jogo

de oposições, visando à economia do emprego dos acentos, que passam a significar também pela sua ausência, como vimos acima. Assim “cateter”<sup>78</sup> evidenciaria por sua escrita que não se trata de paroxítona ou proparoxítona, já que não há acento nem na penúltima nem na antepenúltima sílaba. Uma palavra oxítona terminada em <em> como “além” seria acentuada, ao passo que todos os verbos da primeira conjugação flexionados no presente do subjuntivo na terceira pessoa do plural não teriam nenhuma marca, porque são paroxítonos: cantem, falem, amem, casem, apaguem, mirem, beijem, etc. A esse respeito, Pagotto (2007:46) observa que “o sistema se pauta por uma racionalidade estrita, uma vez que só são acentuados os grupos de palavras em menor número”. Concordamos com o autor quando ele prossegue dizendo que, no entanto, “o apego ao princípio da economia acaba gerando regras cuja aprendizagem é bastante difícil”. É possível que esse tenha sido um dos fatores que dificultavam a aceitação da reforma de Viana pelos acadêmicos brasileiros logo de partida.

Como dissemos acima, a representação da ABL levada por Vicente de Carvalho a Rodrigues Alves criticava explicitamente a quantidade de acentos gráficos na reforma de Viana. Talvez ainda lhes houvesse uma preocupação implícita. Consideremos a seguinte hipótese de Pagotto (2007):

A hipótese que fazemos é que tal sistema interpela o sujeito falante que deseja incluir. O sistema de acentuação gráfica seria uma manifestação da contradição contida nas ações de política lingüística. Se antes o jogo lingüístico normativo envolvia apenas uma pequena parcela da nobreza e da elite cultural que já estava naturalmente “dada” para ele, agora se trata de incluir todos os falantes da língua – ágrafos que passam a existir para o sistema normativo. Na concepção clássica de língua, sabe-se que a fala é um outro que se deseja evitar e corrigir. No caso do sistema de acentos gráficos, ele teria sido pensado para um outro, analfabeto, dotado apenas do domínio da língua falada, portanto incapaz de pronunciar a língua escrita. Ele pode não ter o conhecimento do léxico contido em um texto escrito (o que seria suficiente para conhecer sua prosódia), aliás, ele não precisa ter; está pressuposto que não tem, no entanto seria capaz de ler o texto em voz alta, pronunciando corretamente as palavras. Mais que isso, tratava-se de, arrisco dizer, evitar que essa massa de analfabetos agora incluída a partir dos ideais republicanos, desvirtuassem o sistema fonológico acentual da língua. (PAGOTTO 2007:46)

---

<sup>78</sup> Essa palavra não foi escolhida desinteressadamente. Sabemos que predominantemente no Brasil ela é pronunciada como paroxítona, embora não seja essa a prescrição ortoépica (que prescreve que essa palavra seja oxítona). Essa situação demonstra a necessidade do conhecimento da ortoepia para a efetiva apropriação do conteúdo da reforma, o que já é por si só um desafio, para além da memorização das regras de emprego dos acentos. Embora a preocupação não fosse especificamente a acentuação gráfica, acerca da reforma de 1907 da ABL, Medeiros e Albuquerque também recomendava a ortoepia como chave para lidar com o fenômeno da variação (cf. FIGUEIREDO 1908:66).

Parece que, embora a ortoepia estivesse, como observamos em nota acima, no horizonte dos reformistas brasileiros desde o início das propostas, para o estabelecimento de uma espécie de *koiné* que permitiria a simplificação ortográfica tomando por base uma norma brasileira, a acentuação gráfica, ao menos nas etapas iniciais de implantação da reforma da ABL, não estaria contemplada. Isso não significaria que – assumindo a hipótese de Pagotto (2007) – os acadêmicos brasileiros não estivessem preocupados com a preservação do sistema fonológico acentual do português que falavam naquele momento de inclusão das massas iletradas no mundo da escrita. É possível que tenham feito o cálculo de que a implantação de tamanho conjunto de regras pudesse se constituir como mais um complicador para a adesão à reforma da ABL que afastaria ainda mais a arisca opinião pública sobre o tema. Vale ressaltar que a reforma em Portugal era oficial, respaldada pelo Estado português num contexto reformista de instalação da República, já a brasileira era uma iniciativa da ABL, que, embora até encontrasse alguns simpatizantes no Poder Público, enfrentava resistência inclusive de órgãos como os Conselhos de Instrução, como vimos anteriormente. Foge ao escopo deste trabalho, mas entendemos que, como se fez aqui resumidamente com a análise das reações da opinião pública diante da reforma da ABL, tentando esquadrihar a recepção das mudanças pela sociedade letrada brasileira, a partir do recorte de alguns textos jornalísticos, também seria interessante olhar com cuidado para as repercussões midiáticas do caso português, já que as cores locais nos parecem essencialmente diferentes, ainda que os contornos se assemelhem.

A complicação das regras de acentuação gráfica certamente poderia – além de afrontar os mais conservadores, acostumados a um sistema praticamente sem acentos – desencorajar os acadêmicos e outros homens de letras no Brasil, que se guiassem mais fortemente pelo ideal da simplificação, considerando a necessidade do convencimento da esfera pública. Após a unificação das reformas em 1915, esse viria a ser mais um ponto desguarnecido a ser atacado pelos detratores que venceram em 1919.

#### 8.4. Entre mortos e vivos

Acima, deparamo-nos com uma declaração inconformada de Filinto de Almeida – que, a propósito, era português de nascimento, mas radicou-se no Brasil, para onde veio



ainda criança, depois do falecimento do pai em Lisboa. O imortal colocava em suspeição a proposta que pedia a anulação da reforma de 1907 e de seus desdobramentos. Almeida menciona “mortos e vivos” porque, entre 1917 e 1919 – as duas datas que constavam do documento –, morreram dois dos proponentes: Emílio de Menezes e Olavo Bilac, ambos falecidos em 1918. Isso não impediu que suas assinaturas estivessem ali corroborando a investida contra a reforma luso-brasileira. No entanto, não são as assinaturas dos mortos que nos surpreendem. Ali, entre vivos e mortos, está o nome de João Ribeiro. Por que o nosso gramático teria se voltado contra a reforma que ele tanto promovera no passado?

Uma resposta veio dez anos depois daquela investida capitaneada por Duque-Estrada, que resultou na abolição da reforma ortográfica e o retorno à ortografia usual em 1919. Quando dos esforços de novamente promover uma reforma ortográfica da ABL, Ribeiro escreveu:

Como quer que seja a iniciativa da nossa Academia despertou a atenção dos estudiosos cá e lá, suscitou diverjências e oposições, mas em regra foi acolhida com alguma benevolência.

A reforma portuguesa veio perturbar essa lenta expansão, tornando a simplificação uma espécie de “questão nacionalista” em sentido estrito.

Não quizemos aceitar a simplificação portuguesa por termos já uma lei, “legem habemus”. Desse contraste resultou a reação contra as tendências simplificadoras, voltando-se reacionariamente ao regimen etimológico, ou antes, ao chamado sistema “uzual” e “misto” como denominam os gramáticos, na realidade anárquico e contraditório (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:489).

Lemos, portanto, da pena de um dos maiores incentivadores da simplificação, João Ribeiro, que escreveu três livros na ortografia acadêmica, “Frazes feitas”, “Fabordão” e “Autores contemporâneos”<sup>79</sup>, essa declaração que corrobora fortemente uma das hipóteses que elaboramos brevemente acima e que merece aqui uma reformulação talvez mais explícita. Ou seja, para alguns acadêmicos, não bastaria qualquer simplificação – lembremo-nos de que as propostas da ABL e da ACL eram essencialmente muito parecidas, tanto que ambas se fundamentavam no trabalho de Gonçalves Viana, tanto que, com poucos ajustes, se fundiram os textos em 1915. Novamente vemos os *nacionalismos* se reorganizando e seus atores transitando dentro do universo ideológico que se constituiu e se adensou naquele momento: o *nacionalismo conservador* ganhava reforço do *nacionalismo de ruptura*. O que unia essas duas vertentes, *a priori* bastante distintas e aparentemente inconciliáveis – por uma ser conservadora e a outra, progressista –, era um anticolonialismo que rejeitava a ortografia portuguesa e tensionava as relações

<sup>79</sup> Cf. A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:488.

interacadêmicas no sentido da cisão. *Nacionalistas conservadores* se juntavam aos *nacionalistas de ruptura* contra o que entendiam ser um *nacionalismo colonialista* português. Se, àquela altura, a Medeiros e Albuquerque, como observamos acima, já era suficiente uma reforma – mesmo que fosse a portuguesa, sem a participação dos brasileiros em sua elaboração – que simplificasse a ortografia brasileira, outros propugnavam a reforma de 1907, mas preferiam até manter a ortografia antiga, usual ou mista, a aceitarem a reformada pela Comissão lisboense de 1911.

## 9. Nada do que foi será

O Brasil, durante as décadas de debate ortográfico que acompanhamos até agora, ganhou novos contornos. A República, que nos primeiros anos ainda literalmente lutava para se sustentar, resistindo às revoltas monarquistas aqui e acolá, já estava consolidada e, mesmo havendo crises de tempos em tempos, ninguém pensava mais em voltar aos tempos do Império ou prestar homenagens a uma família real. O presidente Epitácio Pessoa demonstrou essa solidez republicana ao receber transladados os corpos de dom Pedro II e dona Teresa Cristina. A princesa Isabel – embora estivesse impossibilitada de viajar por sua condição de saúde – e seu marido, o conde d’Eu, receberam permissão de voltar ao Brasil. O conde, já viúvo, e seu filho Pedro de fato regressaram ao Brasil em 1921 (DORIA 2016:14). O passado ficara para trás, ou teria o presente feito as pazes com ele para que assim convivessem harmonicamente.

O país se urbanizava e se modernizava. Aquela década parecia aberta a novidades. Havia mais gente pensando, lendo e escrevendo nas cidades brasileiras. Assis Cintra, por exemplo, estava em plena produção. Veja-se que seu livro, *O nome do Brasil: com S ou Z*, que resenhamos no início desta dissertação (cf. 2.1) foi publicado em 1920. Na ABL, as discussões sobre a confecção de um dicionário traziam a questão ortográfica novamente à pauta da instituição.

### 9.1. *fugere in urbes*

A população brasileira estava mudando. Muitos imigrantes, atraídos pela oferta de terras férteis, chegavam desde a segunda metade do século anterior principalmente ao Sul e Sudeste e passavam a competir pelo trabalho na lavoura com os brasileiros nativos. As primeiras décadas do século XX são marcadas pelo desenvolvimento econômico e industrial do Brasil muito em consequência de um processo de substituição de importações, em especial, durante e depois da Primeira Guerra (1914-18), aliado à desvalorização das “commodities” brasileiras, o que acentuou a migração interna. As cidades vão crescendo e se adensando, como expõe Schwarcz (2015):

A população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades com 50 mil ou mais habitantes subiu a 3,7%, e a das cidades com mais de 100 mil, a 3,1%. Por outro lado, se no primeiro decênio da República a população rural decresceu 2,2%, na área urbana ela aumentou 6,8%. A urbanização era uma realidade que vinha para ficar, e alterava rapidamente a feição do país. Apesar disso, a realidade nacional continuava eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas

em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%), à indústria, e 1,5 milhão (16,5%), aos serviços de uma maneira geral (SCHWARCZ 2015:326).

Dessa maneira, embora ainda fosse um país consideravelmente rural, o Brasil assistiu às suas cidades crescerem de maneira acelerada. As crises de “commodities”, como a borracha e o café, empurravam para o meio urbano levadas e levadas de trabalhadores rurais. Muitos estrangeiros, vindos das regiões agrícolas em que foram primeiramente alocados, tinham habilidades que poderiam ser amplamente utilizadas no setor de serviços. Em 1920, já formavam 18,1% da população da cidade de São Paulo (DORIA 2016:134). Eram pedreiros, marceneiros, sapateiros, pequenos comerciantes que vinham tentar a vida nas cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e na recém *inaugurada* Belo Horizonte, a primeira cidade planejada do Brasil. Somavam-se esses aos profissionais liberais, artesãos, professores, militares e gente de outras ocupações, que formavam a classe média urbana brasileira. Os que se empregavam na indústria como operários seriam responsáveis pelas primeiras greves organizadas no país. Italianos, espanhóis e portugueses traziam na bagagem ideias anarquistas, que eram propagadas com fervor missionário. “A base social dessa classe operária”, relata Schwarcz (2015:335), “vinha das migrações inter-regionais e, a partir dos anos 1860, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, era originária também da mão de obra imigrante, sobretudo italiana”, que, em 1912, chegou a somar 60% dos operários têxteis de São Paulo<sup>80</sup>. Além dos empregados pelo setor privado, o funcionalismo público foi aumentando conforme o Estado brasileiro ampliou seu sistema administrativo.

Outro grupo urbano que vai tomando corpo ao longo das primeiras décadas do século XX é o dos militares. Depois do episódio da Revolta da Vacina, em que a Escola Militar da Praia Vermelha se rebelou, foi bombardeada e fechada em 1904, como relatamos em 7.1, uma nova Escola Militar foi fundada no Realengo em 1913. Esse estabelecimento teria importante papel na formação de quadros para o Exército, mas também de figuras absolutamente notáveis na história do país. Oferecia-se ali para a classe média urbana uma formação que até então não existia. Se as elites intelectual, política e econômica estudavam Direito, sobretudo em São Paulo, essa não era uma opção para quem não dispunha de dinheiro para custear os estudos de um filho fora de casa. Vizeu (2019:80) observa que

---

<sup>80</sup> DORIA (2016), para a mesma data, aponta um impressionante total de 80% de estrangeiros num universo de nove mil funcionários das fábricas têxteis de São Paulo.

Realengo era também um caminho para a ascensão social de setores mais modestos da classe média, enquanto outra forma de subir na vida, como cursar direito, costumava ser privilégio dos mais ricos. Politizada e escolarizada, essa juventude militar se tornava crescentemente insatisfeita com a falta de voz que tinha na Primeira República, na qual tudo era decidido por casacas e oligarcas rurais.

Essa juventude militar seria responsável por um movimento que abalaria profundamente as estruturas da República, o *Tenentismo*. Schwarcz (2015:347) contabiliza que “em 1920, os oficiais de baixa patente formavam boa parte do corpo de oficiais – 65,1% eram segundos-tenentes ou primeiros-tenentes e 21,3% eram capitães. Tinham um pé no exército, outro na sociedade”. Como se sabe, o Brasil era um país bastante desigual, governado pelas mesmas oligarquias rurais do Império, que, por hábeis acomodações de interesses orquestradas pela primeira vez pelo presidente Campos Salles, ainda no século XIX, conseguiram replicar nos estados as estruturas de poder da Federação. Isto é, a República brasileira não era propriamente democrática, mas um arranjo em que as eleições eram fraudadas e os votos manipulados para a perpetuação no poder dos mesmos grupos políticos atendendo aos seus próprios interesses. A classe média crescente torna-se cada vez mais insatisfeita com a falta de representatividade do sistema político vigente. As seguidas crises econômicas vão aumentando a temperatura. Quando Epitácio Pessoa quis fazer seu sucessor na presidência, Artur Bernardes, em 1922, os primeiros levantes começaram a acontecer. Os tenentes

acreditavam que o Brasil precisava de um governo central forte capaz de intervir na economia para desenvolver os recursos naturais, promover a industrialização e proteger o país da exploração estrangeira. Também enxergavam no regionalismo e na corrupção a origem e os motivos do que havia de errado no Brasil. Eram liberais em temas sociais e autoritários me política. E agiam na cena pública como militares: estavam dispostos a proteger o país e a destruir o poder das oligarquias regionais, reduzir o quadro das profundas desigualdades sociais, acabar com o analfabetismo (SCHWARCZ 2015:347).

As revoltas tenentistas vão se tornando mais numerosas e violentas ao longo da década de 1920. A Revolução Paulista de 1924, por exemplo, já no governo Artur Bernardes, foi fortemente reprimida. Doria (2016) faz um rico e impressionante relato daqueles dias trágicos na história da cidade. A reação do governo federal foi atroz. Os legalistas, militares fiéis ao governo federal, bombardearam, por ordem do presidente, bairros operários e de classe média da cidade de São Paulo. Fábricas têxteis, como o Cotonifício Crespi ardiavam em chamas, armazéns, como os dos Matarazzo, foram postos abaixo por tiros de canhões que “chegaram a disparar mais de 130 granadas por hora” (DORIA

2016:165). Havia tanques de guerra nas ruas e corpos de inocentes empilhados nas calçadas. Os revoltosos não tinham a mínima chance de resistir a tamanha disparidade de força. Os legalistas tomaram o que sobrou da cidade, obrigando os revoltosos sobreviventes a fugirem para se juntar à famosa Coluna Prestes que se organizava no Sul do país.

Os eventos e processos históricos aqui brevemente narrados, como os demais anteriormente elencados nesta dissertação, têm como finalidade dar ao menos leves tons do contexto do debate ortográfico. A década de 1920 assiste à ruptura do tecido social brasileiro, com batalhas que compõem um cenário de guerra civil<sup>81</sup> pelas maiores cidades do país. As sucessivas crises ganhavam contornos de tragédia e a sociedade brasileira estava claramente fragmentada. Muitos desses impasses só se resolveriam com a queda da Primeira República, seis anos mais tarde, em 1930. Quando se trata, portanto, no âmbito da ABL, das ideias ortográficas brasileiras, que se desenvolvem a partir dos *nacionalismos* que procuramos descrever acima, não se disputa o emprego desta ou daquela consoante, mas uma concepção de país, a ser defendida na ortografia, no seu ensino e no seu papel no cotidiano das pessoas letradas, mais e mais numerosas. Pagotto (2007) enxerga na adoção de uma ortografia oficial o “maior sintoma” de uma mudança com relação ao uso da língua por seus falantes acontecida no século XIX. Se, anteriormente, uma pequena elite letrada exclusivamente – e excludentemente – administrava as questões da língua escrita e à maioria dos falantes esse “jogo” simplesmente não se dava, não dizia respeito, porque não faziam parte dele, a ampliação (universalização?) do ensino e, em sua consequência, da alfabetização em massa transporta esses sujeitos outrora livres ao jugo ortográfico, que na tradição luso-brasileira se dá por via legal. Acrescentamos que esse panorama se torna terrivelmente mais drástico conforme avançamos pelo século XX: com mais e mais participantes, acumulados nos centros urbanos, a pouca clareza das regras e a hesitação dos doutos parecem frustrantes.

## 9.2. Dicionário Brasileiro

Quando propôs a reforma em 1907, Medeiros e Albuquerque, além de suas regras de simplificação, partia da ortografia empregada por Cândido Figueiredo em seu dicionário, como já comentamos acima. Figueiredo, que se mostrava ambíguo com

---

<sup>81</sup> “A guerra civil brasileira”: esse é o subtítulo do livro de Doria (2016), referido acima.

relação à reforma brasileira (cf. 8.1), desabonava certas hipóteses ortográficas empregadas por ele mesmo naquela obra, por desconhecer, quando de sua redação, a moderna ciência filológica. Com o tempo, o tema de um dicionário próprio da ABL vai aparecendo e amadurecendo, dadas as especificidades da língua portuguesa falada e escrita no Brasil. A literatura nacional – e nacionalista – oferecia um enorme desafio aos lexicógrafos. A fauna e a flora, além de termos de origem tupi e de regionalismos, sobretudo no caso de autores como José de Alencar – que explora a língua do Sul n’*O Gaúcho*, do Nordeste n’*O Tronco do Ipê* e do interior de São Paulo n’*O Til* –, levaram os membros da ABL à elaboração de numerosas listas de palavras, publicadas abundantemente nas páginas da RABL. Os imortais brasileiros começam por redigir apontamentos para um vocabulário, depois um dicionário de brasileirismos e, por último, um dicionário brasileiro, em 1920, por projeto do incansável Medeiros e Albuquerque. Em linhas gerais, a proposta era que um lexicógrafo fosse contratado para organizar, a partir dos dicionários de língua portuguesa disponíveis à época, as bases sobre as quais trabalhariam os imortais, fazendo suas notas e acréscimos a cada verbete<sup>82</sup>.

Kemmler (2009:61) relata que, em 1923, Júlio Dantas<sup>83</sup>, o presidente da ACL à época “viajou ao Brasil em missão oficial a fim de propor um acordo ortográfico interacadêmico”. Descobrimos pela leitura dos documentos da ABL, no entanto, que a aproximação que os portugueses pretendiam ia bastante além de um acordo ortográfico. Dantas fez convite à ABL para que contribuísse com o “Diccionario da Lingua Portuguesa”, que a instituição lusitana preparava: já estavam concluídos os verbetes da letra A. Afrânio Peixoto, então presidente da ABL, nomeou uma comissão, composta por Carlos de Laet, Coelho Netto e Silva Ramos, que avaliasse a exequibilidade do trabalho conjunto. Os brasileiros concluíram que seria inviável enviar acadêmicos d’aquém-mar para além-mar e vice-versa. Seria melhor que os portugueses fizessem o trabalho, já que a primazia da iniciativa lhes pertencia, e os brasileiros anotassem os brasileirismos e comentários, conforme fosse. Chama atenção o comentário sobre a ortografia feito pela comissão dos eminentes brasileiros:

Quanto á orthographia opinamos que, em cada vocábulo differentemente escripto em Portugal e no Brasil, se registe a dupla graphia, o que, além de afastar porfiosas contendas, teria a vantagem de ministrar prestimoso informe

---

<sup>82</sup> O projeto está transcrito integralmente em A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:110-11.

<sup>83</sup> Dantas era o ministro da Instrução Pública a quem Figueiredo submetera o texto final da reforma de 1911, com os acréscimos elaborados pela Comissão nos anos subsequentes. Adiante veremos mais detalhes dessa oficialização.

sobre a evolução da orthographia, que também tem a sua historia (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:112).

Se houve descortesia por parte dos portugueses quando José Veríssimo, doze anos antes, propôs que os brasileiros participassem da elaboração da reforma de 1911 e se ofereceu ele mesmo a ir a Lisboa, como relatamos na seção 8.2, pode-se se dizer que, como no ditado d'além mar, “Quem galinha de el-rei come magra, gorda a paga”.

Nesse mesmo ano, 1923, João Ribeiro, em resposta ao pedido de oficialização da grafia <Brasil> feito por Coelho Netto, apresentou seu parecer definitivo, como apontamos na seção 2.2. Sabemos que, no entanto, “definitivo” não é o termo mais adequado para tratar dos debates ortográficos que aconteciam no seio da ABL. Embora João Ribeiro estivesse bastante convencido de que a grafia <Brasil> fosse a mais adequada – dentro de seu sistema argumentativo, é claro – e essa tenha sido a forma oficializada nas publicações da ABL posteriores ao seu parecer, sabemos que muitos de seus colegas, incluindo Medeiros e Albuquerque, discordavam veementemente do nosso “primeiro galicismo” e continuavam a escrever <Brazil>. Essa última forma era a única coerente com a reforma ortográfica de 1907, diga-se de passagem.

### 9.3. Defeza da Reforma Portuguesa

Como se leu no capítulo 8, em 1919 a ABL voltou à estaca zero. Depois de mais de vinte anos de debates mais ou menos acirrados acerca da simplificação ortográfica dentro da ABL, um *nacionalismo conservador* se impôs e a reforma brasileira estancou. Talvez, no entanto, dizer que se tenha voltado à estaca zero contribua mais para o efeito retórico do que para a justeza da descrição dos fatos. Se houve condições para que um esforço inicial no sentido de uma Reforma se concretizasse, mesmo que a iniciativa prematuramente tenha sido repelida, já se mostrava que, alinhados os atores dispostos à execução de seus papéis, uma futura Reforma não estava de todo descartada, por mais que pesasse o aparente fracasso primeiro.

Se no Brasil até os mortos assinavam representações e tomavam partido na querela ortográfica, como estranhava Filinto de Almeida, é porque as gerações iam se consumindo sem que se chegasse a uma resolução. O mesmo acontecia em Portugal. A Comissão Ortográfica via os seus vivos reduzirem-se ao longo da segunda década do século. Kemmler (2009:61) conta que entre 1911 e 1920 morreram Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Gonçalves Guimarães, Júlio Moreira e Gonçalves Viana. Ainda havia



detalhes pendentes de decisão da reforma de 1911, o que levou Cândido de Figueiredo a reunir os sobreviventes em mais um esforço acadêmico que culminaria na consolidação da reforma lusitana oficializada em portaria de 29 de novembro de 1920. Além de intelectuais portugueses, Figueiredo recorreu ainda aos brasileiros Mário Barreto e Silva Ramos. Este último tornou-se grande defensor da implantação da reforma portuguesa no Brasil.

Silva Ramos, em seu texto *Defeza da Reforma Portuguesa*, lido por Medeiros e Albuquerque na sessão de 3 de outubro de 1929 na ABL, fazia defesa da sistematização ortográfica a partir da adoção da solução portuguesa que fora oficializada em 1920 naquele país. Ramos argumenta que a acusação de que a ACL não teria consultado sua congênera brasileira para a confecção do texto não era verdadeira, pois em 1916, meses após a ABL ter votado pela unificação, os portugueses aceitaram a redação brasileira, sem questionamento. Esse já seria um desagravo suficientemente grande, frente a eventuais ofensas – embora ele não percebesse nenhuma. Ramos ressalta um impacto imediatamente mais escolar da reforma, que se desdobraria, diga-se, mais organicamente, em próximas gerações de alunos. A expansão das formas ortográficas, em outras palavras, se daria a partir da escola à medida que novos pupilos passassem por ela ao longo dos anos:

Haverá alguém tão ingenuo que acredite que, por se estabelecer uma norma de escrita, seja ela qual fôr, corram, desde logo, engenheiros, clínicos, jurisconsultos a modificar a que aprenderam na escola e que, boa ou má, lhes permitiu chegarem nos altos postos da carreira?

Quando se pensa em estabelecer um plano ortográfico, o que se tem em vista é disseminar os seus ditames por mestres e discípulos, a partir da escola primária e a continuar pelas escolas normais e pelos institutos de instrução secundária (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:468).

Silva Ramos assevera que havia dezoito anos (desde 1911) professores da Escola Normal e do Colégio Pedro II ensinavam a ortografia portuguesa a seus alunos. Pensamos que essa postura dos docentes cariocas é parecida com aquela relatada no capítulo anterior, que teria motivado uma representação da ABL ao presidente de São Paulo, Rodrigues Alves. Os professores paulistas já em 1912 pretendiam adotar a ortografia de Gonçalves Viana. Ramos esclarece que, em 1919, ano em que a ABL rejeitava a simplificação, Raul Leitão da Cunha, então diretor da Instrução Municipal, reuniu uma comissão de professores para que estudassem a viabilidade de implantação da ortografia reformada portuguesa. Compare-se com recepção que teve a reforma de Medeiros e Albuquerque, em 1907, segundo o chargista d'O Malho, e sua relação com a Instrução

Pública, cujo diretor à época era Leôncio Correia (cf. 6.3). Ramos, em seu discurso, cita a conclusão da junta de professores:

Julgamos um bom serviço á causa do ensino e aos interesses dos dois povos que falam a língua portuguesa regularizar-se e simplificar-se nas escolas públicas primárias a grafia, de acordo com os principios firmados e aceitos já oficialmente em Portugal. Em virtude desse parecer determinou a Directoria que aquele sistema simplificado fôsse aceito na Instrução Pública (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:469).

Houve certamente uma mudança de percepção sobre a reforma ortográfica nesses mais de vinte anos e a ABL parecia não estar em compasso com ela. A solução portuguesa lograra um êxito que a reforma da ABL jamais pudera: encontrar respaldo na crescente sociedade letrada. Seja pelo apelo do discurso científico – como já aventamos –, seja pela procedência portuguesa, que gozaria de autoridade “inquestionável” sobre o tema, professores, políticos e alguns acadêmicos já estavam convencidos de que a reforma ortográfica deveria ser a portuguesa. Parece que um dos últimos bastiões do *nacionalismo conservador* era justamente a ABL.

Outro argumento de Silva Ramos que nos permite saber bastante do estado de coisas daquele momento é sobre a suposta indisposição dos livreiros e editores para com a reforma lusitana. Essa afirmação, segundo ele, pode ser desmentida pelas vendas de volumes escritos na ortografia de 1911, tanto de autores portugueses quanto brasileiros. A seguir, na leitura que fizemos de Ramos, encontramos traços de um *nacionalismo colonialista*, expresso em tons aristocráticos:

Não menos insubsistente é a alegação de que a ortografia portuguesa é rejeitada pelo povo. O povo repugna a ortografia portuguesa, como repugnará qualquer outra que lhe pretendam impôr. O povo é rebelde por instinto, recusa-se a obedecer a qualquer ordem emanada de autoridade, pelo menos, no primeiro momento.

É natural, neste caso particular: o industrial, o comerciante, o homem de negócios acostumou-se com aquela escrita que aprendeu em criança, se é que alguma lhe ensinaram e com ela se contenta por toda a vida (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:469-70).

Note-se que a linha argumentativa segue mais ou menos a mesma que já lemos acima. Se engenheiros, advogados e médicos não renunciariam à ortografia que conheceram na infância, tampouco o fariam industriais e comerciantes. Portanto, o percurso para a implantação da solução ortográfica deveria partir dos homens de letras, os acadêmicos, passando pelo professorado e dele para seus discípulos, os quais se ocupariam, com o tempo, das profissões da tímida, mas crescente, classe média urbana naquele início de século.

Nosso Medeiros e Albuquerque, comprometido publicamente havia trinta anos ou mais com o ideal da simplificação, em sua *justificação de voto*, faz interessante reflexão sobre os defensores de uma ortografia etimológica:

Ha outra razão para que certos doutos recuem diante de qualquer simplificação. Custou-lhes tanto aprender a ortografia como ela é!... Precizaram estudar linguas diversas: estudar o latim, estudar o grego. E, de repente, mudado isso, qualquer pessoa passaria a escrever tão bem como eles! É quazi um insulto, um rebaixamento! O que defendem os que pensam assim é o seu privilegio, o seu orgulho, a sua superioridade (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:474).

Essa seria mais uma faceta do *nacionalismo conservador* que vimos delineando nesta dissertação. Ao longo dos anos, o apego a alguns traços da ortografia usual, como os agás mediais, por exemplo, vai se mostrando profundamente ligado à assunção de certo conjunto de valores. Ademais, segundo Albuquerque, esse seria um egoísmo, já que o domínio desse capital simbólico etimológico de “quatro dúzias de eruditos” geraria o incômodo de “quatro milhões de homens” e o apego a esse conhecimento ortográfico de sua geração prejudicaria todas as demais vindouras. A argumentação de Medeiros e Albuquerque é absolutamente coerente com o que escreveu sobre a simplificação ortográfica nos últimos trinta anos.

A título de curiosidade, Medeiros e Albuquerque demonstra estar muito bem informado dos fatos e acontecimentos linguísticos de seu tempo. Ele relata a implantação de uma variante do alfabeto latino na Turquia, em substituição ao árabe, acontecida em 1928. Como se sabe, no bojo das reformas modernizantes conduzidas pelo fundador e primeiro presidente da república turca Mustafa Kemal Atatürk, um profundo admirador do Iluminismo, estava o esforço de melhorar os índices de alfabetização daquele país, ao mesmo tempo em que se ensaiava a ocidentalização cultural turca e uma aproximação com a Europa. Para tal, além de profundas mudanças estruturais, no Ensino e no Estado, como, por exemplo, a laicização das instituições e inclusão feminina, auxiliado pelo célebre filósofo John Dewey, o governo realizou a ousada substituição de um alfabeto por outro e a alfabetização em massa, feito jamais visto nessas proporções. Albuquerque usa esse episódio para ilustrar o caráter convencional de uma ortografia e sugerir que o caso brasileiro exigia muito menos energia.

Se se percebe a fala de Silva Ramos atravessada por um discurso aristocrático, como salientamos acima, também nessa descrição oferecida por Albuquerque dos defensores de uma ortografia etimologizante vemos os mesmos sentimentos, trajados de outra maneira: para eles, o domínio do código ortográfico é distintivo, ligado a um

imaginário nobilitante. Estamos, portanto, diante de uma elite letrada que, ao ver a escrita cada vez mais difundida na sociedade, principalmente entre as camadas mais populares, elege o conhecimento ortográfico como signo de sua posição. O *nacionalismo colonialista* e o *conservador* apresentam-se, naquele momento, como faces da mesma moeda atirada a esmo por uma aristocracia intelectual brasileira.

A *justificação* de Medeiros e Albuquerque foi estampada na terceira página do *Jornal do Commercio* de 6 de outubro de 1929<sup>84</sup>. Antes dela, no entanto, havia os parágrafos que transcrevemos a seguir:

A Academia sentiu que era necessario tomar uma resolução qualquer sobre a questão orthographica. Sem isso, como continuaria a obra do seu dictionario? Desde a sua primeira tentativa até hoje, a idéa amadureceu. E, se não todos, pelo menos um grande numero dos seus membros reconhece que só ha um caminho a seguir: o da simplificação.

O exemplo de Portugal, que aliás confessadamente se inspirou no do Brasil, está a provar o bom caminho. O que houve de máu na reforma portugueza foi o seu ilogismo em numerosas cousas, o seu profundo desprezo pelo Brasil.

É interessante vêr, por exemplo, o caso do sabedor maximo de nossa lingua, João Ribeiro.

Elle votou a primitiva resposta e adoptou-a por algum tempo. Depois, diante de alarido que se fazia, recuou. Mas o tempo passou e o seu demorado estudo o levou a voltar á reforma academica de 1907.

No direito administrativo se fala corrente no direito de appelar para a administração “melhor informada”. João Ribeiro, “melhor informado”, já declarou francamente que pouco se importa o chamem incoherente. A sua hesitação foi a de quem quiz estudar a fundo a questão.

Antes de comentar propriamente o conteúdo desses parágrafos de Medeiros e Albuquerque, observemos a grafia <Brasil>, duas vezes – embora o /z/ intervocálico seja representado por <z> em <portugueza>, <desprezo>, <fazia>, mas por <s> em <resolução>, <numerosas cousas>, <hesitação>, por exemplo. Veja-se que o mesmo trecho foi transcrito em *A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA* tomo II (2012:479) coerentemente com o <z> em todas as situações apontadas acima, incluindo a grafia <coiza>. Essa interessante oscilação talvez se devesse à vacilação dos responsáveis pela publicação do *Jornal do Commercio* em fixar o texto de Medeiros e Albuquerque. Feito esse breve comentário, vamos ao nosso João Ribeiro.

Albuquerque descreve o imortal gramático e historiador como alguém que não se importava de ser tachado de incoherente. Aliás, o que alguns pudessem ler na conduta de João Ribeiro como inconstância ou inconsistência, para o primeiro reformista da ABL era sinal de estudo aprofundado sobre o tema. A mudança de opinião sobre a escrita do nome

<sup>84</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_11&PagFis=38019](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&PagFis=38019), acesso em 27 fev. 2020.

do país bem evidencia que Ribeiro não tinha pejo de voltar atrás após pensar melhor sobre um tema. Assim se deu que, em outubro de 1929, a Comissão de Gramática composta por Ramiz Galvão, Aloísio de Castro, Humberto de Campos, Gustavo Barroso e João Ribeiro – sendo que os três últimos votaram contra os dois primeiros – decidiu que a ABL deveria voltar à ortografia de Medeiros e Albuquerque. Acontecia, portanto, uma reviravolta impressionante. Depois de idas e vindas, alterações, reformulações, fusão com a reforma portuguesa, passos adiante e atrás, vinte e dois anos depois de sua proposição, a ABL decidira por um retorno ao primeiro empreendimento coletivo de seus imortais, a reforma de 1907. Humberto de Campos, que era deputado federal, levou à Câmara dos Deputados, em 26 de novembro de 1929, o seguinte projeto:

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º - Fica adotada, para todos os efeitos, nas repartições publicas federais, nos estabelecimentos de ensino da União, ou a eles equiparados, e em todas as publicações do governo da Republica, a ortografia da lingua portugueza, falada no Brazil, aprovada pela Academia Brasileira de Letras em sua sessão de 21 de novembro de 1929 (formulario anexo).

Parag. 1.º - Nos cursos de habilitação para os cargos públicos federais, e nas provas de capacidade nos exames do Colegio Pedro II, e estabelecimentos a ele equiparados, será acéita unicamente essa ortografia para a lingua portugueza.

Parag. 2.º - A palavra *Brazil* será grafada com Z, devendo ser assim uniformizada em todos os documentos oficiais em que seja empregada.

Art.2.º - Revogam-se as dispozições em contrario (A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA tomo II 2012:490).

Estávamos a menos de um ano da eclosão da Revolução de 1930, que os historiadores costumam colocar numa única linha sucessória de eventos ocorridos na década de 1920, alguns dos quais já narramos aqui. As tensões e insatisfações de vários setores da sociedade culminaram no golpe de Estado<sup>85</sup> que depôs o presidente Washington Luís e marcou o fim da Primeira República brasileira. Nesse ínterim, tanto o projeto do deputado Humberto de Campos quanto a Comissão do imortal Humberto de Campos fracassam antes de sua oficialização. Isso se deveu a mais uma reviravolta: um novo esforço de aproximação, agora a pedido da ABL, e a concretização, em 30 de abril de 1931, do acordo ortográfico da língua portuguesa, já no governo de Getúlio Vargas. Para além das iniciativas anteriores, havia envolvimento de ambos os Estados, representados diplomaticamente. Kemmler (2009:64) conclui que “o acordo foi, portanto, bem mais do que uma simples aproximação interacadêmica já que na participação dos embaixadores ficava documentado o interesse oficial que os dois países tinham no

---

<sup>85</sup> Ou Revolução, como muito se pode argumentar.

acordo”. O Jornal do Commercio de 1º de maio de 1931<sup>86</sup> noticiava a solenidade de assinatura do documento e transcrevia os discursos do Malheiros Dias, correspondente português da ABL, e nosso Medeiros e Albuquerque. Do primeiro, destacamos o seguinte parágrafo:

O sentimento nacionalista é para um povo a propria e decisiva justificação da sua independencia. Um patriotismo destituido da flamma do nacionalismo é como um corpo sem alma. As duas nações que computzeram em uma hora da Historia o Reino-Unido de Portugal e Brasil quebraram ha mais de um seculo o vinculo politico que as ligava, com plena e perpetua separação de pessoas e bens. Sobrevive, porém, um patrimonio comum, uma região abstracta, alheia á geographia, submetida ao regime do condominio. É a lingua que os nossos maiores transportaram com a religião nas naus quinhentistas, do seu pequeno berço europeu para o immenso e ferraz viveiro americano, e que, pela differenciação da pronuncia, se naturalizou brasileira. Com sua exclusiva função de disciplina da linguagem escripta, uma uniformidade orthographica pôde perfeitamente coexistir na lingua portugueza, como existe nas linguas hespanhola e ingleza, com a diversidade de pronuncia.

O tom conciliador de Malheiros Dias não nos parece uma releitura, anos mais tarde, daquele *nacionalismo colonialista* de Gonçalves Viana e Cândido Figueiredo. Antes, lembra-nos Bernardo Soares, heterônimo de Fernando Pessoa, que no livro do Desassossego escreve “a minha pátria é a língua portuguesa”, numa espécie de manifesto lusófono. Medeiros e Albuquerque, por seu turno, argumenta que a reforma de 1907 não foi mais bem sucedida pela falta de apoio oficial, diferentemente do que aconteceu com a reforma de Viana em Portugal. O imortal aproveita a ocasião para ir à desforra contra antigos críticos mais mordazes no passado: “quando essa iniciativa teve lugar, uma legião de humoristas - ou pelo menos de pessoas que se julgavam de muito espírito - appareceu para accusal-a”. Albuquerque lamenta que o saber ortográfico tenha se tornado supervalorizado, em detrimento muitas vezes da “colocação de ideias” e reforça a convencionalidade da ortografia. Também se solidariza com “os pobres alumnos de instrucção secundaria, reprovados por causa de errinhos, de futriquinhas de orthographia, que não tem importancia alguma”. E ensaia uma explicação: “como, porém, ha uns professores que só o que sabe são precisamente essas borracherinhas, nao admittem que ninguem as menospreze. Elevam-nas ao grau de altissima sciencia”.

O acordo ortográfico de 1931 importa-nos muito como marco histórico, porque, como já observamos no início desta dissertação, é nele que se fixou oficialmente pela primeira vez a forma <Brasil>, apesar da tentativa frustrada de Humberto de Campos de emplacar como oficial <Brazil> em seu projeto apresentado à Câmara dois anos antes.

---

<sup>86</sup>Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_12&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_12&pasta=ano%20193), acesso em 29 fev. 2020.

Entendemos que a adoção de uma grafia ou outra – a forma <Brazil> bem poderia ter sido escolhida como padrão – tem razões sócio-históricas e ideológicas, cujas raízes podem ser desenterradas. Veja-se que <Brasil>, nas longas análises de seus defensores, como Assis Cintra e João Ribeiro, é a forma “legítima” por ser supostamente a mais antiga, a que teria uma justificativa etimológica. Já a forma <Brazil>, defendida por Medeiros e Albuquerque, Affonso Celso e Humberto de Campos, é a da tradição recente, republicana (como se grafava na Constituição de 1891), da coerência do emprego do <z> para representar /z/ intervocálico na reforma de 1907. Dessa maneira, tentamos elaborar um quadro que pudesse contemplar os nacionalismos presentes nos debates acadêmicos. Contrariando uma primeira impressão do senso comum, o *nacionalismo conservador* parece preferir <Brasil>, ao passo que o *nacionalismo de ruptura* se ligaria mais facilmente a <Brazil>.

A partir dessa interpretação, a prevalência da forma <Brasil> poderia ser lida como uma das vitórias do conservadorismo como projeto de país. Ou seja, para além de letras e fonemas, debruçarmo-nos sobre a renomeação do endônimo, vacilante após quatrocentos anos de seu achamento, permite vislumbrar o embate entre grupos que defendiam identidades diferentes para a jovem república. Com o triunfo do que temos chamado de *nacionalismo conservador* o imaginário de um <Brasil> mítico e profundo, resistente a novidades e inovações, se enraizou.

O acordo ortográfico de 1931 seria revogado pela Constituição de 1934, o que marcaria um novo retorno à ortografia usual. O endônimo, entretanto, permaneceu inalterado desde então.

#### 9.4 Das negativas

Sabe-se que, desde a segunda metade do século XIX, o processo de gramatização brasileira foi posto em curso. Esse seria o marco temporal para que o Brasil tivesse "seus próprios instrumentos lingüísticos de gramatização, diferentes dos de Portugal". Isso não significa, no entanto, necessariamente "que a gramática no Brasil seja uma outra gramática", mas que esse movimento é um descolamento brasileiro de uma gramática portuguesa de tradição filosófica (GUIMARÃES e ORLANDI 2001:24). A geração de

gramáticos brasileiros de que João Ribeiro faz parte<sup>87</sup> está no centro desse distanciamento, o qual está intimamente ligado às instituições escolares, como observam Guimarães e Orlandi (2001:25-6), como o Colégio Pedro II, onde nosso imortal foi catedrático. Num exercício de imaginação histórica, podemos conjecturar que, se a reforma ortográfica trilhasse o mesmo caminho já desbravado com muito sucesso pelas gramáticas escolares<sup>88</sup> de então, ideia bastante próxima do que propunha Silva Ramos, em sua *Defeza da Reforma Portuguesa*, cotejada na seção anterior, os resultados poderiam ter sido muito mais frutíferos. A escola poderia ocupar o lugar de centro irradiador das novas formas ortográficas, como já o era para as *novas* gramáticas e a ortografia usual.

O debate polemista que, de tempos em tempos, tomava conta da promissora esfera pública pouco fez em favor da causa dos reformadores, aliás, ao contrário, cada parágrafo de alfinetadas mordazes e tapas com luva de pelica publicado nos jornais deixava a opinião pública mais farta daquela discussão ortográfica. Vale dizer novamente que essa opinião pública era formada por uma pequena – mas crescente – camada letrada da sociedade, composta sobretudo de profissionais liberais – advogados, clínicos e engenheiros, o *povo* mencionado por Silva Ramos naquele texto lido por Medeiros e Albuquerque. A esses homens, o debate quase ininteligível dos imortais e seus conflitantes *nacionalismos* aristocráticos possivelmente não lhes servissem mais do que para fazer chacota. Há que se lembrar que o país das primeiras décadas do século XX, como observamos anteriormente, se renovava para ser uma sociedade com cada vez mais brasileiros participando do mundo letrado. Talvez para esse *povo* as longas querelas ortográficas acadêmicas não passassem de fantasmas daquela Primeira República Brasileira, escrita com <z>, cujas raízes remontavam ao Império e que ruíra em 1930.

Ao fim e ao cabo, encerramos esta dissertação, como o narrador de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* o fez, com um capítulo de negativas. Aquela reforma ortográfica não aconteceu como nossos ilustríssimos integrantes da casa de Machado de Assis planejaram e aqueles imortais não veriam um acordo ortográfico apaziguador de muitas daquelas tensões, que, sofrido, viria a se celebrar apenas no fim do século XX<sup>89</sup>. Quando,

---

<sup>87</sup> João Ribeiro, em sua campanha pela renovação gramatical no Brasil naqueles fins do século XIX, estava acompanhado de nomes como Fausto Barreto, Hemetério dos Santos, Pacheco Silva, Lameira Andrade, Pacheco Silva, Said Ali e Alfredo Gomes, sendo este último também um autor mais dedicado ao ensino básico. (Cf. GUIMARÃES e ORLANDI 2001).

<sup>88</sup> Veja-se o prestígio que as gramáticas de João Ribeiro tinham à época (cf. seção 2.2).

<sup>89</sup> Para um panorama bastante rico sobre o tema, recomenda-se novamente a dissertação de mestrado de Borges (2020).



no entanto, o narrador do romance<sup>90</sup> faz seu balanço, percebe que há pelo menos um “pequeno saldo”, o de não ter transmitido “a nenhuma criatura o legado de nossa miséria”. Se, naquela década e nas seguintes, as querelas ortográficas acadêmicas ganhavam a feição de fantasmas – com o perdão da metáfora que escolhemos –, não tiveram a sorte de um Brás Cubas.

---

<sup>90</sup> Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000167.pdf>, acesso em 13 out. 2021.

## REFERÊNCIAS

- A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA: tomo I – 1910-1920. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012.
- A LÍNGUA PORTUGUESA NA REVISTA DA ACADEMIA: tomo II – 1921-1930. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012.
- ABREU, A. Alves de. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: atos internacionais e normas correlatas. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.
- ALBUQUERQUE, Medeiros e. Quando eu era vivo... Rio de Janeiro: Record, 1981.
- BAGNO, M. Gramática pedagógica do português brasileiro, São Paulo: Parábola, 2011.
- BASES PARA UNIFICAÇÃO DA ORTOGRAFIA QUE DEVE SER ADOPTADA NAS ESCOLAS E PUBLICAÇÕES OFICIAIS – Relatório da Comissão nomeada por Portaria de 15 de fevereiro de 1911. Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- BASILE, M. Imprensa republicana no Brasil (século XIX) in SCHWARCZ, L. M. e STARLING, H. M. (orgs.). Dicionário da República: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BOMENY, Helena. Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- BORGES, Patrícia Andréa. Ortografia e norma: os efeitos das reformas ortográficas em alguns topônimos brasileiros . 2020. 1 recurso online ( 232 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.
- BURKE, Peter. O que é História Cultural? 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CAGLIARI, L. Carlos. Algumas reflexões sobre o início da ortografia da língua portuguesa. Cadernos de Estudos Lingüísticos, v. 27, p. 103-111, 9 ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. Aspectos teóricos da ortografia. In SILVA, Maurício (Org.). Ortografia da Língua Portuguesa. História, Discurso, Representações. São Paulo: Contexto, 2009.
- CÂMARA Jr., J.M. As idéias gramaticais de João Ribeiro. Revista Letras, [S.l.], v. 12, dez. 1961. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19880>>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- CARVALHO, J. Augusto. Gramática superior da língua portuguesa. Brasília: Thesaurus, 2ª ed. rev., 2014.
- CARVALHO, J. Murilo de. A formação das almas - O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CELSO, A. A Graphia do Nome da Patria in Revista da Academia Brasileira de Letras, ano XV, dezembro de 1924, nº 36, Volume XVI.
- CINTRA, Assis. No limiar da História. São Paulo: Francisco Alves, 1923.
- \_\_\_\_\_. O Nome Brasil: com S ou com Z? São Paulo: Revista do Brasil, 1920.
- CONTRERAS, L. Ortografía y grafémica. Madrid: Visor Libros, 1994.
- DEL PRIORE, M. História da gente brasileira. Volume 3: República – Memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- DORIA, P. Tenentes: a guerra civil brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2016.

FÁVERO, L. Lopes e AGUIAR, M. dos Reis. Nacionalismo Linguístico e conservadorismo na ortografia brasileira. In SILVA, M. et al. *Ortografia da Língua Portuguesa. História, Discurso, Representações*. São Paulo: Contexto, 2009.

FIGUEIREDO, C. de. *A ortografia no Brasil – História e crítica*. Lisboa: Livraria Clássica, 1908.

FREIRE, J. Bessa. "Índio falou tá falado". Taquiprati, 2014. Disponível em: <<http://www.taquiprati.com.br/cronica/1072-indio-falou-ta-falado>>. Acesso em 8 jan. 2020.

GANDAVO, Pêro de Magalhães, c. 1540-1579 : com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua / autor Pero de Magalhães de Gandauo. - Em Lisboa : na officina de Antonio Gonsalvez, 1574. Disponível em <https://purl.pt/12144>.

GASPARELLO, A. Medeiros. João Ribeiro e a pedagogia da nação nos livros didáticos. In *Revista IHGB* (a. 174, n. 458), pp. 197-210, 2013. Disponível em <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/>, acesso em 13 jan. 2020.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n.1, pp. 5-22, 1988.

GUIMARÃES, E. e ORLANDI, Eni P. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In. ORLANDI, Eni P. (Org). *História das idéias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 21-38.

GONÇALVES, M. Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

\_\_\_\_\_. "A Ortografia Nacional (1904) de Gonçalves Viana e as ideias ortográficas dos reformistas sul-americanos". *Eutomia*, 2, ano 3, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. "Projectos oitocentistas de ortografia brasileira. 6º Congresso da AIL, Rio de Janeiro. Atas do VI Congresso da AIL, 2001, 8p. Disponível em: <https://lusitanistasail.press/index.php/ailpress/catalog/view/28/43/426-1>. Acesso em 19 de jan. 2020.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomias. A história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2000.

HAUY, A. Boainain. *Gramática da Língua Portuguesa Padrão: Com comentários e exemplários*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

JORGE, R. Ribeiro. *Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural*. São Paulo, 2010.

KEMMLER, R. Para a história da ortografia simplificada. In: SILVA, M. et al. *A ortografia da língua portuguesa. História, discurso, representações*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 53-94.

\_\_\_\_\_. "Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama* 47-48. 128-319, 2001.

LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.167-182.

MACHADO, F. L. B. Assis Cintra: uma outra história. *Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais*, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2019.

MELO, G. Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica. 1967.

MENDONÇA, J. França. As adaptações de João Ribeiro em "História do Brasil". *Epígrafe*, São Paulo, v. 4, n. 4, pp. 107-123, 2017. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/110935/132774>, acesso em 10 jan. 2020.

NEVES, Maria Helena de Moura. O acordo ortográfico da língua portuguesa e a meta de simplificação e unificação. *DELTA [online]*. 2010, vol.26, n.1 [cited 2020-01-29], pp.87-113.

PAGOTTO, E. G. O linguista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Política lingüística no Brasil. Campinas: Pontes Editores, 2007, v. 1, p. 35-51.

PEIXOTO, A; RAMOS, S. Graphia da Palavra “Brasil” in Revista da Academia Brasileira de Letras, ano XV, dezembro de 1924, n° 36, Volume XVI.

PERES, Eliane; ARRIADA, Eduardo; PEREIRA, Luís Artur Borges. A “Artinha de Leitura” de João Simões Lopes Neto (1907): um projeto para o ensino da leitura e da escrita. Rev. Bras. Hist. Educ., Maringá, v. 18, e003, 2018.

RIBEIRO, J. História do Brasil, Curso Superior, 4 ed, Rio de Janeiro: F. Alves, 1912.

\_\_\_\_\_. Selecta Classica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1905. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6566>, acesso em 11 de jan. 2020.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SCHWARCZ, L. M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, F. Ribeiro. História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. Encontros Ibéricos de História da Educação, vol. 1º Encontro, 1992, pag. 101-121.

SILVA, Mauricio In: SILVA, M. et al. A ortografia da língua portuguesa. História, discurso, representações. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SILVESTRE, J. P., Escrita e ortografia: a biblioteca de Leite de Vasconcelos. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TAUNAY, A. Deve-se escrever Brazil com s ou z? in Revista da Academia Brasileira de Letras, ano I, nº2, outubro de 1910.

TEYSSIER, Paul. História da língua portuguesa. 2. ed. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins, 2014.

VIANA, A. R. G.; VASCONCELOS ABREU, G. de. Bases da Ortografia Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

VIANA, A. R. Gonçalves de. Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização das ortografias portuguesas. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso, 1904.

\_\_\_\_\_. Ortografia positiva, nota avulsa, de Miguel Lemos. Revista lusitana: arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal - a. 1, n. 1, 1887. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/dmdocuments/lusitana01.pdf>, acesso em 19 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa. Lisboa: Livraria Clássica, 1909.

VIZEU, Rodrigo. Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

WEEDWOOD, Barbara. História concisa da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

YAGUELLO, M. Não mexe com a minha língua. In BAGNO, M. (Org.) Norma lingüística. São Paulo: Loyola, 2001.